

Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo

MÉDIO PURUS I

Peneri/Tacaquiri, Água Preta/Inari,
Catipari/Mamoriá,
Seruini/Mariênê e Tumã



PPTAL

Projeto Integrado de Proteção às Populações
e Terras Indígenas da Amazônia Legal

Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo

MÉDIO PURUS I

Peneri/Tacaquiri, Água Preta/Inari, Catipari/Mamoriá,
Seruini/Marienê e Tumã

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

MINISTRO TARSO GENRO

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI

PRESIDENTE MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA

DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

MARIA AUXILIADORA CRUZ DE SÁ LEÃO

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA

ALOYSIO ANTONIO CASTELO GUAPINDAJÁ

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

CELSONO ALBERICI

COORDENAÇÃO TÉCNICA DO PPTAL

WAGNER PEREIRA SENA



Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo

MÉDIO PURUS I

Peneri/Tacaquiri, Água Preta/Inari, Catipari/Mamoriá,
Seruini/Mariênê e Tumã

Organização
FUNAI / PPTAL / GTZ

Brasília, 2008

A Série Estudos é uma publicação FUNAI/PPTAL/GTZ para disseminação de produtos e experiências, resultantes da implementação do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal.

Equipe Técnica PPTAL

Wagner Pereira Sena (Coordenador)
Adreny Costa
Charles Henrique
Elza Freitas
Izabel Gobbi
Juliana Sellani
Luis Nogueira
Lourena Florindo
Maria Guiomar Melo
Rogério Eustáquio de Oliveira
Slowacki de Assis

Equipe da Cooperação Técnica GTZ

Sondra Wentzel (Coordenadora)
Márcia Maria Gramkow
Elisabeth Juksch Torquato

Edição: FUNAI – Fundação Nacional do Índio / PPTAL – Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal / GTZ – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH

Coordenação de Organização: Márcia Maria Gramkow

Organização de Mapas: Dan Pasca e Charles Henrique

Colaboração de Produção: Izabel Gobbi

Autores: Juliana Schiel (Antropóloga) e Maira Smith (Ambientalista)

Organização de Texto do Relatório para Publicação: Rodrigo Pádua Rodrigues Chaves

Catálogo e Revisão de Bibliografia: Cleide Albuquerque Moreira - CRB 1100

Projeto gráfico - Arte final: Agência Grow Up

Realização: Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal – PPTAL

Apoio: KfW Entwicklungsbank – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH

Copyright © 2008 by FUNAI/PPTAL/GTZ

Proibida a reprodução de partes ou do todo desta obra sem autorização expressa dos editores FUNAI/PPTAL/GTZ.

Dados internacionais de catalogação Biblioteca “Curt Nimuendaju”

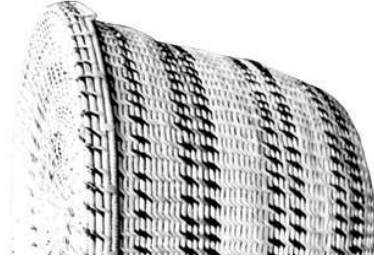
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO; PROJETO INTEGRADO DE PROTEÇÃO ÀS POPULAÇÕES E TERRAS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA LEGAL; COOPERAÇÃO TÉCNICA ALEMÃ – DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR TECHNISCHE ZUSAMMENARBEIT. (Orgs.). Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo Médio Purus I: Peneir/Tacaquiri, Água Preta/Inari, Catipari/Mamoriá, Seruni/Marené e Tumia. / SCHIEL, Juliana; SMITH, Maira. – Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2008. 168p. Ilust.

ISBN 978-85-7546-023-8

1. Antropologia Cultural 2. Etnoecologia 3. Índios – Brasil 4. Organização Sociocultural 5. Recursos e Uso Sustentável I. Autor II. Título

CDU 502:572.95(81):333

Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal – PPTAL
Cooperação Técnica Alemã - GTZ
SEPS Qd. 702/902 – Bloco A 3º andar
CEP 70390-025 - Brasília – DF
Telefones (61) 3313.3515 / 3322-8925
www.funai.gov.br – pptal@funai.gov.br – pptal-gtz@funai.gov.br



Agradecimento

Aos apurinã das Terras Indígenas Peneri/Tacaquiri, Água Preta/Inari, Catipari/Mamoriá, Seruini/Marienê e Tumiã, que permitiram a realização deste levantamento, contribuindo assim com o diálogo entre os povos.

Sumário

Apresentação dos Levantamentos Etnoecológicos 8

Prefácio 15

Localização do Complexo Médio Purus I 17

Organização Social no Complexo 21

Informações preliminares 22

Assentamentos, formas de ocupação e uso dos territórios 28

Uso do Espaço: ambientes e recursos 73

Caracterização física da área de estudo 74

Classificação do espaço no Complexo: os ambientes 76

Padrões de uso, ocupação do espaço e territorialidade 85

Recursos: usos e atividades sociais 92

Gestão nas Terras Indígenas:
perspectivas e questões ambientais 137

Comercialização 137

Principais impactos 150

Agentes externos atuando na área 155

Ameaças externas e vigilância 156

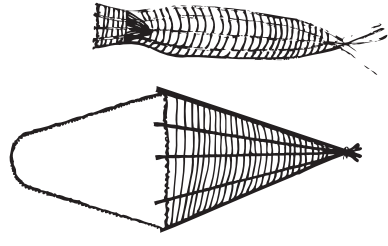
Organização política 162

Referências Bibliográficas 164

Siglas 168



Apresentação dos Levantamentos Etnoecológicos



A série Estudos resulta do trabalho conjunto de diversos técnicos integrantes do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), da Cooperação Técnica Alemã (GTZ), das equipes de estudiosos e especialistas das áreas de conhecimento antropológico, ambiental-ecológico e dos povos indígenas.

Tornar possível essa publicação é contribuir para o diálogo dos povos indígenas, da sociedade em geral com o patrimônio e com o reconhecimento dos direitos constitucionais.

Para realização desses estudos, foi essencial a construção de uma abordagem metodológica orientadora da concepção englobante das perspectivas étnicas e ecológicas dos indígenas, a ser implementada com profissionais que detivessem, além da experiência, formação antropológica e ambiental/ecológica para uma leitura e um trabalho integrado.

No formato apresentado, a produção é voltada para amplo público, não necessariamente familiarizado com as ciências sociais e ambientais, incluindo-se as comunidades indígenas.

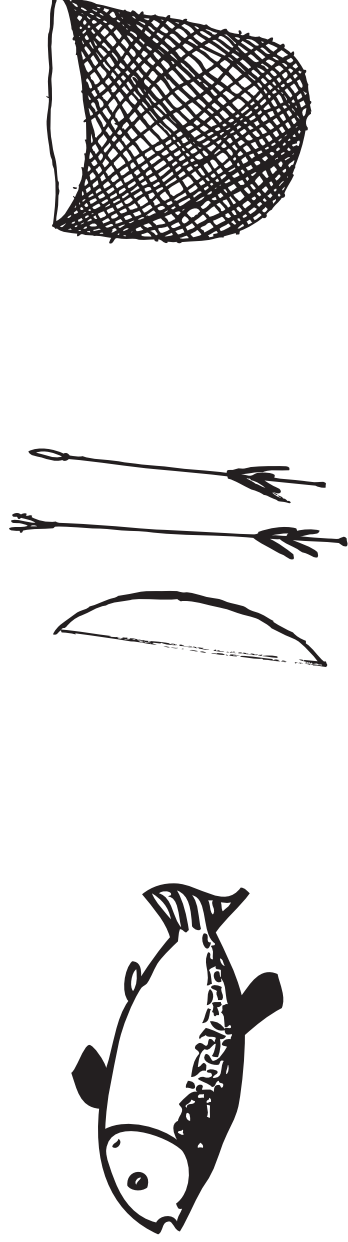
A série iniciada com o resultado de sete levantamentos etnoecológicos, ora publicada pela Fundação Nacional do Índio, apoiada pelo Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal, compreende os estudos realizados no período de 2000 a 2007, organizados em Complexos, abrangendo dezenove (19) Terras Indígenas na Amazônia Legal Brasileira, situadas nos estados do Acre, do Pará e do Amazonas.

O Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo Médio Purus I, que compreendeu as Terras Indígenas Peneri/Tacaquiri, Água Preta/Inari, Catipari/Mamoriá, Seruini/Marienê e Tumiã (Etnia Apurinã), todas situadas no Estado do Amazonas, foi realizado em 2001, sob a responsabilidade de Juliana Schiel (Antropóloga) e de Maira Smith (Ecóloga).

O Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo Médio Purus II, que compreendeu as Terras Indígenas Paumari do Lago Marahã, Paumari do Rio Ituxi (Etnias Paumari e Apurinã) e Jarawara/Jamamadi/Kanamati (Etnias Jarawara e Jamamadi/Kanamati), também situadas no Estado do Amazonas, foi realizado em 2001, sob a responsabilidade de Peter Schröder (Antropólogo) e de Plácido Costa Júnior (Biólogo).

O Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo Kanamari Biá, que compreendeu as Terras Indígenas Kanamari do Rio Juruá (Etnia Kanamari) e Rio Biá (Etnia Katukina), situadas no Estado do Amazonas, foi realizado em 2000, sob a responsabilidade de Deborah Lima (Antropóloga) e de Victor Py-Daniel (Biólogo).





O Levantamento Etnoecológico Maku compreendeu a Terra Indígena Paraná do Boá-Boá (Etnia Maku), situada no Estado do Amazonas, foi realizado em 2006, sob a responsabilidade de Adolfo de Oliveira (Antropólogo) e de Sandra Ayres (Geógrafa).

O Levantamento Etnoecológico Munduruku compreendeu a Terra Indígena Munduruku (Etnia Munduruku), situada no Estado do Pará, foi realizado em 2006, sob a responsabilidade de Juliana Melo (Antropóloga) e de Rosa Elisa Villanueva (Bióloga).

O Levantamento Etnoecológico do Complexo Bacia do Rio Juruá compreendeu as Terras Indígenas Kaxinawá da Praia do Carapanã (Etnia Kaxinawa), Kampa do Igarapé Primavera (Etnia Ashaninka) e Kulina do Igarapé do Pau (Etnia Kulina), situadas no Estado do Acre, foi realizado em 2006, sob a responsabilidade de Astrid Bant (Antropóloga) e de Marina Pessoa (Ambientalista).

O Levantamento Etnoecológico do Complexo Tefé compreendeu as Terras Indígenas Maraã/Urubaxi (Etnia Kanamari), Paraná do Paricá (Etnia Kanamari), Cuiú-Cuiú (Etnia Miranha) e Kumaru do Lago Ualá (Etnia Kulina), situadas no Estado do Amazonas, foi realizado em 2006, sob a responsabilidade de Vera Lúcia Oliveira (Antropóloga) e de Carlos Antonio Bezerra Salgado (Ecológo).

A preocupação com a caracterização e a gestão ambiental das terras indígenas brasileiras ganhou destaque na década de 1990. O componente ambiental, que não era requerido nos processos de identificação e demarcação de terras indígenas no Brasil, a partir do 1996, com o Decreto nº 1775/96 e a Portaria nº14, passou a integrar parte dos relatórios de identificação. A partir de então, caracteriza-se as áreas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar da comunidade indígena.

Dado que as terras indígenas demarcadas antes de 1996 não contavam, em sua maioria, com estudos ambientais ou etnoecológicos, em 1998, o PPTAL/FUNAI disponibilizou uma abordagem metodológica com a incorporação da perspectiva etnoecológica nos levantamentos ambientais em terras indígenas já demarcadas e em processo de demarcação na Amazônia brasileira.

A orientação da metodologia tem como objetivo apoiar a produção de informações etnoecológicas sobre o conhecimento das condições ambientais e de uso dos recursos das terras indígenas, de maneira a subsidiar orientações para a gestão e ações que visem ao equilíbrio ambiental em terras indígenas e à auto-sustentação de sua população (Milliken, 1998).

A abordagem metodológica foi revista e atualizada em janeiro de 2004 e se intitula “Levantamentos Etnoecológicos em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira: Uma Metodologia”.

Dois aspectos fundamentais da metodologia desses levantamentos são (1) a formação de conjuntos de terras, cuja demarcação está sob a responsabilidade do PPTAL, em complexos, contemplando tipos e usos de ambientes naturais (físicos e bióticos), e (2) a formação de equipes multidisciplinares e multiculturais, com especialistas, apropriadamente qualificados em Antropologia Social e Ecologia e indígenas locais.

Os objetivos centrais dos levantamentos etnoecológicos são: propiciar subsídios a planejamentos de gestão nas terras indígenas identificadas; contribuir para a capacitação e a apropriação dos resultados tanto pelo órgão indigenista, quanto pelas comunidades indígenas; e fornecer informações cruciais para o desenvolvimento de qualquer processo subsequente de gestão nas áreas.

Outra aplicação dos levantamentos etnoecológicos é a indicação de recomendações para investigações posteriores, mais aprofundadas, focalizando as necessidades comunitárias atuais e futuras, as opções para exploração de recursos de potencial importância e os meios de mitigar ou prevenir ameaças ao seu modo de vida relacionadas ao meio ambiente.

Os objetivos e a necessidade de reunir dados práticos sobre a realidade vivenciada pelas comunidades, foco dos levantamentos, requisitam que os resultados sejam elaborados de forma a permitir sua aplicação por pessoas e organizações responsáveis pelo apoio às comunidades e para ser apropriada pelas comunidades indígenas onde foram realizados os estudos.

Os levantamentos etnoecológicos não podem ser entendidos como pesquisa aprofundada sobre grupos étnicos e seu ambiente, considerando o tempo e a prática metodológica empregada na produção de compilação de informações etnoecológicas. No entanto, não impossibilita a perspectiva de utilizar o conhecimento indígena para benefício dos próprios índios. Pois, o que está presente é a valorização da percepção indígena e a adoção, na medida do possível, de seu ponto-de-vista no desenvolvimento dos projetos ligados ao manejo ambiental em suas terras.

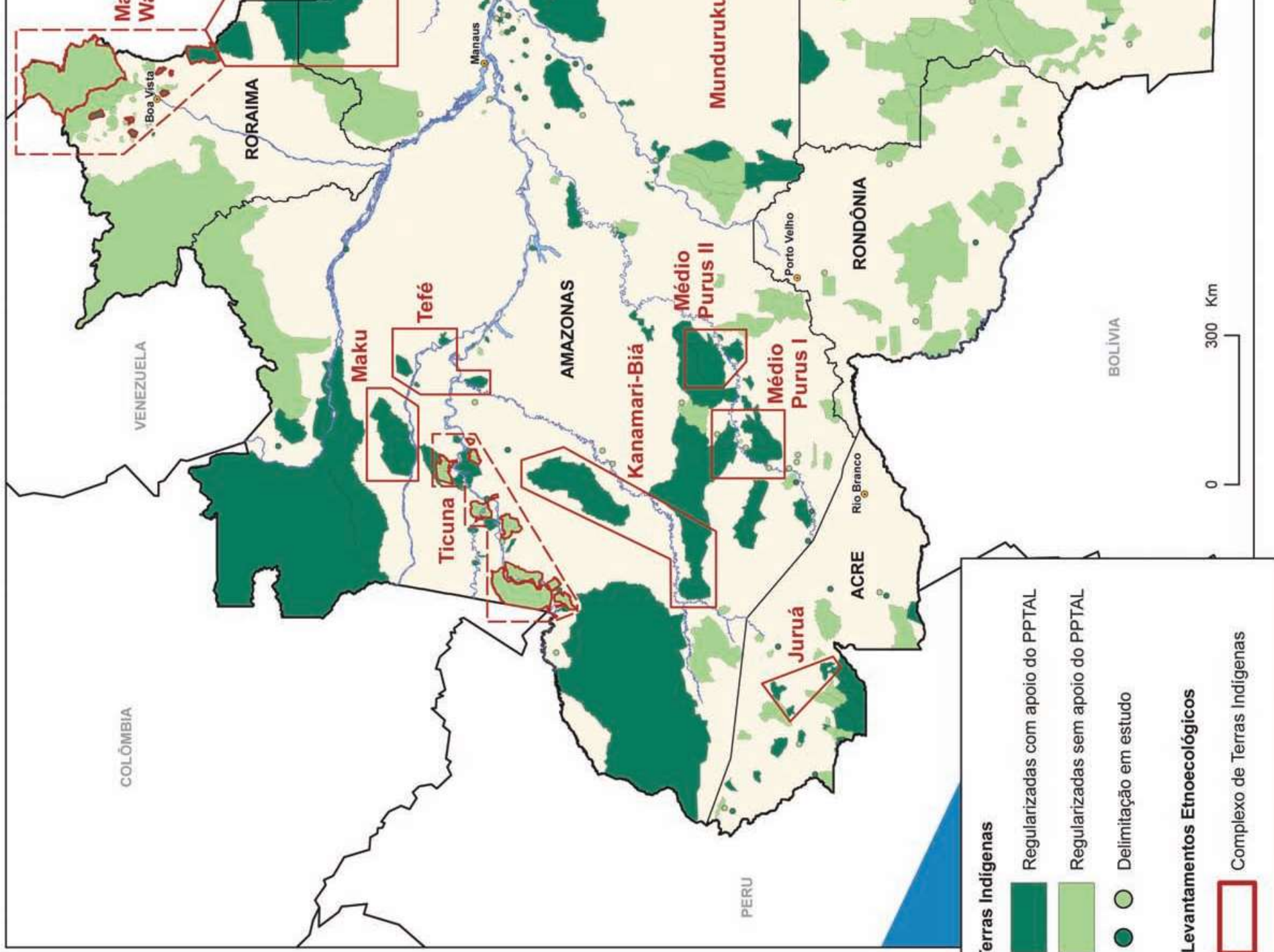
Na preparação do material para a divulgação foram adotados procedimentos tanto para a organização dos textos dos relatórios finais com os resultados produzidos pelos autores, como para a organização do material visual.

Assim, na estruturação dos textos buscou-se manter o máximo das informações apresentadas pelos autores, especialistas em Antropologia e Ecologia. Sob tal orientação, foram suprimidos, basicamente, alguns informes introdutórios, metodológicos, as tabelas, gráficos e notas de rodapé apresentados em anexo ou no corpo dos relatórios. Outrossim, ressalta-se que o completo material dos levantamentos está disponível na documentação do PPTAL na sede do órgão indigenista, FUNAI, em Brasília.

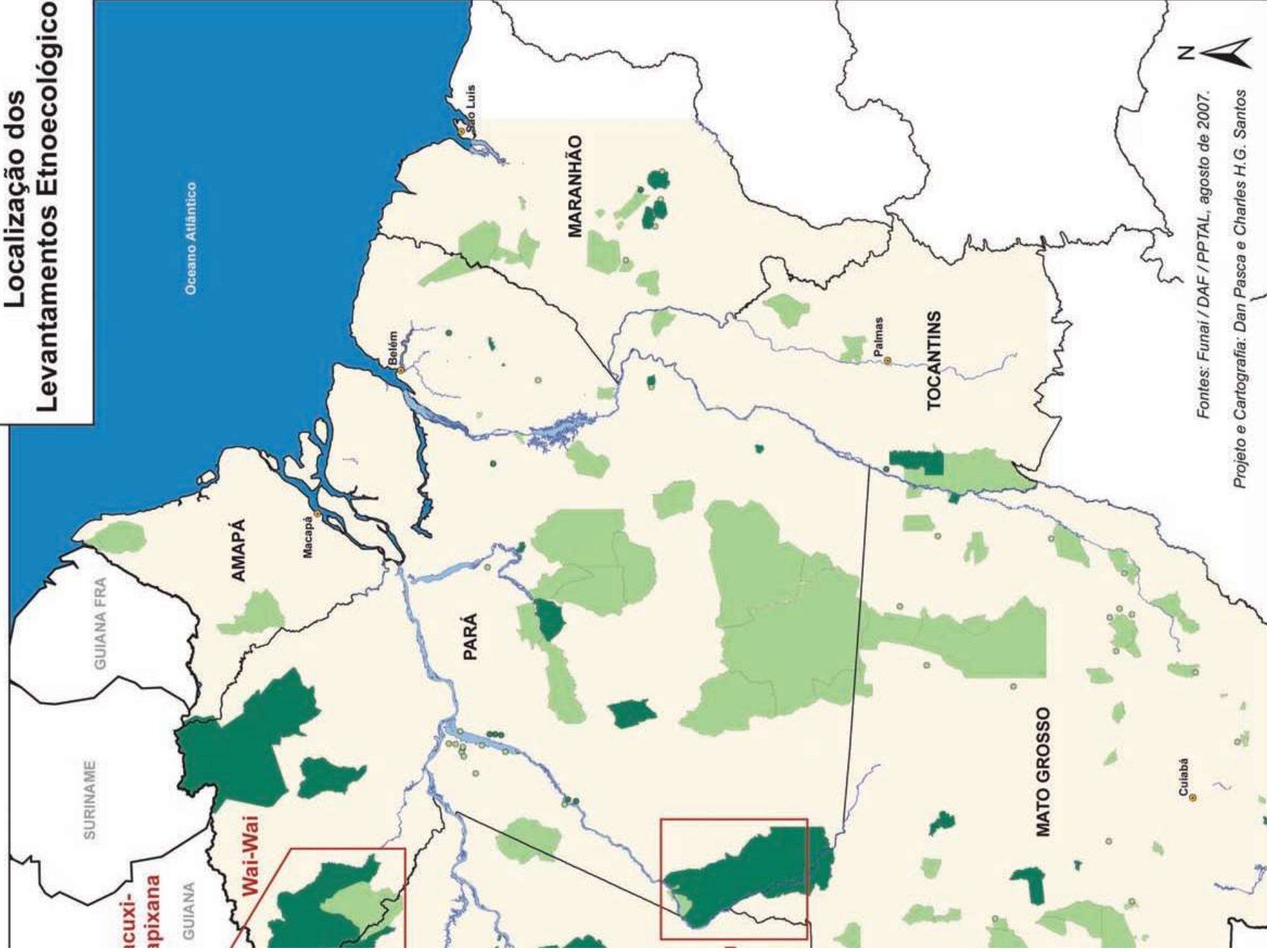
O emprego do material visual objetivou a ilustração de texto com fotos e desenhos gerados nos registros durante o trabalho de campo dos responsáveis pelos estudos.







Localização dos Levantamentos Etnoecológicos



Fontes: Funai / DAF / PPTAL, agosto de 2007.

Projeto e Cartografia: Dan Pasca e Charles H.G. Santos



Prefácio

Este livro, organizado pela FUNAI/PPTAL, é uma edição do relatório de “Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo Médio Purus I”, elaborado por Juliana Schiel, antropóloga, e por Maira Smith, bióloga, e aborda o uso e o conhecimento da população indígena acerca de seu território e recursos naturais.

O Complexo Médio Purus I é composto pelas Terras Indígenas Peneri/Tacaquiri, Água Preta/Inari, Catipari/Mamoriá, Seruini/Marienhê e Tumiã, localizadas na porção sudoeste da Amazônia Legal Brasileira, ao sul do Estado do Amazonas, distribuídas nas duas margens do Médio Rio Purus nos Municípios de Boca do Acre, de Pauini e de Lábrea, Estado do Amazonas.

O trabalho de campo para o Levantamento Etnoecológico foi realizado em aproximadamente 70 dias entre os meses de outubro e de dezembro de 2000.

As informações coletadas foram norteadas por alguns temas básicos: (1) a ocupação e uso do espaço; (2) o conhecimento e apreensão dos recursos significativos para as comunidades; e (3) sua distribuição no espaço e no tempo, bem como as formas de exploração e manejo desses recursos.

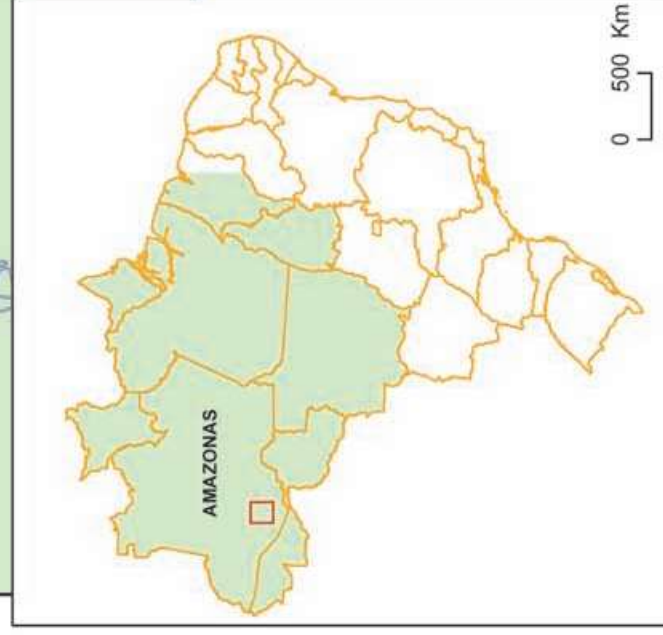
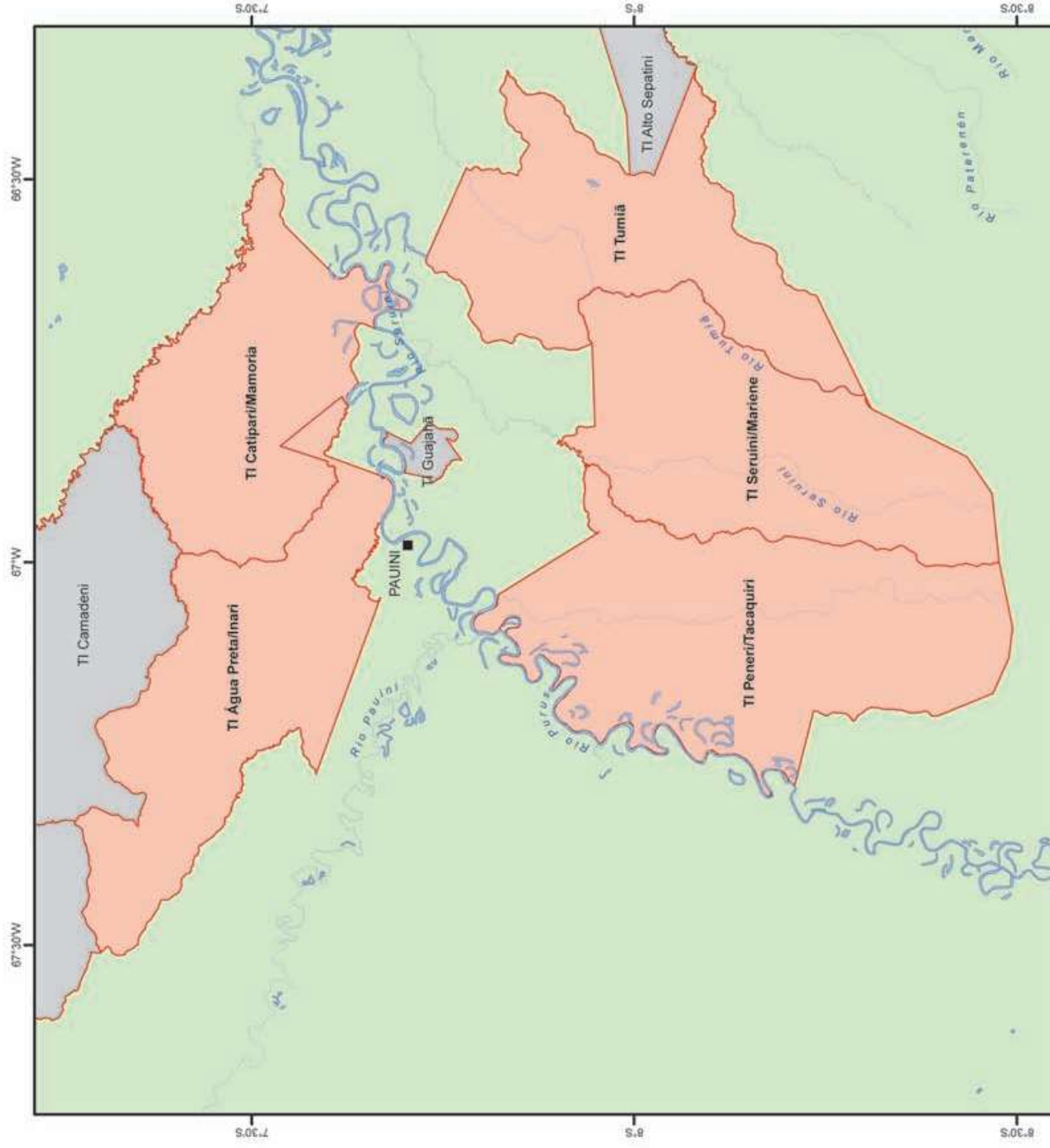
Desta forma, a primeira parte do presente volume trata de aspectos histórico-sociais dos Apurinã, contando com a descrição e análise de alguns aspectos da organização social no Complexo. Na segunda parte, procura-se compreender e discutir a classificação e o uso do espaço físico e dos recursos naturais pelos moradores do Complexo, incorporando na análise fatores sociais e ambientais. Por fim, na última parte são sintetizadas as informações discutidas ao longo do livro com o objetivo de pensar os aspectos relevantes para a gestão das Terras Indígenas do Complexo Médio Purus I.

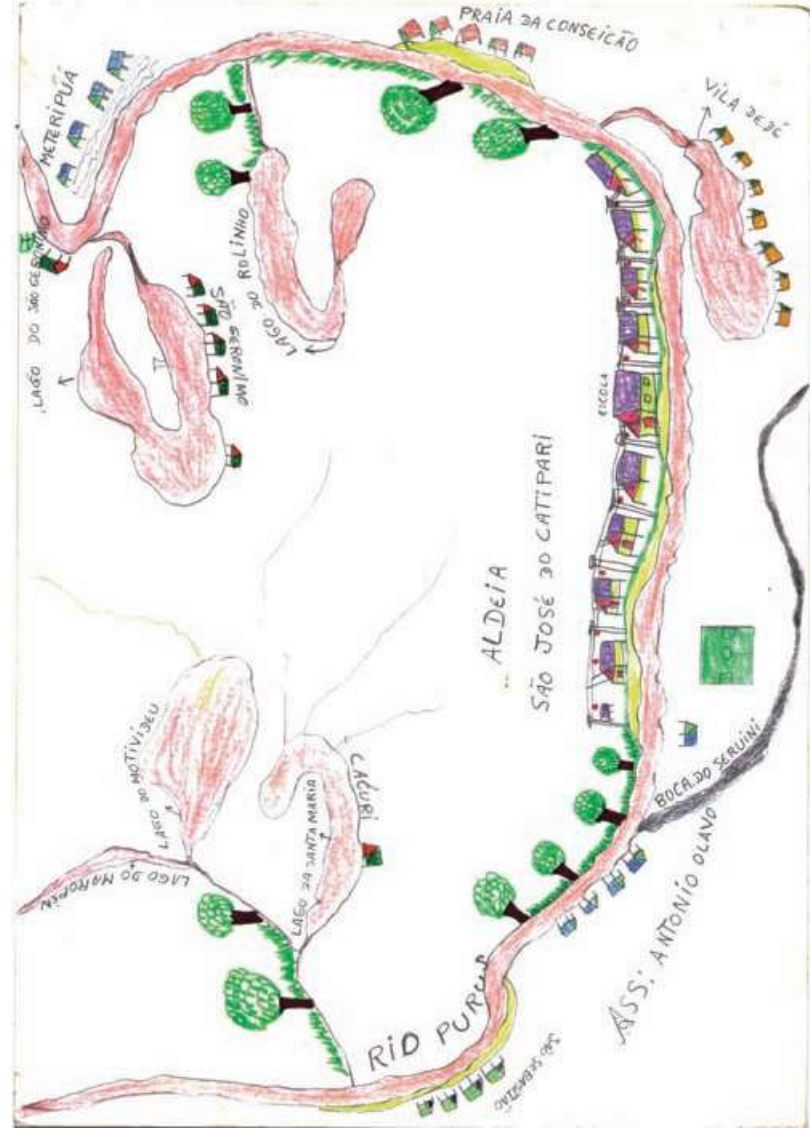


Localização do Complexo Médio Purus I

O Complexo estudado neste volume, composto por cinco Terras Indígenas, habitadas na sua quase totalidade por índios Apurinã, está localizado no sudoeste do estado do Amazonas, região do Médio Purus.

As Terras Indígenas deste Complexo, **Peneri/Tacaquiri**, **Água Preta/Inari**, **Catipari/Mamoriá**, **Seruini/Marienê e Tumiã**, estão distribuídas nas duas margens do médio rio Purus, municípios de Boca do Acre, Pauini e Lábrea.







Organização Social no Complexo

O objetivo desta parte é fornecer informações com vistas a compreender a organização social no Complexo Médio Purus I. Para tanto, recorreu-se a dados etnográficos e históricos, obtidos por documentos, bibliografia e através da observação direta. Levando em conta que os Apurinã têm uma longa história de contato e que a compreensão deste povo, hoje, passa necessariamente por compreender esta história, faz-se importante descrever não somente aspectos da sociologia deste povo como também atentar para as características do sistema produtivo da região e para a maneira como se deu a inserção dos índios neste sistema. Quanto aos dados etnográficos, tanto obtidos de forma direta como indireta, deverão servir para caracterizar a sociedade Apurinã, de forma genérica, assim como as relações sociais atuais.



Informações preliminares

Borracha

A borracha foi o grande produto da região compreendida entre os Rios Purus e Juruá, seja pelo que representou para a economia brasileira, seja por continuar sendo a grande marca da sociedade que se formou a partir de sua introdução. Ainda que no Complexo este recurso já não represente uma alternativa de renda, devido aos baixos preços atuais, todos os adultos já trabalharam na borracha, o sistema econômico introduzido nos seringais continua predominante e a população não-índia da região tem na migração de nordestinos, durante o período da borracha, a sua origem. Muitos dos Apurinã se identificam como seringueiros e a exploração da seringa ocupa lugar de destaque na construção da memória e na definição de uma identidade atual.

A extração da borracha expandiu na segunda metade do século XIX, em decorrência das possibilidades que o processo de vulcanização trazia ao seu aproveitamento industrial. Já era o primeiro produto de exportação em 1861 e, a partir de 1876, teve crescimento vertiginoso (Oliveira Filho, 1979, p. 117). Nesta fase, a mão-de-obra passou a ser buscada no Ceará, que enfrentava então severa seca. A população da Província do Amazonas saltou de 40.000, em 1850, para 360.000, em 1920.



A borracha da Amazônia não resistiria, entretanto, à competição das seringueiras plantadas na Ásia. Com o mercado expandindo devido ao advento do automóvel, o preço da borracha atingiu o pico em 1910, mas veio a cair no mesmo ano. Iniciava-se, assim, a decadência (Weinstein, 1993). A produção continuou crescendo, apesar da vertiginosa queda de preços; a exportação só veio a diminuir a partir de 1913. Em 1928, o preço da borracha caíra tanto, que a castanha já a superava como produto de exportação (Tocantins, 1982, p. 141).

Afirma Almeida (1992), entretanto, que a sociedade criada com base na economia da borracha não se desmantelaria com o choque da crise. No caso estudado por esse autor, o dos seringueiros do Alto Juruá — e que parece coincidir com o que se observa no Purus —, os trabalhadores da borracha, os seringueiros, permaneceram nos seringueais abandonados pelos patrões, dedicando-se à agricultura e produzindo para o mercado regional; novos produtos de extração, como a castanha, passaram a figurar, ao lado da borracha, como recursos comercializáveis.

A partir de 1943, com a Segunda Guerra Mundial, a produção seringueira ganhou novo impulso. Seu papel foi produzir a borracha que seria utilizada na guerra. Em tal contexto, 50.000 nordestinos foram novamente transportados para o Amazonas para trabalhar como seringueiros, denominados então “soldados da borracha”.

Até 1985, os seringalistas foram financiados e seu sistema de exploração do seringueiro apoiado pelo governo. A partir de 1985, são retirados os subsídios do governo para o preço e a produção da seringa. Os “patrões” abandonam os seringueais (Almeida, 1992).



Ocupação das terras Apurinã

Através dos documentos da época, pode-se inferir que as terras Apurinã começaram a ser ocupadas efetivamente por volta da década de 70 do século XIX (Schiel, 1999). Antes deste período, estas terras já eram, entretanto, exploradas de forma esporádica e índios Apurinã trabalhavam para donos de “feitorias” (op. cit.). Em 1872, o Cel. Labre afirmava que os Apurinã faziam “pouco comércio em troca de salsa, seringa e óleo, que já vão aprendendo a colher com a gente civilizada” (Labre, 1872, p. 29).

Deve-se notar que, com o advento da exploração maciça da borracha, a inserção dos Apurinã na atividade extrativista pode ter-se ampliado e aprofundado em consequência, provavelmente, do brusco povoamento da região. Ehrenreich (1929) referia-se ao comércio de borracha em troca de produtos industrializados realizado por grupos da região. Referia-se também, genericamente, a índios trabalhando como caçadores em seringais (Ehrenreich, 1929, p. 299). Segundo esse autor, os esforços dos protestantes ingleses em cristianizar os Apurinã haviam malogrado porque não conseguiam impedir que trabalhassem na extração, em condições próximas à escravidão (op. cit. p. 310). Este quadro estaria consolidado no início do século XX. É o que se infere do relato de Steere (1903), naturalista norte-americano que explorou o Purus, em especial o Igarapé Mamoriá Mirim, no começo do século, em busca de material para coleções de história natural e antropologia:

“Eles (os Apurinã) são mais fortes mental e fisicamente do que seus vizinhos e mais capacitados para lidar com o tipo de civilização que os havia alcançado. Alguns trabalham como empregados nos seringais e vários chegaram ao Pará nesta condição.” (Steere, 1903, p. 374)

Meio século depois, Schultz; Chiara (1955), interessados nos índios do Alto Purus, visitaram três famílias Apurinã que moravam perto da foz do Rio Acre. Uma destas casas situava-se na frente de um seringal. Relatam que os Apurinã viviam “em contato constante e dependência econômica dos neobrasileiros, empregando-se os homens como seringueiros, trabalhadores de roça, caçadores e pescadores” (Schultz; Chiara, 1955, p. 182).

Sabe-se que os massacres e a dispersão da população indígena para o estabelecimento de seringais – as “correrias”, como seriam chamadas na Amazônia – foram uma constante,



principalmente nos primeiros anos de expansão da borracha. Na relação com os índios, seja na disputa por terras, seja na arregimentação e controle do trabalho indígena, eram utilizados níveis de violência muito maiores do que para com os seringueiros (veja-se Oliveira Filho, 1988, p. 85; Almeida, 1992, p. 13). No caso Apurinã, os massacres, ainda que não sejam fartamente documentados, certamente ocorreram, como atestam a memória oral e os documentos já do período do SPI.

Dentre os primeiros exploradores, Chandless (1866) afirmava que os Apurinã habitavam do Sepatini ao lago e Coutinho (1863) – baseando-se em informações de Manoel Urbano – do Rio Pacia ao lago. Hoje, o território Apurinã, se por um lado já não alcança o lago, por outro, já chega a Manacapuru, nas redondezas de Manaus. Esta expansão, no sentido Baixo Rio Purus, deve-se, em muito, às migrações constantes em decorrência de conflitos.



Política indigenista na região do Complexo

Nos anos de 1854 a 1856, funcionou, no Baixo Purus, a Missão de São Luís Gonzaga, comandada por Pedro de Ciriana (Penna, 1854; 1855; Vieira, 1856; Kröemmer, 1985), que contou com o apoio de Manoel Urbano (Coutinho, 1863), figura paradigmática da exploração do Purus e que teria também exercido o cargo de diretor de índios (Castello Branco, 1958, p. 22). Em 1875, Labre, seringalista e um dos precursores da exploração do Purus, recebeu apoio financeiro da presidência da Província do Amazonas para fundar uma missão no Rio Ituxi (Relatório dos Negócios da Agricultura, 1875, p. 289-290). Pouco é dado saber, na documentação, acerca

desta missão; é possível, entretanto, levantar a hipótese, baseada na localização e no período, de que a missão de Labre seria a mesma que, nos anos seguintes, viria a ser conduzida por missionários franciscanos no Rio Ituxi (Kröemmer, 1985, p. 75), ao lado de outras tentativas nos Rios Tapauá, Mucum e Mamoriá-Mirim (Barão de Maracaju, 1878; 1879). O missionamento teria, então, atingido grupos Jamamadi, Catauixi, Juma, Paumari e Apurinã. A Missão Nossa Senhora do Ituxi teria conseguido “descer” trinta e um índios Apurinã, mas teve curta duração, havendo sido suspensa em 1881 (Kröemmer, 1985, p. 73; Dias, 1881).

O Posto Marienê, Seruini ou Pedro Dantas, sede do trabalho do SPL na região, foi fundado pela primeira vez em 1914. Sua fundação foi consequência de um conflito de grandes proporções, em 1913, conflito que opôs índios Apurinã do Seruini e seringueiros.

O Posto Marienê foi fechado nesse mesmo ano, sendo reinaugurado, já na outra margem do rio, em 1920. Teve, nesse período, sua área demarcada. Alcançou seu apogeu no final dessa década, sendo citado como exemplar devido à sua grande produção. Nos relatórios que vão de 1929 a 1931, são mostradas inúmeras fotografias que buscam comprovar o “progresso” que o posto levaria aos índios, mostrando maquinarias, gado, ruas e hortas ordenadas, construções imponentes, além dos próprios índios vestidos com roupa branca e cabelos à moda da época.

Com a Revolução de 30, o SPL desestruturou-se e não há notícias do Posto entre 1932 e 1941. Quando há a retomada dos trabalhos, depois dessa data, o Posto passa a ser caracterizado como decadente: os índios tinham-no abandonado e seus recursos desviados pelo encarregado ou abandonados. Perduram algumas notícias residuais ao longo da década de quarenta e cinquenta.

Uma nova fase na política indigenista na região ocorreria com a entrada, a partir de meados de 1970, de várias entidades de atuação indigenista¹. A primeira dessas entidades a atuar foi a OPAN (Operação Anchieta, nome mudado, posteriormente, para Operação Amazônia Nativa) que, em 1977, estabeleceu posto na boca do Rio Seruini (Schroeder; Dal Poz Neto, 1992). Essa primeira fase do trabalho da entidade se manteve até 1982. Em 1985, a OPAN retoma as atividades na região (Schroeder; Dal Poz Neto, 1992) mantendo-se até início da década de 90, época em que estabeleceu parceria com o CIMI (Conselho Indigenista Missionário).

Entre 1977 e 1979, a Ajudância da FUNAI no Acre faz os primeiros levantamentos na região de Pauini. Em 1983, são realizados trabalhos de identificação e delimitação da então Área

1. Este é o período em que começa a ocorrer, também no Acre, o reconhecimento da existência de índios no Estado e regiões circunvizinhas; o início da atuação da Funai e de entidades indigenistas, como CIMI e CPI (Comissão Pró-Índio) (Ant & Schwartzman, 1992).



Indígena Apurinã, na região da hoje designada Peneri-Tacaquiri (Fundação, 1985). Nessa mesma área, havia sido implantado, através da CPI (Comissão Pró-Índio do Acre), em 1982, projeto econômico com vistas à autonomia, sendo o enfoque a criação de cooperativas (Fundação, 1986). Por volta de 1985, surge a União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (UNI), que passa a ter atuação importante na organização dos índios e na intermediação de projetos na região. Algumas lideranças Apurinã, como Antônio Ferreira da Silva Apurinã (da Aldeia do Camicuiã, Município de Boca do Acre - AM), Francisco Avelino Batista Apurinã (da Aldeia São Francisco, Terra Indígena Água Preta) e Rivaldo Apurinã (da Aldeia Jagunço, na Terra Indígena Peneri-Tacaquiri) passam a atuar politicamente em Rio Branco - AC.

As terras Apurinã com reconhecimento oficial, no referido Complexo, foram identificadas em 1986. Os trabalhos de demarcação, por outro lado, foram iniciados somente dez anos depois, em 1996, sendo concluídos em 1997.



Conflitos em torno das terras Apurinã do Complexo

Relatório da OPAN (1979) cita as regiões conhecidas como Catipari e Tacaquiri como locais onde, na época, ocorreriam conflitos, havendo postura clara dos Apurinã de proteger terras, que reconheciam como suas, contra invasões. No primeiro, os índios controlavam algumas estradas de seringa, onde proibiam a entrada de “brancos” e, no segundo, procuravam impedir, liderados por João Lopes Brasil — o “Lopinho” —, um projeto da prefeitura de passar uma estrada por dentro da área.

O conflito em torno da passagem dessa estrada é recorrente na área. Em 1995, um embate, liderado por Lopinho (cf. Schiel, 1995), impediu nova tentativa da prefeitura de abrir a estrada.



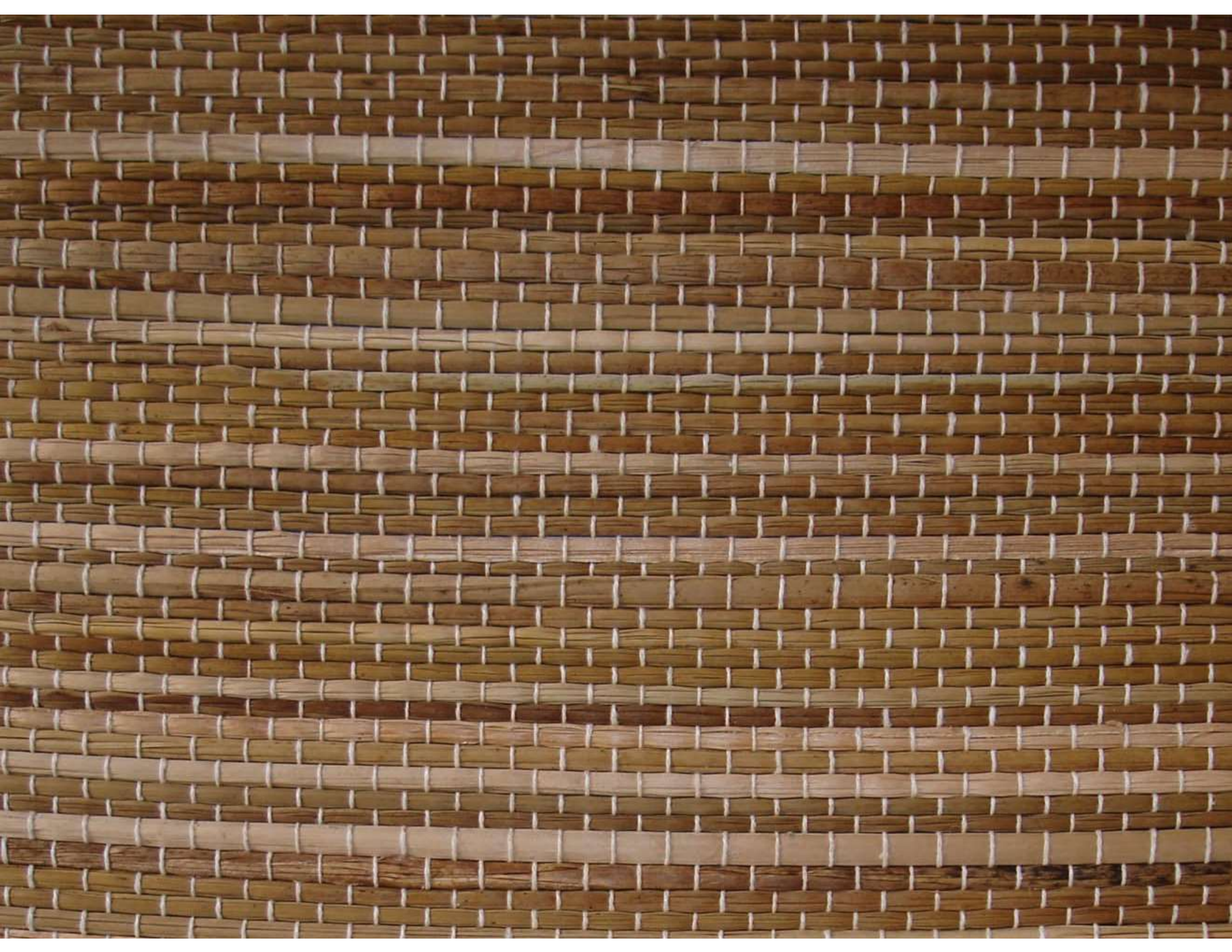
Assentamentos, formas de ocupação e uso dos territórios

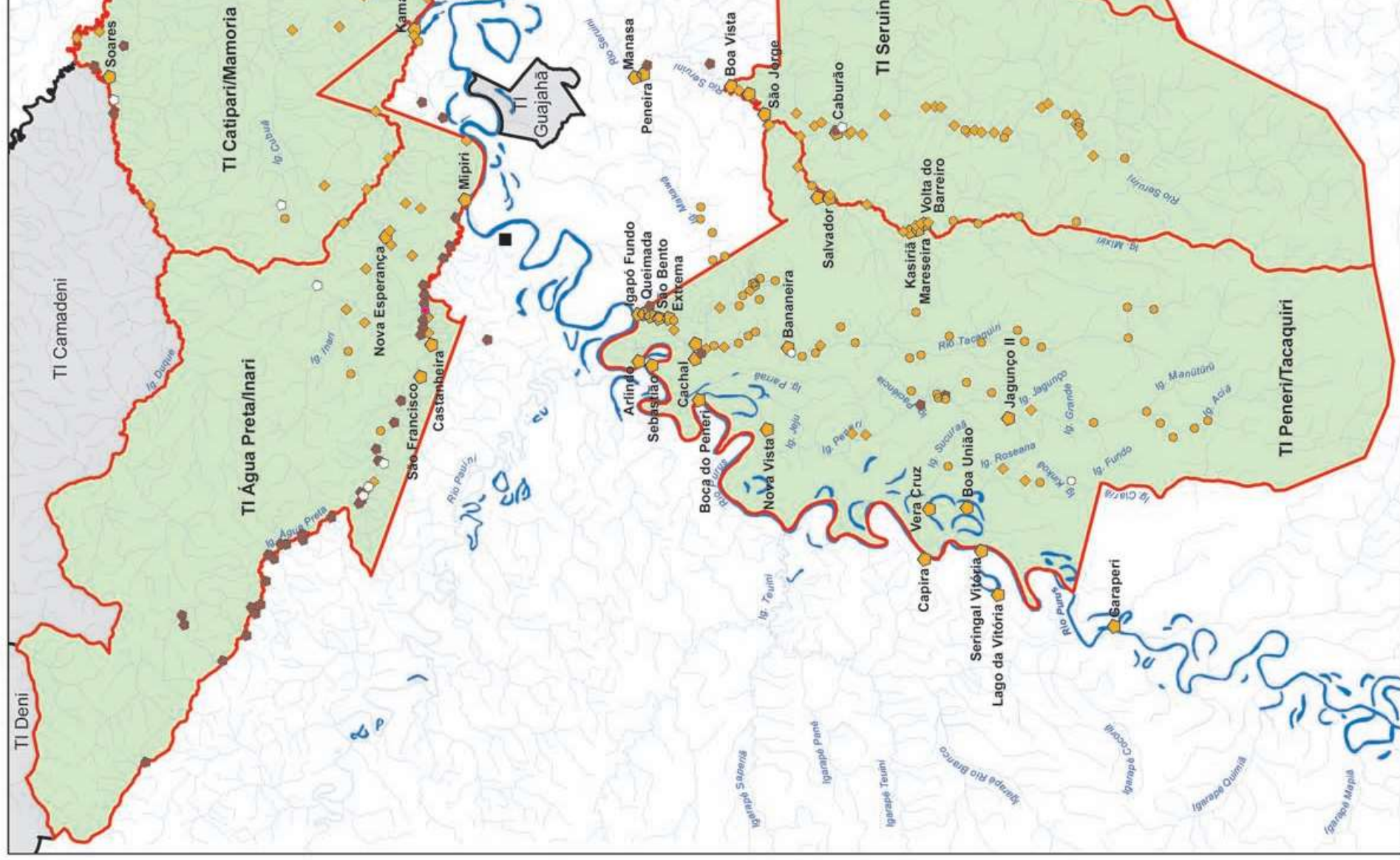
Uma breve análise dos diferentes tipos de assentamentos pode ajudar a entender as maneiras como os Apurinã ocupam e usam seu território. De maneira geral, os assentamentos podem ser sistematizados segundo duas variáveis: a sua finalidade (habitação ou uso dos recursos) e a sua temporalidade (assentamento atual ou antigo). Cruzando estas variáveis, chegamos à seguinte tipologia, que foi utilizada também no banco de dados que deu origem aos mapas.

Principais tipos de assentamento:

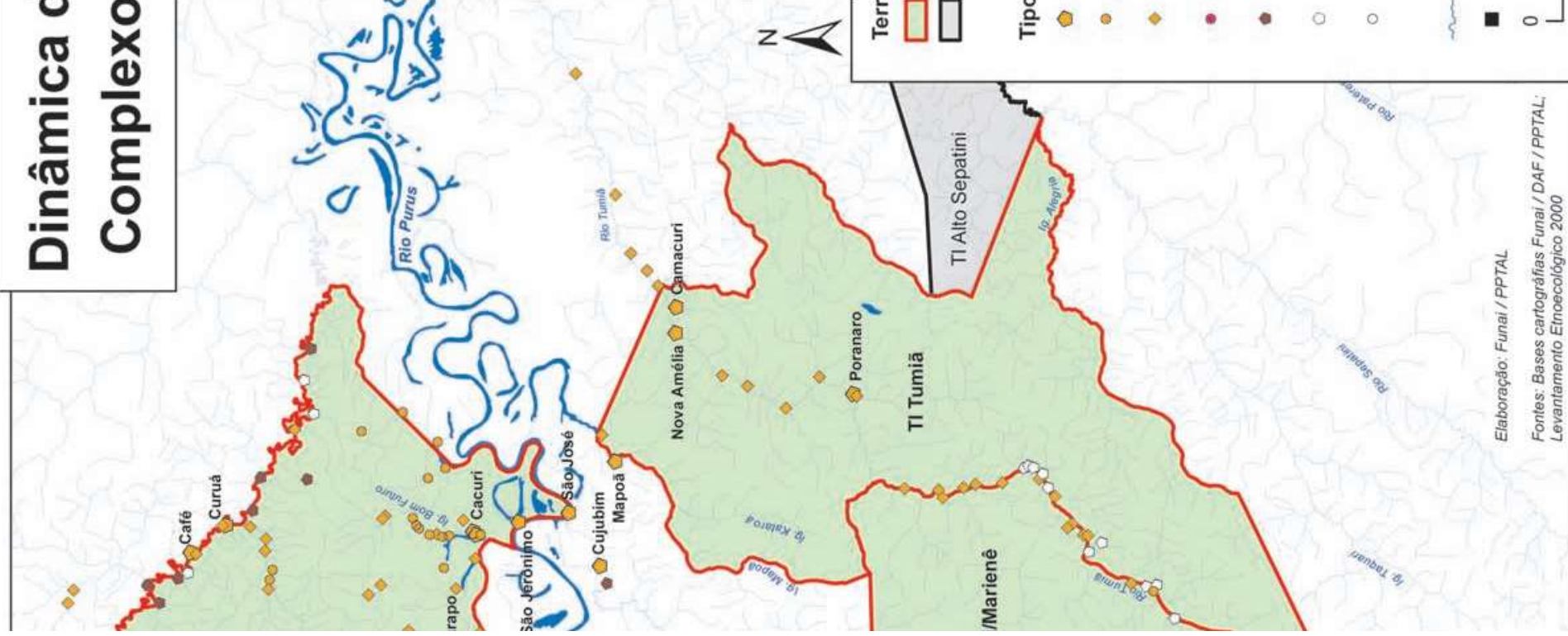
- Assentamento **atual permanente**: de uso atual como moradia fixa dos habitantes.
- Assentamento **atual provisório**: de uso temporário para a exploração de recursos.
- Assentamento **atual provisório, planejado permanente**: atualmente de uso temporário, mas com planos de virar permanente.
- Assentamento **antigo permanente, hoje provisório**: assentamento habitado no passado e usado atualmente como provisório.
- Assentamento **antigo permanente com utilização atual dos recursos**: assentamento habitado no passado, cujos recursos (roças, frutos, etc.) continuam sendo utilizados.
- Assentamento **antigo permanente, hoje abandonado**: assentamento habitado no passado, sem utilização atual.
- Assentamento **antigo provisório, hoje abandonado**: assentamento usado como provisório no passado, sem utilização atual.







Dinâmica da ocupação no Complexo Médio Purus I



Elaboração: Funai / PPTAL

Fontes: Bases cartográficas Funai / DAF / PPTAL;
Levantamento Etnoecológico 2000

Esta tipologia dos assentamentos está baseada numa classificação analítica das pesquisadoras, visando a melhor compreensão da dinâmica de ocupação e uso do território pelos Apurinã. Portanto, não se trata de uma tipologia dos próprios habitantes do Complexo, que utilizam vários termos para se referir aos locais habitados ou de uso. As categorias utilizadas com maior frequência pelos habitantes são: *aldeia*, *colocação*, *papiri*, *acampamento* e *comunidade*. As fronteiras entre estas categorias são fluidas e os significados variam entre os locais visitados. Mesmo assim, tentaremos traçar algumas definições:

1. *Comunidade*, dentro do modelo atual, define-se pela existência de um “chefe” (cacique, liderança), de um professor e de um agente de saúde. A sua distribuição espacial, entretanto, é muito variável: inclui desde casas dispostas num mesmo terreiro, até “colocações” dispersas, ou a combinação dos dois.
2. *Aldeia* refere-se, de um modo geral, a locais de moradia de várias famílias nucleares dispostas num mesmo terreiro. O termo “aldeia antiga” apareceu em alguns lugares, em especial no Mipiri (Terra Indígena Água Preta/Inari), para se referir às moradias dos “antigos”, também chamadas de malocas.
3. O termo *colocação* tem sua origem no contexto da exploração seringueira. É a definição para o local de moradia e trabalho do seringueiro, local que possui uma casa (ou “barraca”) e de onde saem as estradas de seringa, local da exploração do látex. Almeida (1990), discutindo o conceito para o Alto Rio Juruá, afirma que este tem, atualmente, sentido de “microcosmo social e natural”, local de habitação de dois a três grupos domésticos, funcionando como uma unidade de produção, de consumo, núcleo base de caça, pesca, coleta, plantio. Também no Purus este conceito parece ter descolado do contexto original, ganhando um sentido mais amplo.

No levantamento realizado no Complexo Médio Purus I, este termo apareceu significando moradias atuais com uma a três casas, antigas moradias de seringueiros “*cariú*” (“brancos”) e antigas moradias de índios. No caso de moradias antigas, já não utilizadas como habitação, ficou claro que continuam como



base para exploração dos recursos, para caça, coleta, quebra de castanha ou centro de cipó. As colocações de moradia atual diferenciavam-se, ao que parece, das aldeias por compreenderem um número menor de famílias nucleares. As colocações antigas estão distribuídas por todo o território do Complexo, ao longo de igarapés que constituem a principal via de acesso aos recursos das áreas.

4. *Papiri*, ou acampamento, refere-se a locais construídos de forma improvisada com finalidade de pernoitar em meio à busca por um determinado recurso. Em geral, foram importantes os “papiris de caça”, especialmente para os habitantes do Rio Seruini. Ainda que se saiba quem construiu o papiri, no caso das comunidades da Terra Indígena Seruini-Marienê, é de uso comum das comunidades da área. A definição do papiri é um tanto fluída e varia abarcando desde construções improvisadas e “descartáveis” até construções simplificadas (em relação às casas de moradia), mas de uso constante, “não-descartáveis”. Alguns moradores diferenciaram acampamento de papiri para destacar a diferença entre o descartável (acampamento) e o não-descartável (papiri). Os habitantes do Rio Seruini consideram papiris os não-descartáveis.

5. *Centros* são locais com finalidade de exploração de um determinado produto, em geral com finalidades comerciais, como castanha, seringa ou cipó. Uma colocação pode ser um centro, mas um centro diferencia-se da colocação na medida em que esta última deve ter sido, em algum momento, habitada, enquanto um centro pode ter sido aberto somente com finalidade de extrair um recurso. Diferencia-se também do papiri, pois tem caráter mais definitivo, sendo local de moradia, no caso de muitos assentamentos de várzea, por todo o período do inverno.



O uso de assentamentos provisórios refletiu, de uma maneira geral, as estratégias de exploração de recursos de cada localidade. Assim, nas Terras Indígenas Peneri-Tacaquiri e Catipari-Mamorjá, onde a exploração da castanha é importante, nota-se que as antigas colocações de seringa são usadas com essa finalidade e que outros centros são abertos para explorar os castanhais. Na Comunidade Caruá (Terra Indígena Catipari-Mamorjá), onde a confecção de vassouras é intensa e o cipó titica (matéria-prima para este

produto) cada vez mais raro, foi o único lugar onde ouviu-se falar em “centros de cipó”, ou seja, assentamentos provisórios usados com a finalidade de extrair o cipó títica.

Nas Terras Indígenas Seruini-Marienê e Tumiã, a caça é atividade que ocupa boa parte do tempo da população masculina e grandes extensões são percorridas em incursões de caça (na maioria das vezes, numa caçada também se coleta e se pesca). Nessas Terras Indígenas utiliza-se as capoeiras das antigas colocações. Na Terra Indígena Tumiã dá-se preferência às antigas moradias de índios, deixando aos não-índios, aliados por casamentos, as colocações de seringueiros “*cariú*”.

Utilizar a capoeira significa dizer que são aproveitadas as capoeiras de antigos locais de moradia para caça, pesca, coleta e, algumas vezes, eventuais acampamentos. Segundo os habitantes do Seruini-Marienê, nas capoeiras os animais “fazem barreiro”, tem muito tucumã (usado para comer e fazer adornos), açai, pataúá, dentre outras frutas. A grande quantidade de frutas é explicada em decorrência de ter sido local habitado, com árvores frutíferas plantadas nos antigos terreiros. Na Terra Indígena Seruini-Marienê, as capoeiras não têm dono e são utilizadas indistintamente pelos membros de todas as comunidades que a compõem.

A castanha é, atualmente, o produto extrativista com maior valor na região. Não sem razão, portanto, provoca disputas, motivando, muitas vezes, a invasão das Terras Indígenas por não-índios, assim como ameaças contra grupos localizados em terras não reconhecidas. No caso da Terra Indígena Peneri-Tacaquiri, ainda que haja algumas delimitações em função, principalmente, da exploração da castanha, há polêmica entre as parentelas em torno do direito de exploração de colocações que dispõem do recurso. No Catipari-Mamoriá, o território é todo de uso comum, mas os centros de castanha pertencem àquele ou àqueles que o abriam. Quando o centro foi aberto por mais de uma pessoa, cada um possui o seu pique de castanha (caminho que interliga as castanheiras na mata).

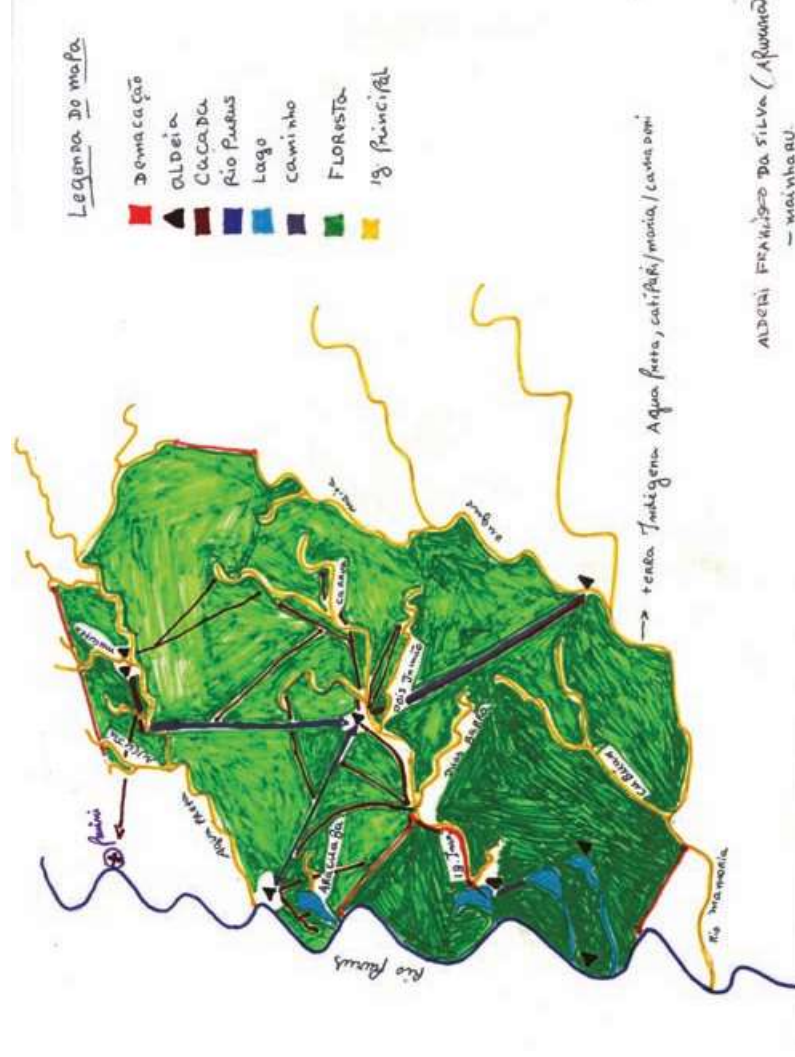
Locais com franco interesse agrícola — até pela escassez de recursos como caça, pesca ou



castanha — como é o caso das Comunidades São Francisco, Castanheira e Mipiri, na Terra Indígena Água Preta/Inari, acabam dando uso menor às colocações. Mesmo que conheçam todas elas, utilizam somente uma pequena porção, seja para caça, agricultura ou coleta.

Algumas colocações remetem ao período da sorva, de onde também se extrai látex, mas, diferente da seringa (que é explorada com técnicas precisas e extrema cautela para não matar a árvore), a sorva era derrubada para a extração do leite. Hoje a sorva “acabou”, segundo os moradores do Complexo, em decorrência da exploração predatória, mas foi tão significativo o impacto da sua exploração que os locais das colocações apontadas como de sorva (localizados, em geral, nas cabeceiras dos igarapés) são, algumas vezes, visíveis em imagens de satélite, pois apresentam um padrão espectral semelhante às capoeiras. Em outras palavras, a destruição causada pela exploração da sorva no passado é ainda marcante no presente.

Os assentamentos antigos, sejam eles utilizados ou não, refletem, por outro lado, a história da ocupação da terra. É possível, por exemplo, observar, nos mapas, as áreas onde, no período dos seringais, se concentravam os não-índios e aquelas onde se concentravam os índios. Uma análise cuidadosa revelaria, também, a diferença da forma de ocupação antiga e atual. Os assentamentos antigos indicam, ainda, trajetória de parentelas, famílias ou mesmo indivíduos. Ao se falar sobre eles, são indicadas as mudanças, os conflitos, as alianças, as doenças e as mortes que as acarretaram.





Aspectos gerais da organização social

As metades exogâmicas são o primeiro aspecto que salta à vista de quem conhece os Apurinã. Como, por vezes, se ouve na região, os Apurinã são divididos em duas “nações”, *Metumanetu*² e *Xoaporuneru*. O pertencimento a estas metades implica em duas proibições alimentares básicas: aos *Xoaporuneru* é proibido o consumo de certos tipos de inhambu (inhambu relógio e inhambu macucau) e aos *Metumanetu* é permitido comer todos os tipos de inhambu, mas é proibido comer porquinho.

Ser *Metumanetu* ou *Xoaporuneru* é determinado por linha paterna, ou seja, é o pai quem passa aos filhos e filhas o pertencimento. Os membros da mesma metade se denominam, muitas vezes, irmão ou irmã (*nutaru*, irmão; *nutara*, irmã). O casamento só é permitido com a metade oposta. O sistema de nominação expressa também esta divisão. Cada uma das metades possui um repertório exclusivo de nomes.

A quebra das interdições, seja as alimentares, seja as de casamento, tem implicações sérias. As alimentares provocam problemas de saúde e podem mesmo levar à morte, a não ser que haja intervenção eficaz de um “pajé”. A quebra das interdições de casamento, além de ser motivo de forte recriminação – hoje, segundo contam, já abrandada — faz com que os envolvidos estejam sempre na iminência de serem devorados por onças.

2. Tanto as palavras em Apurinã, como as palavras em português regional estão escritas em itálico, com exceção dos nomes próprios. É utilizado, para as palavras grafadas em Apurinã, o sistema ortográfico elaborado por Sidney Facundes (1994, 1996). Vale notar que o “u” nesse alfabeto é pronunciado como um u não arredondado e com língua próxima do centro e do céu da boca.



De qualquer maneira, seguir ou não essas regras varia muito ao longo do Complexo, variações que se dão entre assentamentos e mesmo entre indivíduos, frutos de fatores sociais ou de crença pessoal. Muitas localidades não possuem as duas metades, o que gera problemas sérios para que os jovens consigam casar.

É considerado um costume antigo dos Apurinã o casamento sororal, ou seja, um homem casar com várias irmãs. Hoje, essa prática tornou-se rara, passando mais a explicar a origem de várias parentelas atuais, como as dos Francelino, no Catipari, a da Comunidade São José, no Tacaquiri, ou da Nova Vista, no Peneri.



Ehrenreich menciona a existência daquilo que chama de “hordas”, ou seja, subgrupos Apurinã. Alguns dos nomes que menciona são ainda conhecidos e, por vezes, utilizados, como *Ximakuwakoru* (povo do peixe) ou *Kaikuruwakoru* (povo do jacaré). Também são comuns as referências a partir de um antepassado chave, como “pessoal do Mulato”, “pessoal do Pedro Carlos”, “pessoal do Velho Doutor” ou então com relação a um lugar: “pessoal do Tacaquiri”, “pessoal do Peneri”, “pessoal do Seruini”.

A referência a lugares não é fortuita, já que, em geral, é reconhecido a esses grupos um território. Tais grupos serão denominados parentelas. A definição dada é — diferentemente daquela das metades, onde é possível um cálculo exato, a partir do parentesco — um tipo ideal, uma vez que a realidade comporta variações. Ainda que não seja possível definir sempre com precisão os limites dessas parentelas, a existência de um território comum parece ser um fator importante.

Em geral, as parentelas são formadas por um grupo de *siblings* (ou seja, grupo de irmãos), assim como as suas subdivisões. Por exemplo, o “pessoal da Água Preta”, ou “pessoal do Velho Doutor”, é subdividido em três comunidades, cada uma tendo como pessoa-chave um filho de Doutor.

Ainda que haja territórios reconhecidos para esses grupos, os casamentos, conflitos e migrações fazem com que membros dessas parentelas tenham se espalhado. Pode-se perceber, hoje, uma rede complexa, onde é possível cálculo de graus de distância social, cálculo em que pesa a memória das relações passadas.

Os limites de território estão baseados, de um modo geral, no reconhecimento dos locais antigos



Terra Indígena Peneri-Tacaquiri

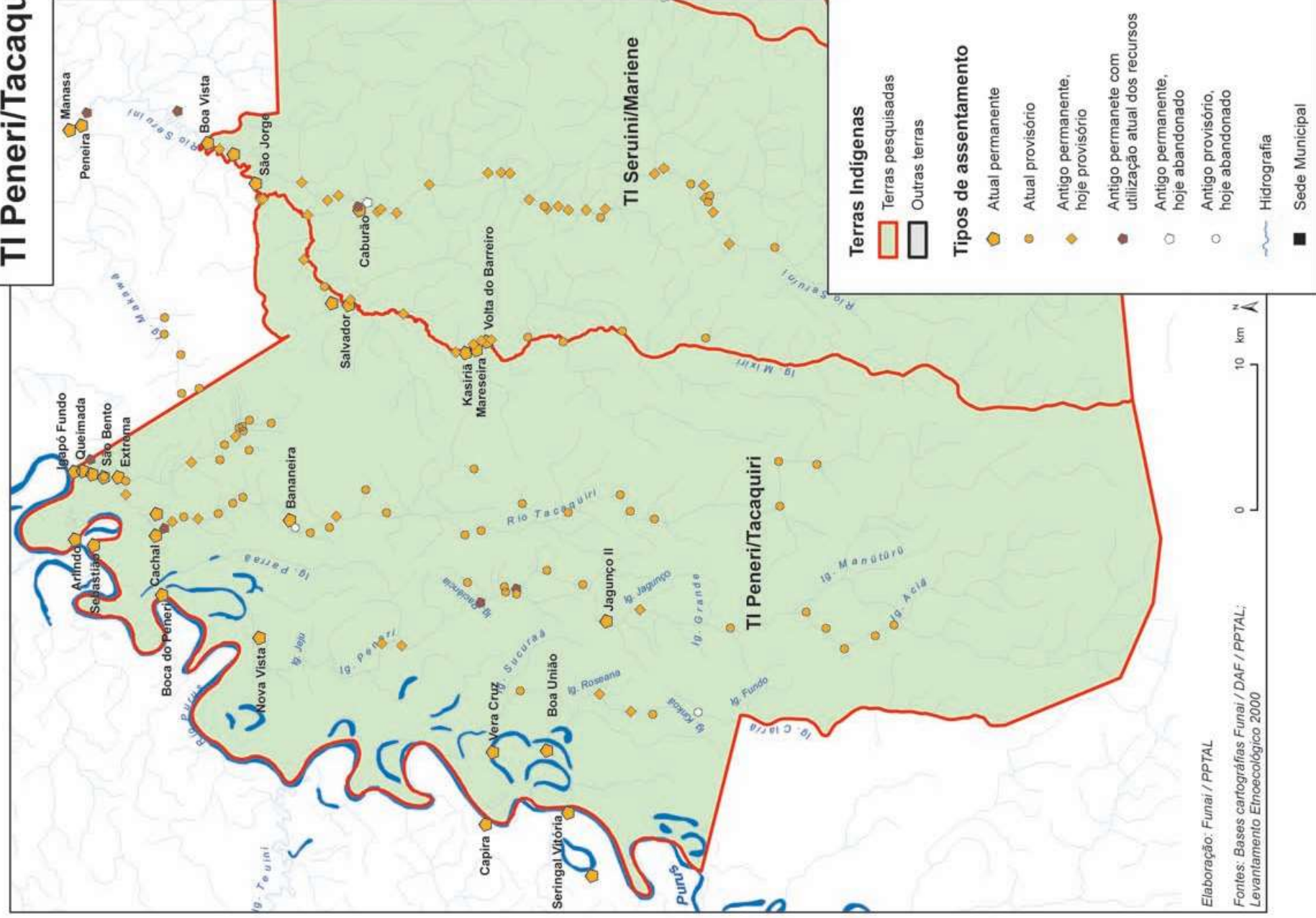
A Terra Indígena Peneri-Tacaquiri é a Terra Indígena com maior população e maior complexidade social, uma vez que reúne o que pode ser definido como, grosso modo, cinco parentelas, três das quais com território claramente definido. Possui, além disso, vários assentamentos na beira do Rio Purus. O trabalho foi realizado em várias etapas, procurando dar conta dessa complexidade.

Região Jagunço/Garaperi/Urubuã/Lago da Vitória

As Comunidades Jagunço II, Boa União, Vera Cruz, Capira, Garaperi, Vitória, Lago da Vitória (fora da Terra Indígena) e Canacuri possuem território comum e são historicamente inter-relacionadas por casamentos freqüentes. A maioria, hoje, descende de Manduca, Mulato, Manoel Lourenço, Tomás e Bernaldo. Os filhos destes se casaram e os netos e bisnetos continuam casando. Estes antepassados habitavam o local onde hoje é a Vera Cruz, o Lago da Vitória, o Capira e o Garaperi e também os centros.

A maior parte dos dados provém das comunidades que se encontram dentro da Terra Indígena, ou seja, Boa União, Jagunço II e Vera Cruz. Destas três comunidades, só os habitantes da Vera Cruz afirmam ter estado sempre no mesmo local. Jagunço II e Boa União são provenientes da Comunidade Jagunço. Essa comunidade foi fundada por Rivaldo, liderança com projeção na política indigenista, e abandonada após sua morte. Ainda que morando próximos à beira do rio, muitos dos moradores dessas comunidades têm centros, em especial para castanha.

TI Peneri/Tacaquiri



Elaboração: Funai / PPtAL

Fontes: Bases cartográficas Funai / DAF / PPTAL;
Levantamento Etnoecológico 2000

A Terra Indígena Peneri-Tacaquiri é dividida em três partes, de acordo com os grupos. Nessa divisão, a área desse grupo é do Igarapé Clariã ao Igarapé Peneri, acima da localidade conhecida como “Dois Poções”. Esse acordo entre as comunidades vem sendo questionado, ultimamente, pelos moradores da Nova Vista.

Segundo a memória oral, a região do Urubua foi local com seringal dos mais violentos. Ainda na época da regularização fundiária, o processo teve resistência especial de Pinheirão, gerente do seringal. Tanto ele (falecido há poucos anos) como seu filho eram, entretanto, casados com índias da família Bernaldo, sendo que alguns de seus filhos e netos continuavam no local. Também os outros *cariús*, que moravam na beira do rio (em casas hoje ocupadas pelos índios), tinham relações de parentesco com os Apurinã.

A identificação realizada pela FUNAI reconheceu somente parte da terra desse grupo, parte que se situa na margem esquerda (subida) do Rio Purus, deixando de fora, ainda, o Garaperi, localizado na mesma margem. Segundo os moradores, ao todo são 26 famílias Apurinã fora da Terra Indígena. Assim, vários membros da parentela habitam do lado de fora da Terra Indígena e aqueles que habitam dentro da Terra Indígena utilizam a margem oposta para obter recursos de terra firme ou mesmo plantar roçados (caso relatado na Comunidade Vera Cruz). As reuniões realizadas na Aldeia Boa União foram dominadas pela discussão em torno da necessidade de ampliação da Terra Indígena

Até 1996 havia invasão rotineira de madeiros na área. A mobilização dos índios conseguiu que os órgãos competentes atuassem, impedindo essa prática. Ainda assim, a morte de duas mulheres do Lago Urubua é atribuída à contaminação da água com açacu, madeira retirada por esses invasores.

Na reunião no local foi levantada, também, a suspeita de um desmatamento ilegal nos confins da Terra Indígena Peneri-Tacaquiri, desmatamento que se suspeita ser pista de pouso.

São vários os produtos comercializados, entre agrícolas e extrativistas, sendo um dos principais a castanha. A preocupação dos moradores é, entretanto, menos com produzir e mais com as possibilidades de comercialização dessa produção.

Garaperi

Segundo Juarez Tomás Apurinã, originário dessa localidade e habitante, hoje, da Comunidade Boa União, há no local três casas, uma sendo de Mundico e Isaura, de cerca de setenta anos cada um, e as outras duas de seus filhos. Moram na localidade quatro filhos de Mundico e Isaura, dois solteiros.

Jagunço II

A comunidade tem por liderança Maria do Socorro Justino Apurinã, irmã de Rivaldo, este idealizador e liderança do antigo Jagunço (comunidade insulada, situada na beira do Igarapé Peneri, que reunia boa parte do Jagunço II e da Boa União). Há seis casas dispostas no terreno da localidade. A colocação de Antônio Manduca e Rosária, situada mais abaixo, também nas margens do Purus, é considerada parte da Comunidade Jagunço II.

Boa União

Na Comunidade Boa União predominam as famílias formadas a partir dos casamentos de filhas de Antônio Bernaldo Apurinã. A exceção fica por conta de Francisco Lourenço Apurinã e Maria José Manduca Apurinã, das famílias Lourenço e Manduca, e da casa de Francisco Manduca Apurinã e Isaura Manoel Lourenço Apurinã, situada um pouco acima, no Rio Purus. Pode-se afirmar que há três núcleos que compõem a comunidade: (1) a beira do rio, com cinco casas, (2) as cercanias do Lago Urubuã, com três casas, (3) a colocação de Francisco Manduca, com uma casa. Entre os moradores do Lago Urubuã e os da beira do rio há certas divisões que estavam se traduzindo em divisões no uso da terra. A liderança vinha sendo exercida por Valdemar Mulato Apurinã.

Vera Cruz

A Comunidade Vera Cruz possui seis casas, cinco dispostas num mesmo terreno e a outra de Cândido Mariano Apurinã (Kakunueru), conhecido também como Americano, pertencente a uma parentela que antigamente habitava o Igarapé Peneri. De qualquer maneira, predominam na comunidade os descendentes de Manduca e Manoel Vicente Apurinã, ou Mané Grande. É liderança da comunidade Camilo Manduca da Silva Apurinã (Matoama).



Vitória

Estiveram presentes, na reunião final do Levantamento Etnoecológico, membros dessa comunidade, localizada fora de Terra Indígena, na margem direita (subida) do Rio Purus. Habitam a localidade ao menos três famílias de descendentes e afins de Iracema Soares da Silva Apurinã (Sunapa) e José Barbosa da Silva Apurinã (Mawana). Iracema é filha de Manoel Lourenço (Mané Pequeno) e irmã de Francisco Lourenço Soares Apurinã, morador da Boa União.

Lago da Vitória

Local onde moraram e foram enterrados muitos dos “antigos”. Região que já foi de grande incidência de doenças, é hoje local de habitação do índio Apurinã conhecido por Zé Batata, sua esposa, Maria Júlia Manoel Apurinã, filha de Manoel Lourenço (Mané Grande), seus filhos e afins. Zé Batata, antigo morador do lugar, voltou para ele depois de um tempo na Colocação Castanheira, às margens do Igarapé Peneri. Localiza-se fora da Terra Indígena reconhecida.

Capira

Localizada na margem direita do Rio Purus, fora da Terra Indígena, essa comunidade foi habitada por membros da atual Comunidade Boa União.

Canacuri

Localizada na região do Tacaquiri, essa aldeia é considerada de habitação antiga de antepassados e moradores atuais da Boa União e Jagunço II. Segundo Maria do Socorro Justino Araújo Apurinã, mora atualmente, na localidade, a família de seu irmão Divaldo.

Região do Igarapé Peneri

O grupo hegemônico na região do Igarapé Peneri é, hoje, o da parentela de Pedro Carlos Apurinã, já falecido. A Comunidade Nova Vista, certamente a maior de todo o Complexo, é formada por seus filhos e afins. As famílias de seus filhos também habitam a Colocação Maripuíá. Nas reuniões que realizamos compareceram, além dos moradores da Nova Vista – sede do trabalho –, representantes das Comunidades Nova Floresta e Nova Cachoeira (situada no

Igarapé Tacaquiri). Estes dois assentamentos, formados por parentelas distintas da Nova Vista, só recentemente assumiram a posição de comunidade, com os requisitos que, atualmente, se considera necessários para tanto: existência de um “cacique”, de um agente de saúde e de um professor. Participou da reunião somente um morador do Maripuí, que deixou o local antes do término do trabalho. Membros da Colocação Boca do Peneri, situada na foz do igarapé, compareceram ao trabalho na Comunidade São José do Tacaquiri.

Segundo acordo entre a Nova Vista e os antigos moradores do Jagunço, estes últimos têm direito ao uso (para extração de castanha) das colocações do Igarapé Peneri até o local denominado “Dois Poções”. Esta limitação de uso é hoje posta em questão pelos moradores da Nova Vista.

A região das Comunidades Nova Vista e Nova Floresta, região de várzea e com a presença de um lago, o Lago do Peneri, é região rica em recursos valorizados. Além da castanha, o lago é considerado farto e há abundância de andiroba. No passado, houve a exploração predatória de madeira. Ainda que haja a possibilidade, a produção de castanha é pequena. Tentaram uma alternativa econômica com a produção em grande escala de artesanato, já que boa parte das mulheres da Comunidade Nova Vista domina as técnicas de cerâmica. Segundo contaram, a tentativa de organizar a produção de artesanato foi feita por Irmã Teresa e por Rondon Vicente de Oliveira Apurinã, chefe de posto da FUNAI. As peças, entretanto, ficaram em Rio Branco - AC, onde foram consideradas caras e desvalorizadas, pois o público confundia o breu de jatobá com verniz.

A parentela de Pedro Carlos já foi vítima de muitas doenças no passado. Há vários relatos de mortes tanto na geração dos filhos de Pedro Carlos como de seus netos. Ainda que este tipo de ocorrência tenha diminuído significativamente, a comunidade encontrava-se bastante impressionada com as mortes recentes de dois filhos do agente de saúde, Juveni, provavelmente por hepatite.

Nova Vista

A comunidade possui nove casas distribuídas em dois terreiros — da Nova Vista e na beira do Igarapé Jeju. Cada uma das famílias da comunidade é formada por um filho ou filha de Pedro Carlos e uma das cinco mulheres com quem foi casado. As esposas de Pedro Carlos, irmãs, eram originárias do Igarapé Tacaquiri, assim como Israel Francisco Soares Apurinã, liderança da comunidade, Juveni Araújo de Souza Apurinã (Aomanaku), agente de saúde da comunidade, e Maria Rosalia dos Santos Apurinã.



Antes da Nova Vista, habitaram as colocações Boa Vista e Santo Antônio. Ambas foram abandonadas após inúmeros casos de doenças e mortes.

Nova Floresta

A comunidade denominada Nova Floresta localiza-se na beira dos Lagos Peneri e Janatari. É habitada pelos filhos, sobrinhos e afins de Nilson Paulo Apurinã e Maria Nascimento dos Santos Apurinã. Nilson, originário da Boca do Peneri, morou nas Colocações Sampaio e São Francisco, antes de mudar-se para o Lago, há cerca de quatorze anos. Maria é originária do Garaperi e filha de Mulato. Nilson é considerado o cacique da comunidade.

Maripuíá

A Colocação Maripuíá, situada na beira do Rio Purus, é formada pelas famílias de Lino e Armando Carlos Apurinã, também filhos de Pedro Carlos. Não é claro se formam uma comunidade independente da Nova Vista.

Boa Vista

A colocação denominada Boa Vista localiza-se na beira do Rio Purus, com quatro casas. Moram nessas casas as famílias dos irmãos Francisco, Antônio, Raimundo e Manoel Monteiro da Silva Apurinã.

Região do Tacaquiri

A região do Tacaquiri é tradicionalmente pertencente aos filhos de André e de suas cinco esposas, Joana, Maria, Emília, Francisca e Ritinha Quietinha. Seu pai, Payanã, de acordo com Artur Brasil Apurinã, João Lopes Apurinã – Lopinho – e Moacir de Souza Apurinã percorriam o território que vai do Igarapé Tacaquiri até o Igarapé Sãkoã, afluente do Rio



Purus. Próximo ao Lago Sãkoã havia, de acordo com Moacir, uma maloca onde morou Payanã, assim como a família das esposas de André. Ainda hoje seria possível ver a capoeira da maloca nas proximidades do lago.

De acordo com Paulino Barbosa Brasil Apurinã, seu avô, André, “não gostava de ser escravo dos brancos”. Enquanto a família das esposas permaneceu no Seringal Santa Vitória, André saiu da região de confluência do Tacaquiri com o Purus e foi se insulando para escapar da submissão. A Colocação Extrema foi seu limite. Para evitar novas mudanças, passou a empatar sistematicamente a entrada de não-índios. A polícia foi chamada e André atirou nesses policiais, que não voltaram. Empatou outras tentativas de invasão e não aceitou ser “sujeito”, ou seja, vender para um patrão só. Mais tarde, um dos donos do seringal, um “índio boliviano”, passou para ele as escrituras das terras, que Lopinho tem até hoje. De acordo com Lopinho, ele recebeu essas terras do pai, com a incumbência de “não deixar invadir”.

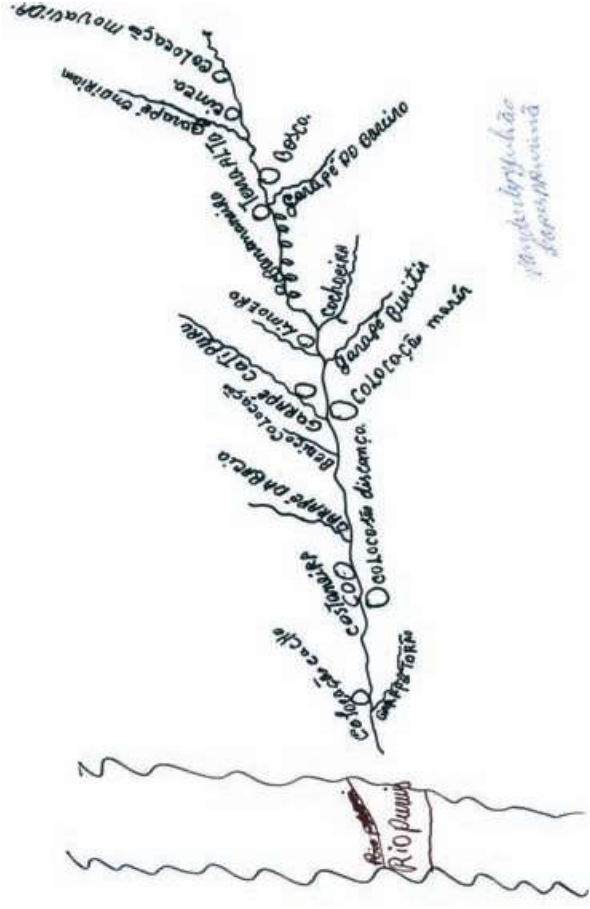
Além da parentela de André, habitam hoje a região a família Henrique, vinda do Seruini, e a família Julião. Esta última pode ser dividida em dois ramos, os filhos de José Julião e Elza Lopes, que formam a Comunidade Nova Cachoeira, e os filhos de Tracajá — José Julião —, ele também filho de Julião.

Toda a região da Santa Vitória e do Sãkoã, habitada até hoje por índios Apurinã, foi deixada de fora da regulamentação fundiária. A região do Igarapé Makawã, porção da terra que era parte do seringal do Tacaquiri, ou seja, que sempre foi reconhecida como dos índios, ficou também de fora do traçado. Este igarapé, ainda que não habitado, é onde se localizam vários centros de seringa e castanha dos moradores do Tacaquiri.

A história heróica de André serve, também, para respaldar as lutas pelas terras do Tacaquiri. De 1979 até hoje, por várias vezes, as Prefeituras de Pauini e Boca do Acre - AM e Zé Cordeiro, que possuía fazenda na área, tentaram construir estrada cortando a terra do Tacaquiri. Foram sempre empatados. A volta de Amorim, prefeito que tentou construir a estrada em 1995, faz com que voltem a temer tentativas de reavivar este empreendimento.

A invasão freqüente do Lago do Arrombado, ou Lago Novo, invasão que causa um complicado problema de organização interna, também foi questão debatida ao longo das reuniões. A atividade seringueira teve grande importância para os moradores dessa região. Ainda que ressaltando as possibilidades de se trabalhar a castanha e o óleo de andiroba, a borracha ainda é o recurso que tem a preferência dos moradores da Comunidade São José.





Nova Cachoeira

A Nova Cachoeira, localizada no Igarapé Tacaquiri, é a comunidade onde predominam os filhos de Julião e Elza Lopes Apurinã. Originários do Rio Seruini, saíram depois de um conflito há cerca de vinte anos. Maria Nazaré Fernandes Apurinã, esposa de Otacílio, liderança da comunidade, é neta de Pedro Carlos e originária da Nova Vista. A comunidade mantém uso de território comum e vínculo estreito com a Nova Vista. Participaram da reunião na Nova Vista e não com a Comunidade São José, por serem mais próximos da primeira.

São José

Há certa confusão quanto ao nome da comunidade e da colocação. Há uma colocação com este nome, onde mora o agente de saúde José Nascimento Brasil e onde, antigamente, habitava Lopinho. O local onde este mora, hoje, é denominado Castanheira, mas por vezes é chamado também de São José. Ressaltam, entretanto, que não é este, mas o outro, o “verdadeiro São José”.

A Comunidade São José, denominada por outros Tacaquiri, é uma reunião de muitas colocações. Estas colocações possuem de uma a cinco casas cada. Formam uma unidade com a liderança de Lopinho.

Santa Vitória

Colocação fora da Terra Indígena, habitada pela família de Moacir de Souza Apurinã (Kupaturu

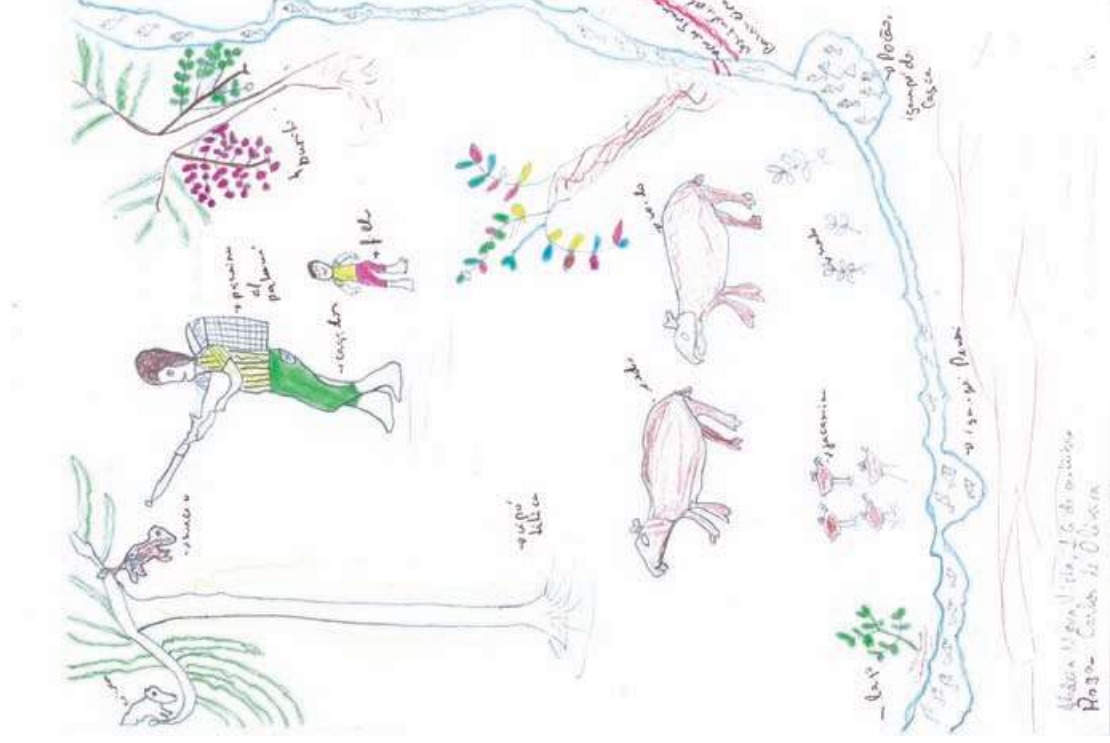
Kupuxuru) e Maria Nascimento de Souza Apurinã (Moatu Kupatxiaro), sendo ao todo duas casas. Abaixo no Rio Purus, entretanto, em local também conhecido por Santa Vitória, há diversas outras famílias, todas pertencentes à mesma parentela.

Săkoă

Fora da Terra Indígena. Há cinco famílias residentes no Igarapé São João. São lideradas por Artur Brasil Apurinã.

Casa do Sales, Maravilha

De acordo com dados de 1996, ela se situa entre o Lago Novo e o Canacuri. Em 1996, esta colocação contava com seis casas.





Terra Indígena Água Preta/Inari

Na Terra Indígena Água Preta/Inari predominam os descendentes de Doutor, ou Avelino Pequeno Apurinã (já falecido). Além dessa parentela, são importantes a de Luziana (Nova Esperança, Mipiri), provinda da região Vera Cruz/Lago da Vitória – Terra Indígena Peneri-Tacaquiri, e a de Chicó (Francisco Gabriel Apurinã), na Comunidade São Francisco.

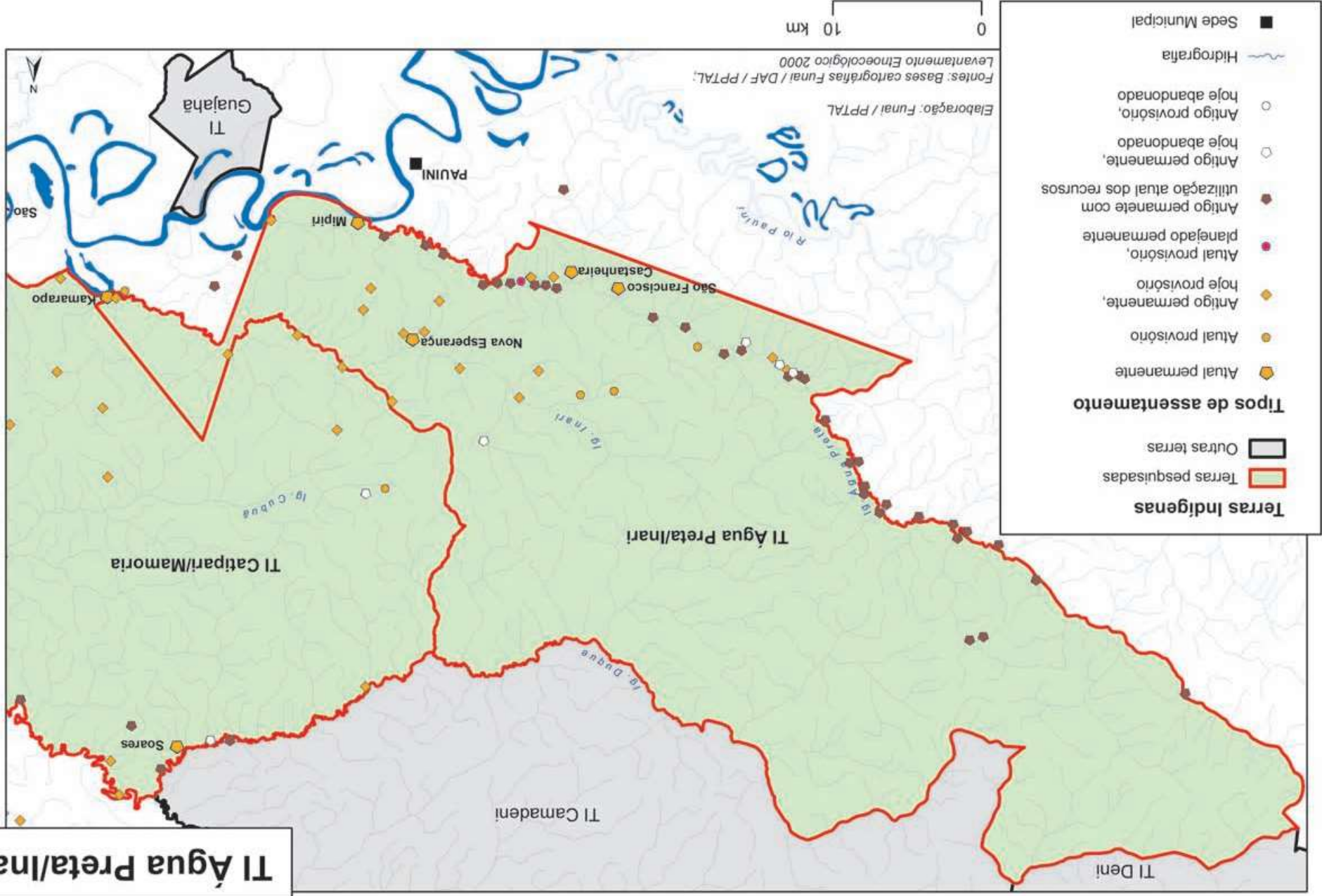
Tabela: Assentamentos da Terra Indígena Água Preta/Inari

Assentamento	Localização	População	Ano
Castanheira	Ig. Água Preta (Yaoroã)	31*	1996/2000
Mipiri	Ig. Água Preta, próximo à boca	55	2000
Nova Esperança	Ig. Inari	19	2000
São Francisco	Ig. Água Preta (Yaoroã)	45	2000

*Número estimado, devido à ausência de uma família durante o levantamento, usando os dados de 2000 e de 1996 (UNI).

Terra Indígena perto da cidade de Pauini, sofre as consequências desta proximidade. Se, por um lado, é a Terra Indígena com maior acesso a recursos de saúde, com maior influência na política local e nacional, por outro, é onde há maiores reclamações sobre a escassez de caça e pesca. Recursos naturais comercializáveis, como castanha, andiroba ou copaíba, são raros, os dois primeiros praticamente inexistentes nos limites atuais da Terra Indígena. Ao contrário de outros locais, também não há um apreço especial pela borracha, uma vez que esta é relacionada ao período de servidão por dívidas. As comunidades da área têm centrado seus esforços na agricultura, com plantação intensiva de espécies como o cupuaçu, a pupunha, o açaí e o uso de

TI Água Preta/Inari



- Terras Indígenas**
- Terras pesquisadas
 - Outras terras
- Tipos de assentamento**
- Atual permanente
 - Atual provisório
 - Antigo permanente, hoje provisório
 - Antigo provisório, hoje abandonado
 - Antigo permanente, hoje abandonado
 - Antigo permanente com utilização atual dos recursos
 - Planejado permanente
 - Atual provisório
 - Antigo permanente, hoje provisório
 - Antigo provisório, hoje abandonado
 - Antigo permanente, hoje abandonado
- Hidrografia**
- Sede Municipal

técnicas de agrosilvicultura. Com as viagens de alguns moradores para Rio Branco - AC, tiveram contato com novas possibilidades de beneficiamento dos produtos, como a farinha de pupunha, produzida no Projeto Reca (Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado, projeto da Associação de Pequenos Produtores da cidade de Nova Califórnia - AC). O problema, como na maior parte das comunidades, é conseguir mercado vantajoso. As Comunidades Mipiri e Nova Esperança estão à frente, ainda, da Associação Apurinã, que tem por objetivo criar alternativas de renda para as comunidades desta etnia na região de Pauini.

Um problema interno que acabou por dominar as reuniões do Levantamento Etnoecológico, em especial na Comunidade Mipiri (onde havia representantes da Nova Esperança), foi a polêmica em torno da adesão de alguns moradores à religião do Santo Daime. Além de ser a Religião da Comunidade Castanheira, é também de alguns membros da família de Massimino Avelino Chaves Apurinã, na Comunidade Mipiri, e de alguns moradores da Nova Esperança. É também religião dos *cariú* que moram na margem esquerda do Igarapé Água Preta. Abdias Franco da Silva Apurinã, liderança do Mipiri, Valdeci Franco da Silva e Otávio Avelino da Silva afirmaram, várias vezes, durante a reunião com a comunidade, a preocupação com a presença da religião. Para eles, o Santo Daime é uma ameaça à cultura Apurinã, além de temerem o contato de seus filhos com drogas. O grupo pertencente ao Santo Daime, representado na reunião por Rondon Vicente de Oliveira Apurinã (chefe de posto da FUNAI e membro da Comunidade Castanheira), por Alderi Francisco Apurinã (Comunidade Nova Esperança) e por Josimar Ferreira Chaves, o Timar (Comunidade Mipiri), argumenta que com o Santo Daime valorizam o fato de serem índios e ainda evitam o uso de bebidas alcóolicas: “antes isso do que cachaça”.

A existência da comunidade de não-índios do outro lado do igarapé também é motivo de conflito. Além da questão do Santo Daime, que muitos vêem como diretamente influenciada pela presença desta comunidade, há a reclamação de que os moradores desta facilitariam a pesca predatória no igarapé. A área onde habita essa família *cariú* é reivindicada pela parte da Comunidade Mipiri contrária ao Santo Daime, com o argumento de que lá seria local de habitações antigas, onde muitos teriam nascido e sido enterrados.

A pesca na desova da matrinxã também é um problema que afeta há anos esta Terra Indígena. A fiscalização já foi feita com sucesso, mas havia a tensão em conseguir que as várias comunidades se organizassem, uma vez que os dois velhos do Mipiri já haviam sido ameaçados por impedirem a pesca de pessoas vindas de Pauini.

A invasão da área, de um modo geral, gerou discussões acerca dos limites e responsabilidades de cada um. Segundo alguns afirmaram ao longo das discussões, muitas entradas de não-índios são facilitadas por relações de amizade.

Ainda de acordo com os moradores do Mipiri, a região que vai da Colocação Atalaia ao Igarapé Inari, conhecida como Saco dos Bois, deixada de fora na regularização fundiária, é região de habitação antiga da parentela da área, com presença de antigas aldeias. Além disso, estão impedidos de extrair castanha e utilizar os lagos, já que esta é a região onde costumavam exercer estas atividades. Por estar fora da Terra Indígena, a região da boca do Igarapé Inari (Saco dos Bois e Anisape), converte-se em porta de entrada para caçadores e pescadores invadirem tanto esta Terra quanto a Terra Indígena Catipari-Mamoriá.

A demarcação da Terra Indígena Água Preta/Inari deixou, ainda, de fora boa parte da margem esquerda do Igarapé Água Preta e quase todas as cabeceiras dos afluentes desta margem. Segundo os moradores da Comunidade São Francisco, sua área de caça vai do Igarapé Dois Irmãos até a cabeceira do Igarapé Água Preta, incluindo as duas margens. A margem direita, por não ser parte da T.I. demarcada, acaba servindo de porta de entrada de invasores.

A proximidade da cidade também já se faz sentir. De acordo com Adilino Francisco Apurinã, o Igarapé Makotxi vem sendo poluído, pois foi construída uma barragem para banho. Desde então, a água vem “toldada” e a matrinxã tem começado a faltar. Além disso, várias “fazendas” estão se estabelecendo nesses afluentes.

São Francisco

Comunidade formada pelos filhos e afins de José Avelino Vicente Apurinã, Seu Zeca (Kopakú), e Isabel Batista Vicente Apurinã (Muruerdo). Filho de Doutor, muitas vezes chamado de Zeca Doutor, Seu Zeca é, também, a liderança reconhecida da Comunidade São Francisco. Esta comunidade conta, hoje, com nove casas.

Além dele, habita a comunidade a parentela de Francisco Gabriel Ferreira Apurinã – Seu Chicó. Dois de seus filhos são casados com filhas de Seu Zeca. A outra parentela que habita a comunidade, ainda que provisoriamente, é a de Creusa Lopes Apurinã, provinda do Seruini. A filha de Creusa, Maria de Nazaré Lopes Apurinã (Kamapa), é casada com Orlando Avelino Batista Apurinã, Coró, também filho de Seu Zeca. Esta parentela, que conta com a família de outro filho de Creusa, estava de mudança para a Colocação Varador, colocação também no Igarapé Água Preta. Nesta colocação morava Chicó, antes de mudar para o São Francisco.

Seu Zeca nasceu no Rio Purus, próximo à boca do Igarapé Água Preta. Cortava seringa dentro do igarapé. Em 1954, veio para o “primeiro” São Francisco, uma vez que a comunidade era localizada, originalmente, mais ao alto. De lá, a comunidade mudou para o atual local, mas na outra margem do igarapé. Em 1991, devido às alagações, vieram para o lugar onde moram presentemente.



Castanheira

Na Castanheira moram os filhos de Eunice, filha de Doutor, e Pedro Vicente de Oliveira Apurinã, filho do tuxaua Vicente, uma das lideranças reconhecidas pelo SPI no Posto Marienê (atual Terra Indígena Seruini-Marienê) – ambos hoje falecidos. Esta comunidade formava uma unidade com o São Francisco, no antigo local desta última (acima no igarapé). A liderança da comunidade é Osmar Vicente de Oliveira Apurinã (Mamorutu).



Mipiri

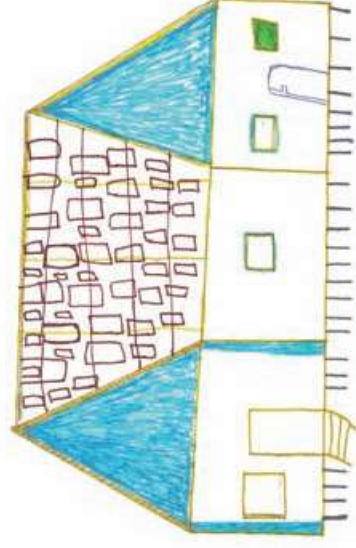
No Mipiri se encontram Felinto Avelino Vicente Apurinã (Kasãtomaru), Francisco Avelino Vicente Apurinã, ou Massimino (Warusãpa), e Otávio Avelino Vicente Apurinã (Atokatxu). Abdias, filho de Otávio, é a liderança da aldeia. Casou-se com Valdeci, de família da região das Comunidades Vera Cruz e Lago da Vitória (Terra Indígena Peneri-Tacaquiri), sendo que sua mãe e irmãos também se mudaram para a Terra Indígena Água Preta.

Localizado próximo do Rio Purus, o Mipiri era habitado primeiramente por Massimino. A parentela de Abdias morava na Nova Esperança, mudando para o local há alguns anos, com o objetivo de proteger a terra indígena e facilitar o transporte da produção. Muitos transitam, passando períodos na Nova Esperança e períodos no Mipiri.

Nova Esperança

A Nova Esperança possui quatro casas fixas: a de Adilino Francisco Apurinã (Itariri), irmão de Valdeci, provindo também de centro da Comunidade Vera Cruz, casando-se com Fátima Avelino Apurinã, filha de Felinto, na Terra Indígena Água Preta/Inari; a de sua filha, Alzemira Francisco da Silva Apurinã (Irarero), casada com o neto de Otávio, Luís Avelino da Silva Apurinã (Youku), Bodó, liderança da comunidade; a de Antônio Brás Apurinã (Kaikurupu)/Nazaré Soares Apurinã (Awarepo), Teresa; e a de Benício Brás Apurinã (Kamyotu), os primeiros provindos também da região Vera Cruz/Lago da Vitória e o último, do Mamoriá.

*Valdeci Soares da Silva - Apurinã
Aldeia Mipiri*





Terra Indígena Catipari-Mamoriá

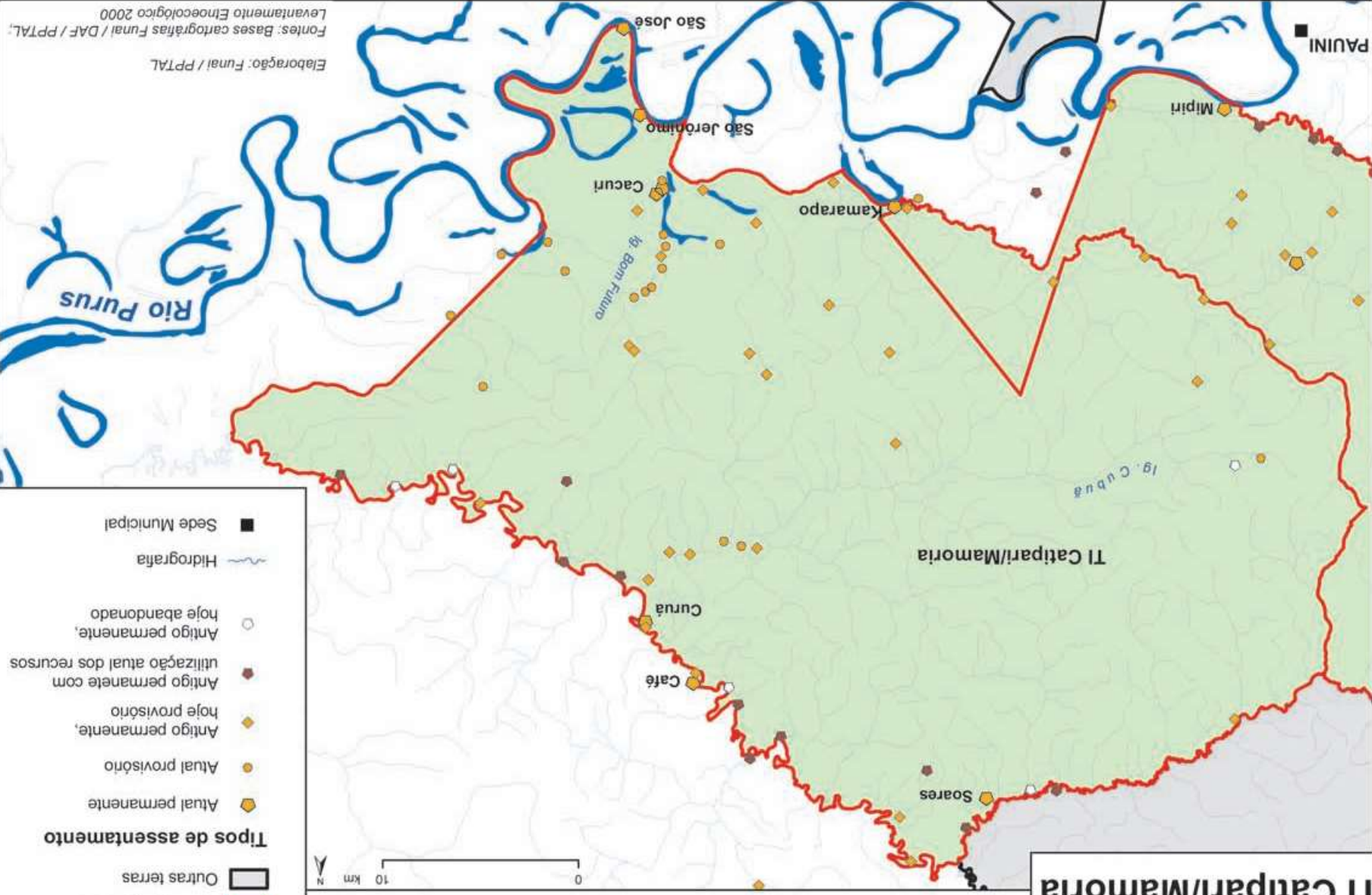
Tabela: Assentamentos da Terra Indígena Catipari-Mamoriá

Assentamento	Localização	População	Ano	Observações
Café	Beira do Rio Mamoriá		2000	Fora da Terra Indígena. Uma família
Caruá	Beira do Rio Mamoriá	24	2000	
Kamarapo	Beira do Lago Inari	46	2000	
São Jerônimo	Beira do Lago São Jerônimo	32	2000	Inclui a casa do Antônio Venâncio, localizada na beira do Purus
São José	Beira do Rio Purus	53	2000	
Soares	Beira do Igarapé do Gustavo		2000	Duas famílias

A Terra Indígena Catipari-Mamoriá é formada pelos intercassamentos das famílias que adotam os sobrenomes Muniz, Ramos, Francelino e Rafael. Alguns detalhes podem ser apontados para cada uma delas:

1. Muniz: parentela predominante na Aldeia Nova, Terra Indígena Camadeni. Constitui-se a partir de um casamento misto, Jamamadi e Apurinã.
2. Ramos: dois irmãos, Alzira e João, são os membros mais velhos desta parentela. João habitava na beira do Rio Purus, fora da Terra Indígena., mas possivelmente estava mudando para a Comunidade Kamarapo. Alzira é mãe dos irmãos que constituem o núcleo principal da Aldeia Kamarapo.
3. Francelino: parentela dos filhos e netos de Francelino (já falecido) com quatro

TI Catipari/Mamoria



esposas. Seus filhos e netos formam as quatro comunidades da Terra Indígena.

4. Rafael: Pedro Rafael habitava, de forma mais permanente, a beira do Lago do Catipari (São Jerônimo). A parentela dos Rafael, hoje dispersa no Purus (em especial, em Lábrea), é a mais antiga do local (Lago do Catipari).

Esta Terra Indígena tem abundância de recursos muito valorizados, como peixes de grande porte (devido ao grande número de lagos), copaíba (região do Rio Duque - Mamoriá) e castanha. Não é uma região que apresente problemas alimentares ou com carência de produtos comercializáveis, ainda que, como em toda parte, haja problemas de alcançar bons preços com a produção.

A grande importância da castanha faz com que muitos dos assentamentos temporários sejam centros de castanha, ou castanhais. Abertos com a finalidade de explorar este produto, eles pertencem a quem os iniciou. Na região do Mamoriá, um dos principais produtos extraídos é a copaíba, que é aí abundante – “aquilo é que é a produção nossa” (Duda Muniz Apurinã). Trabalham contratados por marreiros, passando de um a dois meses (inverno) nesta função.

Ainda que seja possível pensar esta Terra Indígena dividida em duas regiões geográficas, o Catipari e o Mamoriá, há um trânsito que unifica a área. Segundo os moradores do Catipari, toda a área é percorrida por eles em incursões de caça e pesca. Além disso, muitos dos que hoje habitam as cercanias dos Lagos Catipari e Kamarapo já moraram no Rio Mamoriá e seus afluentes. Já os falecidos “velhos” Francelino e Rafael transitaram entre habitações da região do Catipari e afluentes do Rio Mamoriá, como os Igarapés Xingané e Castelo (fora da Terra Indígena). As relações de parentesco formam também uma rede que entrecruza a Terra Indígena Catipari-Mamoriá e a conecta à Terra Indígena Camadeni.

Esta unidade de parentesco estava abalada quando foi realizada a pesquisa. Ademir Muniz Apurinã, da Aldeia Nova (Terra Indígena Camadeni), foi assassinado em junho de 2000, na Aldeia São José, durante uma bebedeira. Este fato rompeu as relações entre o Catipari e o Mamoriá e criou medo de retaliações de ambas as partes. Um caminho entre a Aldeia Nova e a Comunidade Nova Esperança foi aberto posteriormente. A abertura deste caminho – com apoio dos moradores das Aldeias Mipiri e Nova Esperança (Terra Indígena Água Preta-Inari) – que passa pela Terra Indígena Catipari-Mamoriá provocou protestos por parte de membros das comunidades da região do Catipari, presentes na reunião, uma vez que o sentiam como uma ameaça, por ser uma forma de trânsito sem controle dentro da terra indígena.

A região do Rio Mamoriá, se por um lado é extremamente abundante em caça e pesca, por outro é região com alta incidência de doenças. Foi neste rio que, há alguns anos, ocorreram





oito mortes por hepatite delta, ou Febre Negra de Lábrea. Esta doença, devastadora e ainda pouco explicada, fez com que a Aldeia Vila Nova, no Rio Mamorí, fosse abandonada, parte de seus moradores criasse a Comunidade Kamarapo e outra parte fosse para as Comunidades São José e São Jerônimo. Uma das famílias do Kamarapo perdeu, de uma única vez, cinco crianças devido à doença. A ameaça de epidemias e, principalmente, da hepatite delta acarretou mudanças na ocupação do Mamorí, levando a maior parte de seus moradores a desocupar o rio e se direcionar a áreas de melhor acesso para as cidades de Pauini e Lábrea. A hepatite, seja nas versões brandas, conhecidas na região por “tiriça”, seja as agudas, que provocam mortes, continua apresentando casos. Além disso, segundo o relato dos moradores do Caruá, a vazante é o tempo em que, anualmente, ocorrem os casos de malária. Atualmente, o projeto de saúde da FUNASA vem contribuindo para amenizar os problemas de saúde na região, principalmente com medidas de prevenção, disponibilidade de transporte rápido (por voadeira) e posto de atendimento em Pauini.

A manutenção de moradia em locais distantes é sempre problemática no que diz respeito ao atendimento de saúde. Doenças que exigem cuidado rápido (hepatite delta, cólera, etc.), assim como ferimentos e picadas de cobra, podem ser fatais devido às dificuldades de transporte. A Comunidade do Caruá, antigamente uma comunidade insulada no Rio Duque, mudou para o atual local após uma morte por picada de cobra. Segundo Maria Duda Muniz Apurinã, moradora do Caruá, muitas pessoas saíram do Alto Mamorí e do Duque por causa das doenças e pela dificuldade de acesso aos recursos de saúde. Este é um dos motivos alegados pelos moradores da aldeia para a abertura do caminho entre a Aldeia Nova (Terra Indígena Camadeni) e o Mipiri (Terra Indígena Água Preta/Inari). A infraestrutura do projeto de saúde da FUNASA tem contribuído para amenizar este tipo de questão, mas ainda não parece ser suficiente para que as pessoas possam voltar a ocupar aquelas áreas remotas, ricas em recursos.

A entrada de invasores é problema tanto nas imediações da Comunidade Kamarapo, como no

Rio Mamoré. Devido à proximidade com os não-índios, os moradores da Comunidade Caruá, no Rio Mamoré, afirmam que o problema é conseguir acertar com estes para controlar a saída do peixe, em especial o pirarucu e a matrinxã. Também os lagos dentro da Terra Indígena são invadidos costumieiramente, de preferência à noite, por pescadores. Não conseguiram, também, se organizar para enfrentar as ameaças que recebem quando tentam exercer a fiscalização.

Segundo os moradores da Comunidade Kamarapo, o fato de a boca do Igarapé Inari estar fora da área facilita a entrada de caçadores e pescadores. Além disso, os moradores da região do Catipari afirmam que parte da região entre as Terras Indígenas Catipari-Mamoré e Água Preta-Inari é área que usam para caçar. Reclamam, ainda, a região do Lago do Mamão que, segundo eles, foi deixada de fora na demarcação.

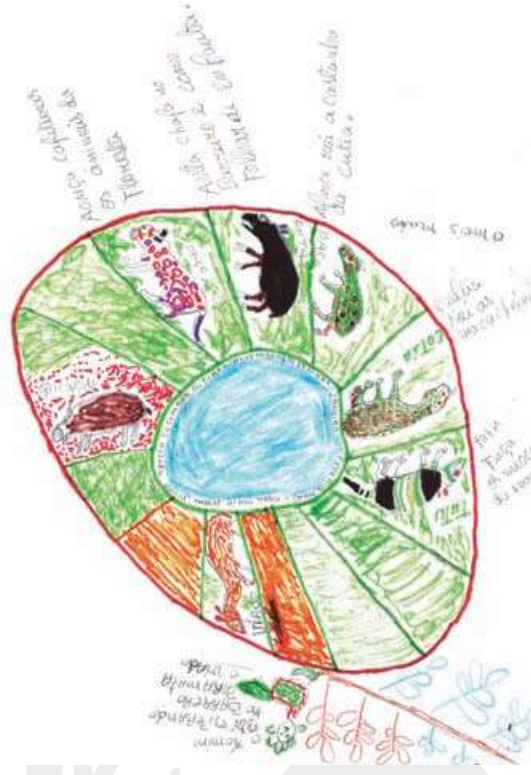
No caso do Mamoré, a margem direita do rio não é considerada Terra Indígena. Nesta margem está a Colocação Café, onde mora parte da parentela do Caruá. O Igarapé Castelo, afluente da margem direita que desemboca perto desta colocação, é local antigo de moradia, onde morreu Francelino e onde nasceu boa parte de seus filhos. Segundo o que relataram os moradores da Comunidade Caruá, na região próxima à Aldeia Nova (Terra Indígena Camadeni) há outros assentamentos, na margem direita.

Kamarapo

Na Comunidade Kamarapo moram filhos, netos e afins de Alzira Ramos Apurinã, com os dois homens com quem foi casada, Odorico Ferreira de Lima e Hildebrano Francelino Batista Apurinã (Osauo), também morador do Kamarapo.

A comunidade fica localizada na beira do Lago Kamarapo. Possivelmente, também João Ramos Filho Apurinã, irmão de Alzira, e sua esposa, Naninha Francelino Batista Apurinã, irmã de Hildebrano, se mudem para a comunidade. Esta comunidade provém da Vila Nova, aldeia no Rio Mamoré, abandonada após o surto de hepatite delta. A liderança da comunidade é Cosmo Ramos Ferreira Apurinã, que é também agente de saúde.

Mapa da Comunidade Kamarapo - Alzira Ramos



São Jerônimo

Comunidade na beira do Lago Catipari, é formada pelos filhos e afins de Faustino Rafael Apurinã (Makapokonutu) e Corina Francelino Apurinã (Muriero). Na beira do Rio Purus, em colocação considerada como pertencente à Comunidade São Jerônimo, mora, ainda, a família de Brás Francelino Apurinã e de seu filho, Antônio Venâncio Rafael Apurinã (Umawa). Brás passa, ainda, períodos no local da antiga Comunidade Cacuri, que utiliza como “centro”. É liderança da comunidade Valdemir Rafael Francelino Apurinã (Pãaru).

São José

A Comunidade São José é recente, formou-se a partir da mudança da Comunidade Cacuri. É constituída, principalmente, por filhos de Artur Francelino e Cristina Rafael (falecida) e pelos filhos de Antônio Francelino e Maria de Nazaré Rafael (já falecidos). Mudaram para o assentamento as famílias de Jóia Ramos Apurinã e de seu filho Naim, provenientes da Comunidade Kamarapo. Os filhos de Artur moravam também na Vila Nova, no Rio Mamoriá, tendo saído após o surto de hepatite delta. A mudança para o Rio Purus se deveu às facilidades de acesso aos bens de consumo industrializados (mercadorias) e à cidade. A desvantagem, segundo relataram, é conviver com alagações. A liderança da comunidade é Antônio Olavo Venâncio Apurinã, que é também professor da escola local.

Caruá

Formada pelos filhos e afins de Maria Duda Muniz Apurinã e Francisco de Assis Francelino Batista Apurinã. Moravam, até 1995, dentro do Rio Duque, na Colocação Castanheira. Saíram após a morte de um filho por picada de cobra, decididos a morar mais perto de onde encontram remédio. A decisão de morar mais perto da foz do Rio Mamoriá teve também o objetivo de controlar e regular a via de acesso principal à Terra Indígena (depois do Rio Purus), principalmente os lagos, que estavam sendo constantemente invadidos. Ainda, a nova localização permite melhor acesso aos marreteiros, facilita, portanto, o escoamento da produção e aquisição de mercadorias.



A pesca predatória na foz do Mamoriá e a invasão de lagos foi tema recorrente nas discussões no local. Os moradores tinham a intenção de arrendar os lagos, mas os pescadores não aceitaram pagar renda. Ainda, segundo os moradores do Caruá, há algum tempo atrás, os moradores da Aldeia Nova (Terra Indígena Camadeni) se juntaram aos *caríú* que moravam na margem oposta (fora de área) para “empatar” a entrada de pescadores profissionais no Mamoriá. Atualmente, estes mesmos *caríú* estão pescando junto com os profissionais. Os moradores do Caruá se sentem isolados e não conseguem evitar a pesca predatória.

Doenças como malária e hepatite são comuns, sendo as epidemias de malária constantes no mês de agosto. A distância da cidade faz com que os moradores sejam socorridos pelo fazendeiro Mundico (morador das proximidades), que foi agente de saúde em Lábrea. Segundo os moradores, ele manda lâminas (exames de malária) para a cidade e fornece remédios.

Os moradores do Caruá reclamam do isolamento físico e político: estão distantes ainda da cidade, não têm rádio e, com exceção da médica da FUNASA, praticamente não recebem visitas, seja dos órgãos oficiais, seja de organizações indígenas, como a UNI ou OPIMP. Sentem-se, também, prejudicados pela falta de informação sobre idéias e projetos de produção e gestão, discutidos em outras áreas do Complexo.

Café

Fora da Terra Indígena, colocação de Dari, filha de Duda e Assis (Caruá), e Francisco, filho de João Ramos Filho Apurinã (cf. Comunidade Kamarapo). Situa-se nas proximidades da boca do Igarapé Castelo. Segundo moradores do Caruá, trata-se de uma colocação antiga de seringa e sorva pertencente à família de João Ramos Filho Apurinã. O Igarapé Castelo é antigo local de moradia da parentela e é utilizado até hoje pelos moradores do Caruá.

Soares

Colocação já próxima da Terra Indígena Camadeni, provavelmente é parte da Comunidade Aldeia Nova. Segundo as informações dos moradores do Caruá, moram duas famílias no local.





Terra Indígena Seruini-Marienê

Tabela: Assentamentos da Terra Indígena Seruini-Marienê

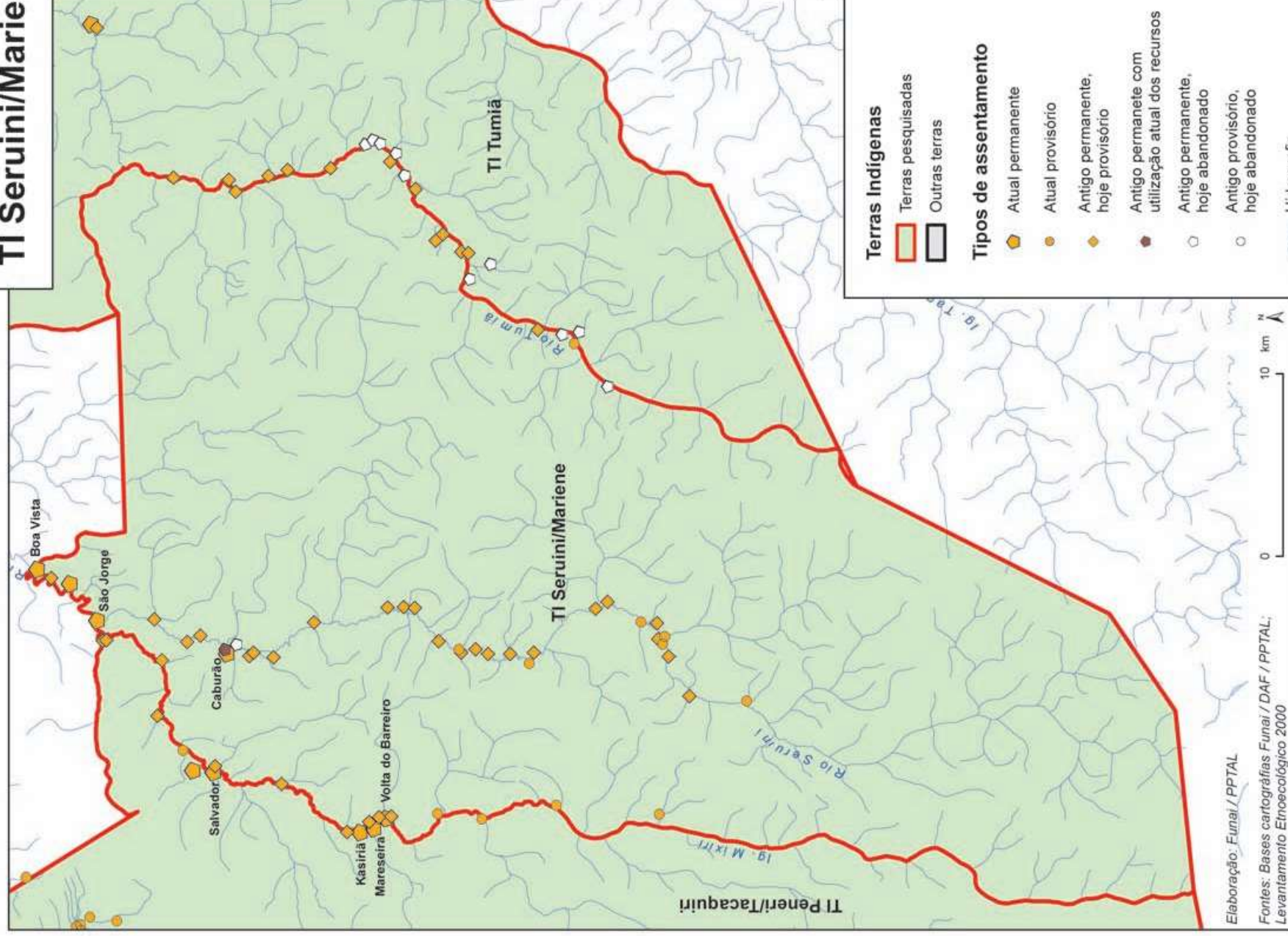
Assentamento	Localização	População	Ano	Observações
Boa Vista	Rio Seruini	4	2000	Pertence à Comunidade Bom Jesus
Bom Jesus	Rio Seruini	14	2000	Dois dos habitantes encontravam-se em Boca do Acre
Casa do Teixeira	Rio Seruini	5	2000	Fora da T. I. Pertence à Comunidade Bom Jesus
Cujubim	Rio Seruini		2000	Uma família. Fora da T. I. Talvez mudando para Lábrea
Manasa	Rio Seruini		2000	Uma família. Fora da Terra Indígena.
Manhã	Rio Seruini.		2000	Cinco famílias. Fora da Terra Indígena.
Marienê	Rio Seruini .	54	2000	
Peneira	Rio Seruini		2000	Uma família. Fora da Terra Indígena.
Salvador	Ig. Mixiri	13	2000	Deve estar mudando mais uma família de seis pessoas
São Jorge	Rio Seruini	8	2000	
Volta do Barreiro	Ig. Mixiri	6	1996*	Pertence à Comunidade Kasiriã
Zug	Rio Seruini.		2000	Quatro famílias. Fora da Terra Indígena.

* Local não visitado. Informações UNI (1996).

A parentela predominante na Terra Indígena Seruini-Marienê é a dos filhos e afins do velho Jacinto, já falecido, e suas duas esposas, Emília e Joana. Esta parentela estende-se das proximidades da foz do Rio Seruini até o Igarapé Mixiri.

Esta é, certamente, a área com maior antigüidade no reconhecimento legal de área indígena,

TI Seruini/Mariene



Elaboração: Funai / PPTAL

Fontes: Bases cartográficas Funai / DAF / PPTAL;
Levantamento Etnoecológico 2000

que remonta ao período do SPI (Serviço de Proteção aos Índios). A região onde hoje é a Aldeia Marienê foi, entre as décadas de 1910 e 1950, posto do SPI. Desde que começou o processo de reconhecimento de direito às terras pelos índios, muitos dos moradores desta terra têm compreendido verdadeira batalha, com mortes, inclusive, para garanti-la e mantê-la a salvo de invasões.

Esta área era seringal pertencente aos irmãos Pontes, Isaac e Antônio. Posteriormente, foi comprada pelas indústrias madeiras Manasa e Zugmann. O processo de regularização das Terras Indígenas na região contou com grande resistência neste local. Esta foi a única Terra Indígena que teve contestação, impetrada pela Zugmann, após o processo de demarcação.

Parte da parentela, que trabalhava e possuía relações de aliança na Zugmann, posicionou-se contra os limites da terra. Os conflitos gerados neste contexto culminaram com a morte de Zé Lopes Apurinã, filho de Amadeu, em ferimentos permanentes em Farnelo Lopes Apurinã e em sua filha Lucinda e na fuga da família de Rubem Lopes Apurinã, acusada pela morte. Há pelo menos 76 pessoas morando fora da Terra Indígena no Rio Seruini. Até a Colocação Cujubim, os ocupantes são exclusivamente Apurinã, sendo que estes moradores de fora da Terra Indígena vêm se organizando no sentido de reivindicar estas terras.

Há uma grande comunidade de não-índios, paranaenses (que, provavelmente, migraram para trabalhar nas empresas) e seringueiros, a Limeira. Não muito distante da foz do Seruini no Purus, esta comunidade chama a atenção por ter um padrão de ocupação diversa de outras comunidades “*cariú*”. As pessoas da região ressaltam a organização da comunidade, que, segundo relataram, tem associação para comercializar seus produtos (entre eles, farinha especializada, açúcar “gramixó” e melado de cana, todos produzidos em larga escala), o terreiro limpo, as casas que consideram bem feitas. Chama a atenção a erosão dos barrancos, que, em geral, não se nota, com esta intensidade, em outras ocupações ribeirinhas amazônicas. É uma área de grande impacto e que se expande rapidamente na região. Pode-se inferir, portanto, à primeira vista, ao menos, que há aí outro padrão cultural que se evidencia nas características notadas.

Sendo o Seruini um rio largo, de fácil navegação, é alvo de caçadores e pescadores. Quando foi realizado o trabalho de levantamento, não foram poucas as embarcações de não-índios avistadas ao longo de seu curso. Tratavam-se de pescadores e caçadores ocasionais, provindos de Pauini. Em relação a outros locais visitados, chama, também, a atenção os sinais de ação antrópica em suas margens, na área antes da Terra Indígena.

A reclamação acerca da intensidade da pesca na boca do Seruini domina as discussões dentro

e fora da Terra Indígena. Segundo moradores de dentro da Terra Indígena, na comunidade da Limeira, a pesca com malhadeiras é intensa, chegando, segundo dizem, a apanharem 1.500 kg de matrinxã na desova. Fora isso, há a pesca dos profissionais, em especial de um pescador conhecido por Tumiã, que não conseguem controlar, já que boa parte do Seruini, incluindo a boca, está fora da Terra Indígena. Segundo, ainda, as informações dos moradores, eles vêm sentindo um acentuado decréscimo nos peixes em decorrência destas práticas.

Moradores das Aldeias Bom Jesus e Marienê desconfiam de invasão nas cabeceiras do Seruini, nas proximidades dos campos de Natureza (Formações Pioneiras). Escutam motoserra e Paulo Lopes Apurinã, morador da Comunidade Marienê, viu três pessoas na região. Segundo ele, uma estrada passa perto do local e há pequenas trilhas na mata, cortando seus piques de caça. Além disso, há uma fazenda com campo de pouso perto do limite da área. Há suspeitas de que há gente de fora tirando peixe clandestinamente no Alto Seruini.

Além do Seruini, é importante, tanto como local de moradia como de uso dos recursos, o Igarapé Mixiri. Este Igarapé, localizado na fronteira das Terra Indígena Seruini-Marienê e Peneri-Tacaquiri, é habitado pelos filhos e afins de Chagas Lopes Apurinã e Joana Francisco Apurinã, já falecidos, e pela parentela de Benedito Paula Apurinã e Maura Lopes Apurinã, a última também já falecida. As alianças atuais dos filhos de Benedito são para com as comunidades do Seruini, assim como para com as parentelas do Tacaquiri. Segundo descreveram Raimundo Chagas Lopes Apurinã e Dário Lopes Apurinã, há um trânsito entre Tacaquiri, Seruini e Tumiã para casamentos e comida (caça e pesca). Ainda, segundo eles, no caso do Tacaquiri, são os habitantes deste Igarapé que vêm ao Seruini, pois o Tacaquiri não é um Igarapé farto e não valeria a pena sair do Seruini ou Mixiri para ir caçar e pescar no Tacaquiri.

Cujubim

Antiga colocação do índio Chico Coletor, que se mudou para a Terra Indígena Lago do Marahã. Habitam a localidade a família de Francisco, filho de Chico Coletor e, a uma curta distância, a de Daniel, antigo gerente da Madeireira Zugmann, vindo de Rondônia. Daniel já esteve envolvido em conflitos com os moradores da Terra Indígena Seruini-Marienê e também tinha problemas com Francisco, em decorrência do gado de Daniel que estaria acabando com as plantações do Cujubim. Por esta razão, este aventava a possibilidade de se mudar do local.



Manhã

Fora da Terra Indígena. Habita a localidade a parentela de Iaia Lopes Apurinã.

Peneira

Antiga colocação dos índios Olavo e Bento (já falecidos). A família de Bento permanece no local.

Zug

Fora da Terra Indígena. Antiga sede da Madeireira Zugmann. Mora no local a parentela de Araújo Lopes Apurinã.

Manasa

Fora da Terra Indígena. Mora na colocação um filho de Bento Apurinã. Bento é falecido e seus outros filhos se encontram nas Colocações Peneira e Zug.



Boa Vista

Local antigo de moradia, habitado por Amadeu Lopes Apurinã (Aramakaru) e dois filhos solteiros. Amadeu é pai dos habitantes da Comunidade Bom Jesus. É local estratégico, pois se situa no início da Terra Indígena, facilitando o controle de invasões. Lá moraram Manoelzinho, Creusa Lopes Apurinã (atualmente na Terra Indígena Água Preta/Inari), Iaia Lopes Apurinã (moradora da Colocação Manhã) e Custódio Lopes Apurinã (irmão de Amadeu).

São Jorge

Moradia atual da família de Valdimiro Lopes Apurinã. A colocação é considerada como pertencente à Aldeia Bom Jesus.

Bom Jesus

Habita a localidade a família de Dário Lopes Apurinã (Kakoyoru), liderança, e Cecília Lopes de Souza Apurinã, natural do Tumia.



Casa do Teixeira

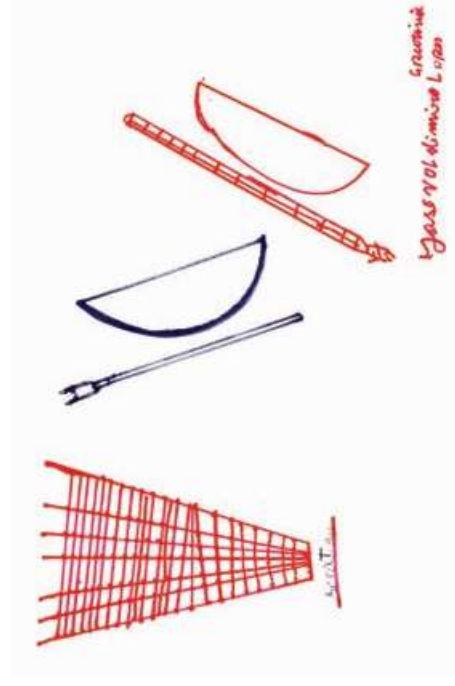
Localizada em região que não é considerada Terra Indígena, habita a localidade Teixeira Lopes Apurinã, também filho de Amadeu. Também faz parte da Comunidade Bom Jesus.

Marienê

Habitam a localidade os filhos e afins de Fernandes Francisco Apurinã (Kumamaru K.) e Maria Palmira Lopes Apurinã (K. Moaku). A liderança da comunidade é Said Fernandes Francisco Apurinã. As casas das comunidades ficam dispostas dos dois lados do rio e não se encontram no mesmo terreno.

Salvador

Colocação situada na beira do Igarapé Mixiri, aberta por Raimundo Chagas Lopes Apurinã e Antônio Chagas Lopes Apurinã, provenientes do Alto Mixiri.



Comunidade Kasiriã

A Comunidade Kasiriã é composta por três colocações: Kasiriã, Mareseira e Volta do Barreiro. Estas colocações estão, em parte, na Terra Indígena Peneri-Tacquiri e, em parte, na Terra Indígena Seriuni-Marienê. Habitam estas colocações Benedito Paula Apurinã e três de seus filhos, casados com três filhas de Maria Barbosa do Nascimento (Prazer), habitante da Comunidade São José (Terra Indígena Tacaquiri). Júlio Batista de Paula Apurinã, que mora da colocação Mareseira com seu irmão Antônio, é liderança da comunidade.





Terra Indígena Tumiã

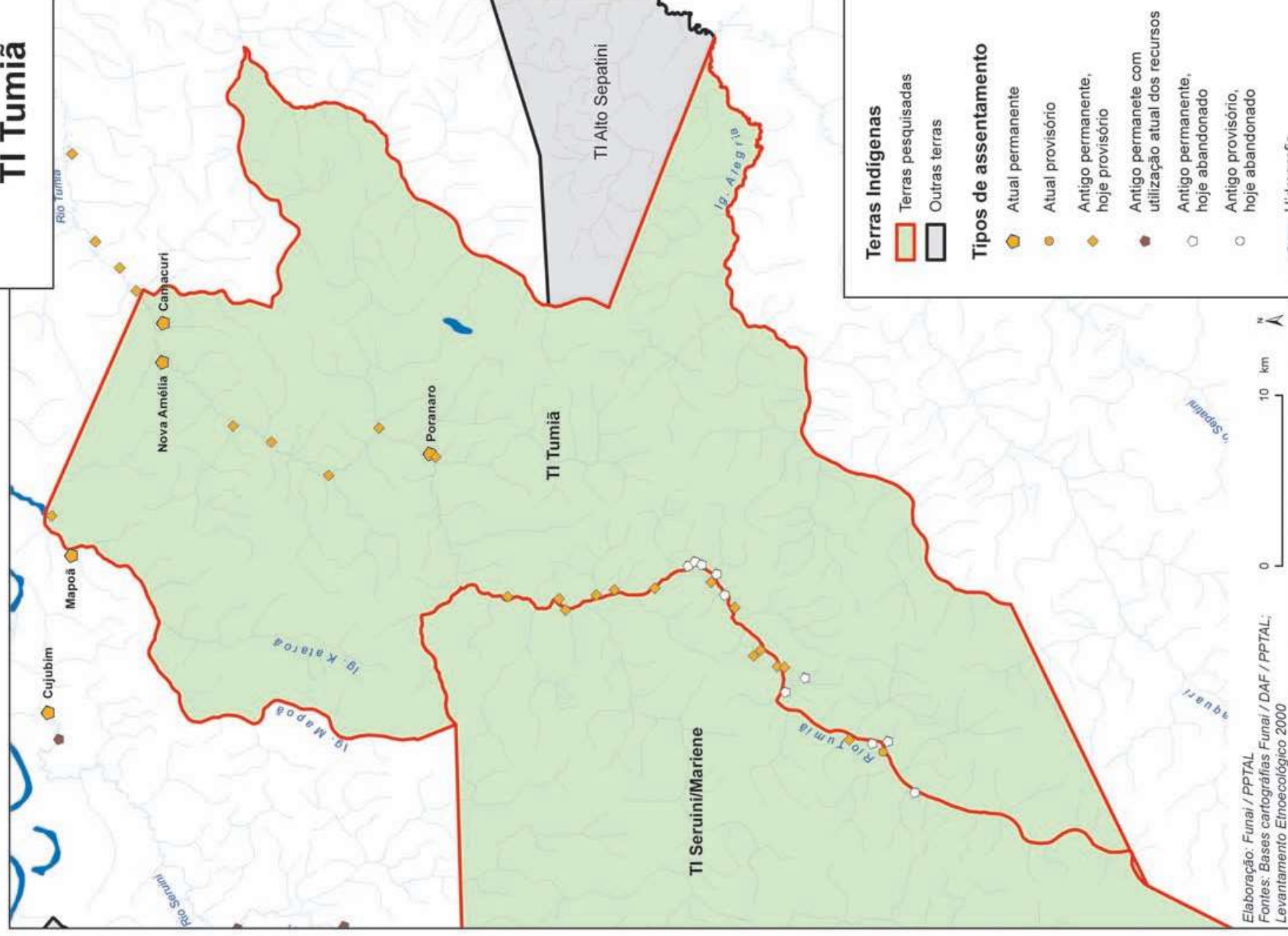
Tabela: Assentamentos da Terra Indígena Tumiã

Assentamento	População	Ano	Observações
Aquidabam	24	2000	Fora da T. I.
Cruzeiro	1	2000	Fora da T. I. Morador <i>cariú</i>
Castanheira	1	2000	Fora da T. I. Morador <i>cariú</i>
Nova Amélia	22	2000	
Canacuri [Tumiã]	36	2000	
Mapoã	15	2000	Fora da Terra Indígena

A Terra Indígena Tumiã é habitada por membros de duas parentelas: uma que é considerada moradora antiga do Tumiã e uma família que migrou, há cerca de quarenta anos, da Terra Indígena Seruini-Mariênê. A primeira é a parentela cujos velhos eram Casimiro e Jeremias. A segunda é a de Alfredo de Souza Apurinã, filho de Sura, antigo habitante do Posto Mariênê, e Maria Laura Lopes Apurinã, da parentela principal da Terra Indígena Seruini-Mariênê.

O “pessoal do Tumiã” é tido como muito tradicional em outros locais do Complexo. Dado que boa parte dos Apurinã, hoje, não fala mais a língua, o fato de uma quantidade expressiva dos pertencentes a esta parentela serem monolíngües, além de muito resistentes ao contato intensivo com não-índios ou índios de outros locais, faz com que o Tumiã tenha adquirido esta aura. Apesar de muitas referências de pessoas do Complexo a um possível contato recente da parentela da Comunidade Nova Amélia, esta região é, segundo o que relatam índios e não-índios do Tumiã, local de seringal antigo, onde os índios trabalharam de maneira intensa. As relações com os seringueiros também são antigas e constantes, havendo, inclusive, vários casamentos na parentela de Alfredo.

TI Tumiã



Elaboração: Funai / PPTAL
 Fontes: Bases cartográficas Funai / DAF / PPTAL;
 Levantamento Etnoecológico 2000

Segundo o que relataram, foi a partir de 1985 que a malária passou a ser um problema sério do grupo. Em 1995, as mortes por malária e suas conseqüências eram constantes. Praticamente todos estavam doentes. A resistência a procurar ajuda fora, a distância, tanto de Lábrea como de Pauini, e a imagem de “índios brabos”, aliada a uma falta de estrutura regional para lidar com o problema, fazia com que a situação calamitosa em que se encontravam não gerasse ações correspondentes.

Quando a área foi visitada para o levantamento, percebeu-se uma situação diferente. O projeto de saúde da FUNASA, que no caso desta aldeia é gerenciado pela OPIMP — Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus, sediada em Lábrea —, tornou possível a instalação de um posto de saúde na Aldeia Canacuri, com a presença de uma enfermeira, um motor de popa e uma voadeira. O local conta também com dois rádios, um ligado a Lábrea e às Terras Indígenas desse município e outro a Rio Branco - AC e às Terras Indígenas do Município de Pauini - AM.

Há cerca de vinte anos, Otávio, um dos membros da parentela do Tumiã, foi assassinado por Edmilson, filho de Jarina, irmã de sua avó, Alzira. Esta ocorrência provocou a mudança da família para o Seruini, onde permaneceram por alguns anos. Posteriormente, ocorreu a vingança, ou seja, Edmilson foi morto, o que resultou, também, na saída da família de Edmilson do Igarapé Tumiã. Mudaram para o Igarapé Mapoã, em local de moradia antiga, mas fora da Terra Indígena atual. Permanecem lá com medo de possíveis novos ataques, medo, aliás, que afeta, de forma recíproca, também os moradores atuais do Igarapé Tumiã.

A situação na Comunidade Mapoã era tensa, pelo medo do conflito com a parentela do Tumiã, mas também pelo conflito com os moradores do Meteripué, comunidade ribeirinha. Os moradores desta comunidade quebram castanha nas proximidades e — segundo contaram os índios, mas também não-índios que acompanhavam a equipe — fazem de tudo para espantá-los dali.

Segundo os moradores das comunidades desta Terra Indígena, não é comum eles irem pescar e caçar no Seruini, o contrário sendo mais frequente. Também mantêm relações de aliança com a Terra Indígena Alto Sepatini, cujos moradores utilizam o Igarapé Acimã.

As reclamações da comunidade quanto ao processo de demarcação são muitas. Segundo Maria Laura Lopes Apurinã, da Comunidade Canacuri, quando foi feita a demarcação, eles não tinham consciência por onde ela passaria. Moravam, na época, na Colocação Florestano.





Também a parentela da atual Comunidade Nova Amélia morava abaixo do travessão. Em 1995, a família de Jarina, hoje no Mapoã, era a única que estava dentro dos limites estabelecidos. Ou seja, até 1999, não havia ninguém morando dentro da Terra Indígena Com a demarcação, os índios tiveram que se adequar ao que havia sido definido como território deles, encarando a mudança como fruto de uma decisão externa.

Tanto a parentela do Canacuri quanto da Nova Amélia mudaram para o local em função da demarcação e da possibilidade de terem assistência de saúde. Ainda assim, reclamam, pois tiveram que deixar para trás seus roçados e castanhais. A questão da castanha é particularmente conflituosa, uma vez que o dono do seringal na boca do igarapé, conhecido por Oscar, empata a utilização dos castanhais. Segundo o que afirmaram, ainda, o Baixo Tumiã é local tradicionalmente habitado pelos Apurinã. De fato, além das “colocações”, com histórias de quem morou, quem morreu e utilização atual para caça, pesca e coleta, todos os igarapés têm nome na língua indígena.

Compareceram ao levantamento, convidados pelos moradores do Canacuri, os habitantes das Comunidades Aquidabam e Castanheira. No primeiro caso, trata-se de parentela de intercasmamentos entre índios e *cariú*, havendo um casamento com uma filha de Alfredo, do Canacuri. No segundo, de uma colocação onde mora somente uma pessoa não-índia, Manoel Jesus Coelho (Manoel Banana), mas que além de ter sido casado com uma Apurinã (atualmente em Lábrea), de ter seu filho casado no Canacuri e trabalhando como agente de saúde, sempre representou um apoio tanto em necessidades, como logístico – uma vez que sua casa é o meio de viagem entre a beira do rio e as comunidades de dentro da Terra Indígena. Tanto os moradores da Comunidade Aquidabam como Castanheira apóiam a reivindicação dos índios de ampliação da Terra Indígena até a foz do igarapé. Aliam-se com os índios, também, na oposição ao “patrão” Oscar.

A pesca predatória na foz do igarapé, durante a desova, é também problema na Terra Indígena Tumiã. Neste caso, afirmam que o responsável pela pesca predatória, e conseqüente diminuição do peixe no alto igarapé, é o pescador “do Acre” conhecido por Jaime Vasconcelos. Segundo relataram, este pescador pegaria o peixe no momento de saída e também de entrada no igarapé e as malhadeiras tampam completamente a boca.

Aquidabam

Fora da Terra Indígena. Habitam a localidade os filhos e afins de Raimundo Nonato Ferreira Sobrinho, cearense, e Maria Batista de Paula Apurinã, irmã de Benedito (Mixiri) e Nilson (Lago do Peneri). Trata-se de comunidade com intercasmamentos de índios e “brancos”, com alianças na Comunidade Canacuri.



Cruzeiro

Habita a colocação um não-índio, filho de Manoel Jesus Coelho, morador da Colocação Castanheira. É uma antiga colocação de seringa, com plantação e casa.

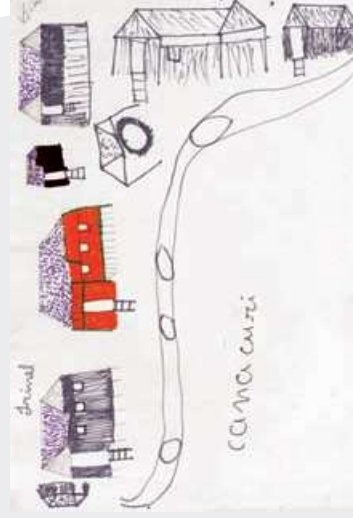


Castanheira

Um morador não-índio, Manoel de Jesus Coelho (Manoel Banana), com grande proximidade das Comunidades Canacuri e Nova Amélia. O local serve como ponto de apoio na viagem para dentro da Terra Indígena. Antiga colocação de seringa.

Nova Amélia

Moradia da parentela de Antônio Casimiro. Local antigo de moradia. Neste local faleceu Jeremias (antepassado da parentela local).



Canacuri

Moradia da parentela dos filhos e afins de Maria Laura Lopes Apurinã (Mayeru) e Alfredo de Souza Apurinã (Kusuâtururu). Situa-se a pouca distância da Nova Amélia. A liderança (cacique) de ambas é Alfredo.

Mapoã

Fora da Terra Indígena. Trata-se da parentela de Jarina (Aiparu) e seus filhos. Moravam na beira do Tumiã, mudaram depois da morte de Edmilson (também filho de Jarina), decorrente de conflito com habitantes do Tumiã. Têm problemas com os não-índios, habitantes da Comunidade Meteripua, em torno de castanhais na região. Afirmam que esta é uma região usada tradicionalmente por eles.



Uso do Espaço: ambientes e recursos

Têm-se como objetivo, nesta parte, caracterizar o uso do espaço físico pelos moradores do Complexo Purus I e compreender como se dá a distribuição e apreensão dos recursos naturais disponíveis neste espaço.

Inicia-se o capítulo com uma breve caracterização ambiental da área de estudo, baseada no relatório de Fundamentação Ambiental do Complexo. A seguir, demonstra-se como seus moradores classificam seu espaço físico em categorias e subcategorias de ambientes, fazendo, quando possível, um paralelo com as informações da fundamentação. Por fim, expõe-se o conteúdo resultante das informações preenchidas nos mapas em campo, sua sobreposição em imagens de satélite e cartas de solo e vegetação. A análise deste material permitiu observar certos padrões de uso e ocupação do espaço pelos moradores do Complexo e debater algumas de suas implicações.



Caracterização física da área de estudo

O Complexo Médio Purus I está incluído nos domínios da província geológica dos depósitos cenozóicos, grande parte de sua área se encontra sobre sedimentos plio-pleistocênicos da Formação Solimões. Uma grande extensão da Terra Indígena Pineri/Tacaquiri tem seu território em aluviões sobre terraços fluviais do Holoceno, que se superpõe discordantemente à Formação Solimões. Outra parte desta área encontra-se sobre aluviões atuais da planície de inundação, às margens do Rio Purus (Silva *et al.*, 1976; Del'Arco *et al.*, 1977), área denominada regionalmente de várzea. A área de várzea propriamente dita (planície de inundação), os terraços do Holoceno e a terra firme (em seu conceito regional) podem ser facilmente diferenciados em imagens de satélite.

A maior parte do Complexo pertence à unidade morfoestrutural do Planalto Rebaixado da Amazônia Ocidental, que se caracteriza pela existência de áreas aplainadas ainda conservadas e de relevos dissecados em interflúvios tabulares. A unidade comporta altimetrias de cerca de 250 a 300 m (Melo; PiHhan; Almeida, 1976; Oliveira; PiHhan; Garcia, 1977).

O solo predominante na região é do tipo Podzólico Vermelho Amarelo Álico, havendo algumas manchas entremeadas de solo do tipo Laterita Hidromórfica Distrófica e do tipo Hidromórfico Gleyzado Distrófico. Nas margens do Rio Purus, o solo é do tipo Aluvial Eutrófico (Serruya *et al.*, 1976) e, nas margens do Rio Mamorí, se encontram solos Hidromórficos Gleyzados Distróficos (Souza; Serruya, 1977).



O clima na área de estudo é classificado genericamente como Am-tropical chuvoso pela classificação de Köppen (a temperatura média do mês mais frio é superior a 18°C), com pequena estação seca. A precipitação média anual é de, aproximadamente, 2.000 mm/ano (Superintendência, 1984), com um período mais seco entre maio e setembro e um período chuvoso no resto do ano. A temperatura média anual registrada na estação meteorológica de Boca do Acre foi de 25,4°C, com variações em torno de 31°C (temperatura máxima média anual) e 21°C (temperatura mínima média anual) (Superintendência, 1984). A área do Complexo Médio Purus I foi englobada na região bioclimática xeroquimênica, representada por clima tropical subseco. Neste domínio, o Complexo estudado encontra-se na sub-região subtermaxérica severa, onde ocorrem de 21 a 40 dias secos por ano. Esta sub-região conta com vegetação dos tipos: floresta tropical aberta (com e sem bambu), floresta tropical densa e formações pioneiras (Fonseca; Ferreira; Ribeiro, 1976).

No que se refere à fauna, poucos estudos foram encontrados especificamente para a área do Médio Purus. Um estudo ambiental específico foi conduzido, encomendado por uma empresa madeireira, a Zugmann, antes estabelecida na área da atual Terra Indígena Seruni/Marienê (Coutinho, 1997).





Classificação do espaço no Complexo: os ambientes

A definição de ambiente é básica para compreensão de como os moradores das Terras Indígenas do Complexo fazem uso do espaço físico. Procurou-se, ao longo da pesquisa, investigar quais são os critérios de classificação de categorias ambientais. Compreender as categorias de ambiente permitiu esclarecer a distribuição e disponibilidade de recursos, ou seja, que recursos há, onde se encontram e quais são as ações necessárias para obtê-los. Descrevem-se, a seguir, as principais categorias que apareceram ao longo do levantamento.

Algumas categorias de ambiente se mantiveram constantes e outras variaram ao longo do Complexo. Algumas foram reconhecidas somente em uma das cinco terras indígenas, ou restritas a aldeias ou colocações; outras categorias foram reconhecidas por todo o Complexo, mas os critérios de definição destas categorias variaram localmente.

Categorias de ambiente

Pode-se dizer que as duas categorias fundamentais, recorrentes, e que englobam outras, foram as categorias de vargem e de terra firme. Ainda que com algumas pequenas diferenças, elas mantiveram sentido nas diversas localidades percorridas.

O critério básico de definição e separação dos ambientes vargem e terra firme foi o fator inundação, relacionado ao ciclo pluviométrico, que altera o nível dos rios. Baseado neste critério,



a vargem foi definida como área sujeita a inundações periódicas, provocada pelo aumento no nível dos rios na estação chuvosa, em contraposição à terra firme, área interfluvial, que não sofre inundações periódicas.

A classificação regional reflete características geológicas e geomorfológicas da área de estudo. Os limites da vargem coincidem com os limites das planícies de inundação atuais às margens do Rio Purus, onde há uma grande concentração de meandros abandonados por este rio, que formam os lagos. As áreas interfluviais (entre os principais rios da região), compostas pelos terraços do Holoceno (que ocupam uma área significativa na Terra Indígena Peneri-Tacaquiri) e as áreas onde predominam os sedimentos plio-pleistocênicos da Formação Solimões, constituem a terra firme. Outros ambientes considerados na classificação local são compreensíveis como parte da vargem ou da terra firme, razão pela qual serão chamados aqui de subcategorias de ambiente. Várias foram as subcategorias enumeradas.

Subcategorias de ambiente

Os moradores indicaram subcategorias exclusivas da terra firme, outras exclusivas da vargem e, ainda, subcategorias compartilhadas pelos dois ambientes, vargem e terra firme.



Subcategorias de vargem

Terras altas – Foi notada certa confusão entre os termos “terra firme” e “terra alta”, definidas, em alguns casos, como o mesmo ambiente, em outros casos, como ambientes diferentes. Neste último caso, as terras altas seriam “pontas de terra”, subcategoria pertencente à categoria vargem, constituindo ilhas mais altas, que mesmo durante o inverno não sofrem inundações. O ambiente vargem não seria, nesta definição, homogêneo, mas composto de baixos e terras altas, entremeados entre si: “a Nova Vista é uma ponta de terra, o pessoal não vai mais para a beira do Purus por causa dos baixos, que alagam no inverno, estragando a plantação.” (Israel Francisco Soares Apurinã, Aldeia Nova Vista, Terra Indígena Peneri/Tacaquiri).

Terras ilhadas - Algumas das terras altas da vargem formam, no período chuvoso, o que os moradores denominaram de terras ilhadas. Como estas terras são mais altas, ficam descobertas durante a inundação, formando ilhas na vargem do Rio Purus. Este termo “terras ilhadas” é particularmente empregado quando os moradores relatam estratégias de caça, pois alguns animais ficam presos nestas terras no inverno e são mais facilmente capturados.

Ubinzal – Áreas de sub-bosque dominadas pela palmeira ubim (*Geonoma* spp.), nos domínios da vargem.

Restinga - A restinga corresponde a uma *“ilha de terra que fica no meio do lago”*, isto porque a maioria dos lagos da região, formados através de meandros abandonados pelos cursos d’água principais, tem uma forma de curva (forma de meia-lua) e a restinga corresponde à parte central da curva. Esta subcategoria foi citada por moradores do Seruini e do Catipari.



Subcategorias de terra firme

Vargem de igarapé - Não há somente um tipo de “vargem”, sendo consideradas distintas a vargem de rio e a vargem de igarapé. No primeiro caso, trata-se de área sujeita às inundações do Rio Purus e, no segundo, área sujeita às inundações dos afluentes do Rio Purus. As áreas de vargem de rio cobrem uma extensão muito maior em relação às áreas de vargem de igarapés. Na concepção de alguns participantes do levantamento, a subcategoria vargem de igarapé foi colocada dentro dos domínios da terra firme. Embora seja uma área inundável, a subcategoria vargem de igarapé foge da definição de vargem



latu sensu, categoria que integra somente a vargem do Rio Purus. Em outras palavras, quando os moradores se referem ao termo “vargem”, deve-se entender que estão falando da categoria vargem do Rio Purus; e quando se especifica o termo “vargem de igarapé”, os moradores se referem a uma subcategoria de ambiente, que se inclui dentro da categoria terra firme. São diferentes os recursos associados à vargem do Rio Purus e à vargem de igarapé.

Castanhal – Áreas com grande abundância da castanha (*Bertholletia excelsa*), recurso de valor comercial na região. Os castanhais formam áreas de extrema importância local, sendo objeto de disputa dentro e fora do Complexo. Os moradores indicaram, nos mapas e imagens mostrados em campo, os limites dos castanhais, que coincidem com as áreas de Floresta Ombrófila Aberta, sobre os terraços do Holoceno. Os limites físicos desta subcategoria tornam a castanha um recurso limitado a algumas partes do Complexo.

Buritizal – Áreas dominadas pela palmeira buriti (*Mauritia flexuosa*), muitas vezes associada com outras palmeiras, como o pataú (*Oenocarpus bataua*), entre outras. Os buritizais constituem uma subcategoria de ambiente importante por serem locais de coleta de frutos e larvas e de caça de animais que se alimentam do fruto do buriti. Embora restritos à terra firme, os buritizais ocorrem sobre terrenos encharcados permanentemente.

Canaraízal – Áreas onde o sub-bosque é dominado pela palmeira canaraí, recurso importante no Complexo por ser a palha preferencialmente usada na cobertura de casas. O canaraí forma aglomerados (canaraízal) distribuídos em manchas heterogêneas na terra firme, o que torna o acesso ao recurso difícil para alguns moradores.

Marizal – Áreas dominadas pelo mari, árvore cuja fruta é apreciada pelos moradores.

Sororocal – Sub-bosque dominado por sororocas (*Heliconia* spp.). Sem grande importância para os moradores.

Tabocal – Áreas dominadas por diferentes espécies de bambu. Também não são de grande importância no Complexo. São raras e, por vezes, impenetráveis.

Barreiros - Os barreiros foram relacionados exclusivamente ao ambiente de terra firme e constituem pequenas áreas com grande concentração de argila exposta, que ocorrem na beira de alguns igarapés de centro, onde os animais vão lamber o barro no período seco. Trata-se de uma subcategoria relevante quando se trata da atividade de caça.

Igapós - Os participantes definiram os igapós como áreas mais baixas (“baixos”) na terra firme, que formam grandes poças d’água: “o igapó é uma lagoa pequena sem sangrador, alaga os baixos, quando a água desce, fica aquela poça grande nos cantos mais baixos” (José Valdimiro Lopes Apurinã, Aldeia Bom Jesus, Terra Indígena Seruini/Marienê). Pela proximidade dos igarapés, durante o período de cheia, os peixes trafegam livremente entre os igapós e igarapés e ficam presos nos igapós durante a estiagem, período no qual se realiza a pesca no local. Alguns moradores chamam os igapós de lagos da terra firme, embora haja diferença nos recursos encontrados em cada categoria. Certas atividades de coleta são também realizadas nesta subcategoria de ambiente.

Queimada – Não houve consenso entre moradores de diferentes partes do Complexo na definição desta subcategoria. Moradores das Aldeias Mipiri e Nova Esperança (Terra Indígena Água Preta/Inari) definiram queimada como “um lugar em cabeceira de lago ou igarapé que é encharcado, dá água, os matos miúdos morrem e ficam os graúdos, é cheio de espinho. Tem peixe pequeno, cobra e jacaré”. Já moradores do Catipari (Terra Indígena Catipari/Mamoriá) afirmaram que queimada, chavascal e tremedal são o mesmo ambiente, com diferentes nomes: “queimada, tremedal, chavascal, é tudo uma coisa só, é um canto que atola”. Os participantes da Aldeia Caruá (Terra Indígena Catipari-Mamoriá) deram ainda uma terceira definição de queimada: “Queimada dá em beira de igarapé e lago de água preta, fica só assim, central. É um canto alagado, onde fica só pau seco, tudo em pé. Dá mais é capim e tiririca, ajunta cobra e jacaré.”

Chavascal, tremedal – Também não houve consenso na definição da subcategoria chavascal. Alguns moradores do Complexo consideram o chavascal como uma área encharcada permanentemente: “o chavascal dá em beira e cabeceira de igarapé, é onde a água não vaza, aí fica um canto alagado o ano inteiro. Fica aquela lama, aquele atoleiro, dá só em igarapé de água preta. Gosta de dar buriti, patauá, açai, buritirana”. (Luis Barreiros Muniz, Aldeia Caruá, Terra Indígena Catipari/Mamoriá). Participantes do Catipari chamaram esta subcategoria também de tremedal. Moradores do Seruini e do Tumiã definiram a subcategoria chavascal de forma totalmente diferente: “chavascal é um canto seco, o chão é fofo de tanta folha e raizinha. Tem muito na beira do Seruini para o alto”. (José Valdimiro Lopes Apurinã, Aldeia Bom Jesus, Terra Indígena Seruini/Marienê).

Buraqueira – Houve certa confusão na definição desta subcategoria. Moradores das Terra Indígena Seruini/Marienê e Tumiã definiram a subcategoria como um local cheio de lama ou o “canto que atola”: “é um canto sempre encharcado, dá buriti, patauá,



açaí, buritirana, taboca de vargem de igarapé, cobra sucunju, jibóia e jararaca” (José Valdimiro Lopes Apurinã, Aldeia Bom Jesus, Terra Indígena Seruini/Mariênê). As mesmas características foram consideradas por outros moradores como características que definem a subcategoria chavascal. Os moradores da Aldeia Caruá (Terra Indígena Catipari/Mamoriá) deram uma definição diferente de *buraqueira*: “*a buraqueira é uma terra esburacada, na vargem ou na terra firme. É tudo furado de paca e tatu*”.

Buduzal – Esta subcategoria foi indicada somente por moradores da Aldeia Caruá (Terra Indígena Catipari/Mamoriá) e sua caracterização se assemelha com a descrição de chavascal dada por moradores do Seruini e Turniã: “*o buduzal é tipo uma queimada, mas a mata é diferente, é terra firme, o chão é fofo e arenoso e é cheio de raizinha fina em cima. É onde dá mais patauí, com algum açai no meio. Só dá na água preta, ajunta anta, porco, é bom para caçar*”. (Luis Barreiros Muniz, Aldeia Caruá, Terra Indígena Catipari/Mamoriá).

Chapada - Subcategoria citada apenas por moradores do Seruini e do Caruá (Terra Indígena Catipari-Mamoriá). A subcategoria chapada parece estar correlacionada com interflúvios tabulares, relevos de topo aplainado, separados geralmente por vales de fundo plano (Silva et al., 1976; Del'Arco et al., 1977): “*a chapada de terra fica em cima de uma terra alta plana, não tem igarapé*” (José Valdimiro Lopes Apurinã, Aldeia Bom Jesus, Terra Indígena Seruini/Mariênê). Este tipo de relevo predomina na Terra Indígena Seruini/Mariênê.

Campos de natureza - A subcategoria campos de natureza, pertencente ao ambiente de terra firme, foi reconhecida por todos, mesmo por moradores que habitam áreas muito distantes de onde ocorre esta fisionomia. Estas áreas foram visitadas raras vezes, por poucas pessoas do Complexo, mas todos têm, a seu respeito, um corpo considerável de informações, sendo locais que despertam um misto de curiosidade e medo. São áreas que se distinguem muito da vegetação predominante e por este motivo são facilmente identificadas. Quando observado em imagens do satélite Landsat, esta fisionomia apresenta um padrão espectral de áreas desmatadas e solo exposto. Os campos de natureza correspondem às áreas de formações pioneiras indicadas pelo Projeto Radambrasil (Fonseca; Ferreira; Ribeiro, 1976; Furtado; Loureiro; Barros-Silva, 1977) representadas em manchas ao oeste da Terra Indígena Água Preta/Inari (fronteira com a Terra Indígena Catipari/Mamoriá) e ao sul das Terras Indígenas Peneiri/Tacaquiri, Seruini/Mariênê e Turniã. Existem, no entanto, algumas diferenças entre as formações pioneiras nas diferentes áreas. Segundo as informações de Fonseca et al. (1976) e

Furtado et al. (1977), a área que ocorre nas proximidades da Terra Indígena Água Preta/Inari está situada em uma depressão inundada periodicamente e é caracterizada por uma vegetação arbustiva dominada por palmeiras. De acordo com os moradores do Catipari (Terra Indígena Catipari/Mamoriá), há um campo de natureza nas proximidades do Igarapé Cubuã e outro localizado às margens do Rio Mamoriá, nas cabeceiras: “*parece que é muito bom de caça e tem boi brabo. O do Mamoriá tem uma parte que a gente bate no chão e estronda. Tem gente que acha que lá tem petróleo ou enxofre*” (Manoel Ramos da Silva Apurinã, Aldeia Kamarapo, Terra Indígena Catipari/Mamoriá). As principais manchas de formações pioneiras ao sul das Terras Indígenas Peneri/Tacaquiri e Seruini/Mariené encontram-se sobre os interflúvios tabulares, em depressões fechadas dos baixos divisores de águas da bacia sedimentar terciária do Rio Purus. Esta fisionomia se encontra sobre solos hidromórficos mal drenados e é constituída de vegetação gramineo-lenhosa, com palmeiras no centro da área. A área de formações pioneiras do Tumιά é composta de vegetação arbórea (Fonseca, Ferreira, Ribeiro; 1976; Furtado, Loureiro; Barros-Silva, 1977).



Subcategorias compartilhadas entre terra firme e vargem

Cipoal – Áreas com alta concentração de diversas espécies de cipó. Pode estar representada tanto na terra firme, como na vargem: “*é uma mata muito cerrada com cipó, dá na água preta ou água branca, vargem ou terra firme*”. (Luis Barreiros Muniz, Aldeia Caruá, Terra Indígena Catipari/Mamoriá). Esta subcategoria foi citada somente por moradores da Aldeia Caruá, Terra Indígena Catipari-Mamoriá.

Baixos – Áreas mais baixas, sujeitas a inundações.





Classificação dos ambientes aquáticos

Os moradores indicaram três categorias de ambientes aquáticos: os rios, os lagos e os igarapés. Esta classificação é particularmente importante quando relacionada à atividade de pesca, pois cada um destes ambientes possui alguns peixes específicos.

Rios – Embora o Tumã, o Seruini e o Mamoriá sejam considerados rios nos mapas e na literatura, nem sempre os moradores reconhecem estas drenagens como rios, mas sim como igarapés. A maior parte das pessoas do Complexo considera rio, basicamente, o Rio Purus e, menos frequentemente, o Rio Mamoriá. Os moradores fizeram distinção entre peixes do Rio Purus e dos seus afluentes, sejam eles denominados igarapés ou rios, o que demonstra que a diferença também se dá na distribuição dos recursos. O principal critério de diferenciação entre rios e igarapés (além dos recursos) pareceu ser a largura, navegabilidade e quantidade de sedimentos na água, traduzidos em coloração.

Lagos – Os principais lagos da região são formados pelo processo de elaboração meândrica do Rio Purus (Melo *et al.*, 1976), ou seja, constituem antigas voltas de rio, atualmente abandonadas. Os lagos, basicamente, se localizam nas áreas de vargem (planície de inundação), sendo possível distinguir em imagens de satélite antigos lagos nos terraços do Holoceno. A maioria dos lagos da vargem se interconecta com o rio durante o período de cheia e alguns deles recebem aporte de água de afluentes do Rio Purus, que desembocam exatamente onde hoje se constitui a área destes lagos. Os lagos possuem um alto valor social e comercial para os moradores do Complexo e são objetos de disputa dentro e fora das Terra Indígena. Alguns moradores de terra firme chamam os igapós ou áreas mais baixas (que sofrem inundações) de lagos, mas ressaltam a

diferença com os lagos da vargem. Os lagos encontrados na vargem do Rio Mamoriá também constituem, em sua maioria, meandros abandonados por este rio e são objetos de disputa entre moradores locais e pescadores profissionais.

Igarapés – Os igarapés constituem a principal fonte de recursos para os moradores do Complexo, fornecendo água³ e peixe (a quantidade de peixes citada para os igarapés foi muito superior em relação às outras categorias). Nos igarapés, os participantes dividiram duas subcategorias: os poços ou remansos (áreas alargadas de grande profundidade) e os estirões (trechos retos, sem curvas). Os poços são importantes pontos de referência, inclusive para a delimitação de territórios internos e divisão no uso do igarapé. Quando se referem à pesca, os moradores indicam espécies de peixes predominantes em cada uma destas partes (poços e estirões) dos igarapés.



3. Os moradores dificilmente bebem a água do Rio Purus. Moradores da beira do rio, em geral, buscam água em igarapés ou vertentes próximas.



Padrões de uso, ocupação do espaço e territorialidade

Observando a disposição dos assentamentos no Complexo Médio Purus I, nota-se um padrão de ocupação mais denso ao longo das drenagens, nos principais igarapés e rios afluentes do Rio Purus. Este padrão de disposição ao longo de vales é cabível tanto para os assentamentos antigos — em sua maioria, de uso provisório, e alguns poucos abandonados — quanto para assentamentos atuais. Não foi observado qualquer tipo de assentamento nos interflúvios.

Ocupação do espaço na terra firme

A maior parte dos assentamentos assinalados nos mapas pelos moradores do Complexo se dispõe ao longo das drenagens que entrecortam o ambiente de terra firme. Estes locais são denominados “áreas centrais”, por se distanciarem da beira do Rio Purus.

A disposição dos assentamentos na beira de rios e igarapés na terra firme facilita a coleta e uso da água (já que os moradores do Complexo não têm costume de fazer poços) e também o transporte em pequenas canoas a remo, pelo menos no período chuvoso. Segundo os moradores, os assentamentos indicados são interligados por caminhos terrestres (varadouros) que entrecortam os interflúvios ou pelas drenagens, na maioria dos casos por ambos. Em geral, o transporte por terra e por água se alternam com os períodos do ano.

Os caminhos terrestres, ou varadouros, e as drenagens interligam também os assentamentos às subcategorias de ambiente, onde os moradores buscam seus recursos. Os roçados, campos

e capoeiras estão, em sua maioria, localizados fora do terreiro dos assentamentos, sendo interligados a estes através dos caminhos ou drenagens.

Além da função de interconexão entre diferentes locais, alguns caminhos terrestres que cortam os interflúvios têm funções importantes na exploração de recursos. É o caso das estradas de seringa, dos piques de castanha e dos piques de caça, entre outros.

Ocupação do espaço na vargem

Embora haja um número muito maior de assentamentos na terra firme (contando com todos os tipos de assentamentos – permanentes, antigos, provisórios, etc.), há ocupação significativa da vargem. Estes assentamentos encontram-se sobre os solos hidromórficos eutróficos, nas planícies de inundação do Rio Purus. Na vargem do Rio Mamoríá, de menor extensão em relação à vargem do Rio Purus, houve e ainda há ocupação intensa, mesmo que de assentamentos provisórios.

Aparentemente, a escolha da beira do Rio Purus se deve a uma série de vantagens, como a grande abundância de lagos e recursos pesqueiros, solos férteis e facilmente cultiváveis (as praias), a facilidade de acesso à cidade (em caso de doenças) e aos comerciantes (marreteiros) da beira do rio, além de ser uma estratégia de vigilância da terra demarcada. Por outro lado, as inundações periódicas a que está sujeito este ambiente imprimiu certas restrições às práticas agrícolas e extrativistas, como ressalta um morador da vargem: *“deste lado do rio é alagadiço, bom para peixe e para caça, tem muito lago, mas é ruim para agricultura. Do outro lado (do rio, fora da terra indígena), a terra firme é muito mais perto da beira, é melhor para a plantação e para tirar palha de canaí”* (Valdemar Mulato Apurinã, cacique da Aldeia Boa União). Culturas perenes, como a laranja e outras árvores frutíferas, não podem ser cultivadas na beira do rio, *“quando alaga, estraga tudo. Na vargem, só dá para plantar aquilo que dá para colher antes da alagação”* (Maria do Socorro Araújo Apurinã, agente de saúde e liderança da Aldeia Jagunço II).

As desvantagens de morar na beira do rio são compensadas, em muitos casos, pelo uso sazonal de diferentes ambientes e seus recursos associados. Este tipo de estratégia foi descrito para muitos assentamentos visitados. Nestes locais, os moradores permanecem nas aldeias durante o verão (período seco), exercendo, basicamente, atividades de subsistência. No período chuvoso (inverno), se direcionam aos centros (assentamentos provisórios), onde permanecem até o fim da estação, atuando principalmente na coleta da castanha, um dos produtos de extração comercial mais importantes na região atualmente: *“o pessoal passa o inverno todo no centro, cada qual no seu. A aldeia fica vazia”* (Valdemar Mulato Apurinã, cacique da Aldeia Boa União). Apesar



de os centros relacionados aos assentamentos de vargem da Terra Indígena Peneri-Tacaquiri estarem fortemente atrelados à coleta da castanha, é neste espaço que os moradores exercem, durante sua permanência, muitas outras atividades relacionadas à exploração de recursos de terra firme, recursos estes socialmente valorizados.

Muitos moradores da vargem possuem centros na terra firme, mas moradores da terra firme raramente afirmaram possuir assentamentos de vargem, o que não significa que não usem este ambiente. Assim, há grupos, entre os moradores do Complexo, que utilizam tanto a vargem como a terra firme e outros que utilizam exclusivamente a terra firme; não foi observado, no entanto, o uso exclusivo da vargem. Como uma extensa área da Terra Indígena Peneri-Tacaquiri está sobre a vargem, o lado oposto do Rio Purus — não reconhecido como Terra Indígena — acaba sendo essencial na obtenção de recursos de terra firme.

A maior parte dos recursos citados está relacionada ao ambiente de terra firme. Cabe observar, entretanto, que recursos fundamentais e insubstituíveis, como a andiroba ou o cacau da vargem, encontram-se no ambiente de vargem. Na vargem, chama a atenção o uso intenso de lagos, todos eles nomeados e indicados como fonte de recursos pesqueiros. O uso de lagos é intenso nas Terras Indígenas Peneri-Tacaquiri e Catipari-Mamoriá, sendo que, nesta última, são usados tanto os lagos formados por meandros abandonados pelo Rio Purus (no Catipari), quanto os lagos formados às margens do Rio Mamoriá pelo mesmo processo de elaboração meândrica. Os lagos estão dispostos basicamente na vargem e, embora alguns moradores denominem os igapós como “lagos da terra firme”, reconhecem diferenças marcantes entre lagos (da vargem) e igapós, principalmente no que diz respeito aos recursos.

Assim como na terra firme, os caminhos terrestres também têm funções importantes na vargem, tanto no deslocamento, como na aquisição de recursos. No entanto, seu uso (para as caminhadas) é limitado ao período seco. No período das inundações, alguns dos mesmos percursos podem ser feitos de canoa.





Divisão de territórios

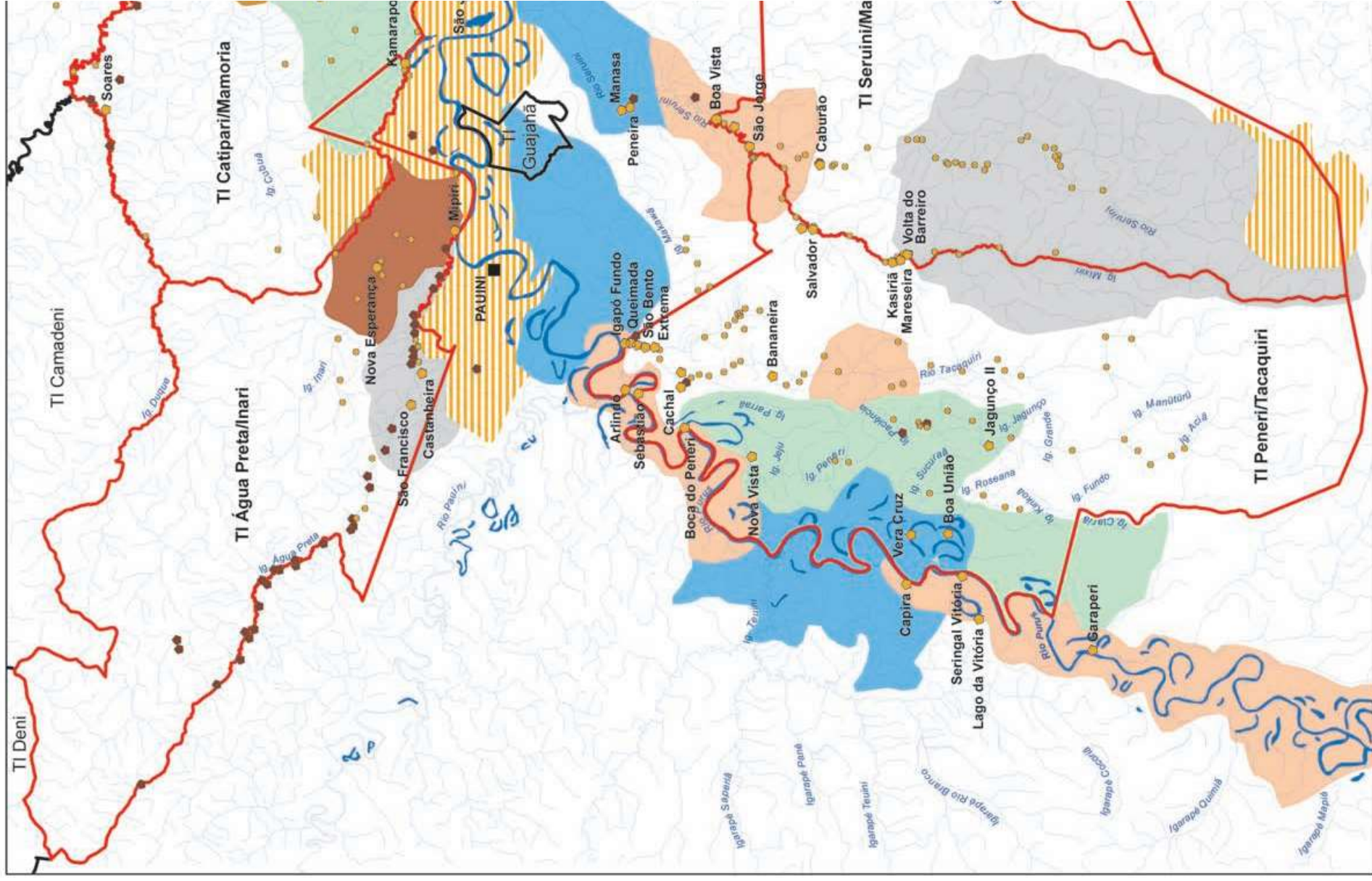
Através do padrão de ocupação dos vales pôde-se observar como o conceito de território é percebido pelos moradores do Complexo. A disposição dos assentamentos se dá às margens das drenagens principais, expandindo-se, em alguns casos, até afluentes secundários. Os assentamentos (em sua definição mais ampla, com todas as suas categorias) são as unidades de uso, de onde partem todas as atividades exercidas, através da drenagem principal e seus afluentes, e por caminhos terrestres até os interflúvios, onde parece se dar o limite dos territórios.

A ênfase na divisão de territórios entre comunidades de uma mesma Terra Indígena variou entre as cinco Terras Indígenas do Complexo. O uso de territórios internos bem definidos é claro na Terra Indígena Penedo/Tacaquiri e menos explícito nas outras áreas. Nas Terras Indígenas Água Preta-Inari e Catipari-Mamoriá, os moradores delimitaram territórios internos nos mapas, embora tenham demonstrado menor rigor no controle de uso por outras comunidades da mesma Terra Indígena, o que as diferencia da Terra Indígena Penedo-Tacaquiri. Esta ênfase na divisão de territórios internos na Terra Indígena Penedo-Tacaquiri pareceu estar relacionada principalmente à exploração da castanha e à existência de mais de uma parentela no mesmo território.

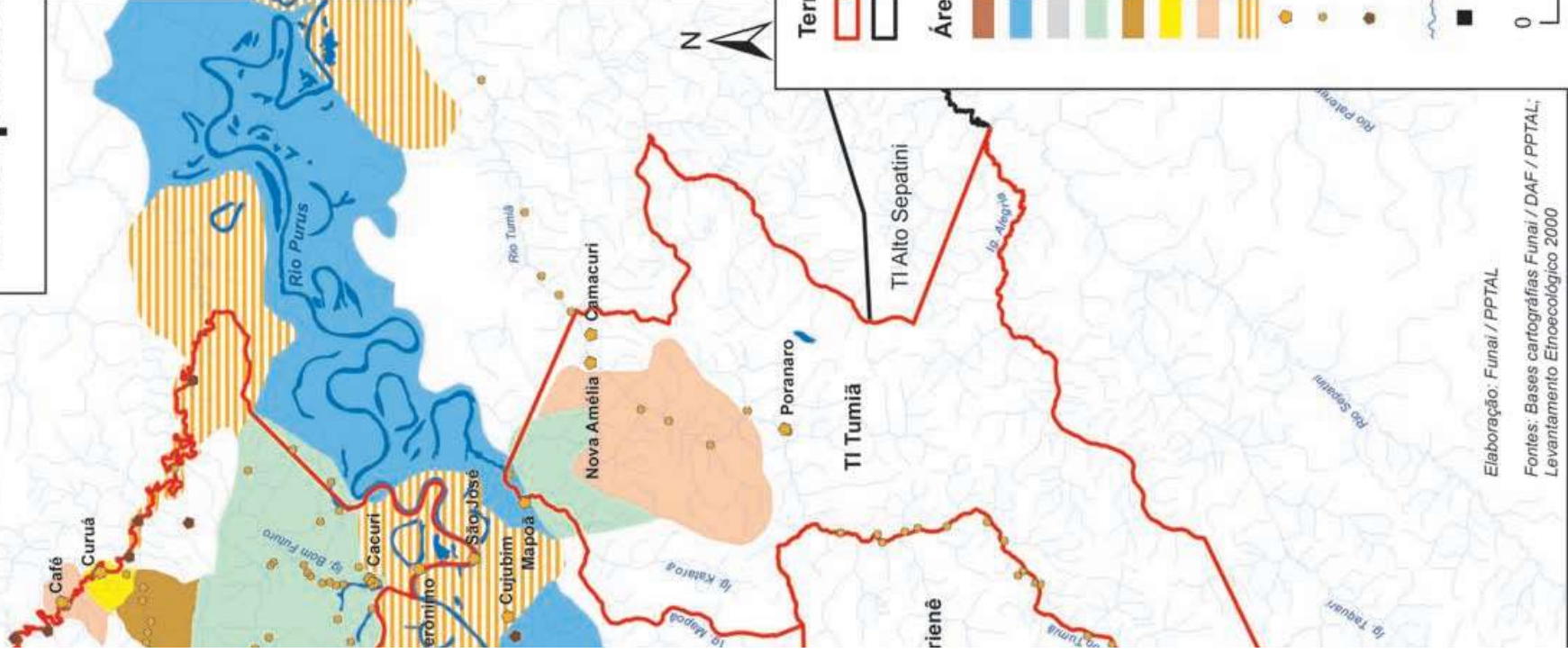
O padrão observado na delimitação de territórios internos (quando existentes) em interflúvios é, ao que parece, um padrão geral. Assim, observa-se em todo o Complexo o reconhecimento de fronteiras territoriais em interflúvios e não na rede de drenagem. Esta forma de definir os territórios contrasta com os territórios reconhecidos oficialmente. Em casos como o do Rio Mamoriá, na Terra Indígena Catipari-Mamoriá, e o do Igarapé Água Preta, na Terra Indígena Água Preta-Inari, nota-se que o que serve de limite é o principal curso d'água de uso dos moradores. Em ambos os casos, os moradores utilizam e habitam as duas margens.







Uso e ocupação do Complexo Médio Purus I





Recursos: usos e atividades sociais

Ao procurar esclarecer o uso que se faz das Terras Indígenas do Complexo, foram investigados quais os recursos utilizados, ou seja, que recursos são procurados, onde e para quê.

Foi registrado um total de 365 recursos, dos quais alguns foram recorrentes, sendo citados em todos os lugares visitados e outros se mostraram socialmente significativos, seja para a alimentação básica, seja por marcarem relações sociais ou por serem de fácil comercialização.

Os recursos mais citados nas reuniões foram a mandioca, a macaxeira, a banana, o cará (agricultura), a traíra (pesca) e os frutos de tucumã (coleta). É interessante notar que, além dos recursos muito citados, ou que são usados frequentemente, há outros que são valorizados por serem muito apreciados ou por terem grande valor simbólico. Alguns dos recursos muito citados são também elementos essenciais na alimentação cotidiana, como a mandioca, consumida diariamente na forma de farinha puba, branca ou beiju. A alimentação sem algum derivado da mandioca, ou “comer escoteiro”, é quase impensável, indicando grande carestia ou descuido. O peixe é também item da alimentação diária e é consumido em maior quantidade que a caça, ainda que esta seja muito apreciada. Se a traíra é muito citada, talvez pela frequência de captura, o matrinxã é, sem dúvida, o recurso pesqueiro mais valorizado, tanto pelos índios como por pescadores, que na época da desova fecham as bocas de igarapé para capturá-lo, gerando conflitos com os moradores das Terras Indígenas. Outros peixes também dividem a apreciação local



e o alto valor comercial, entre eles o pacu, o tucunaré e o tambaqui.

Alguns recursos servem também como marcadores de fronteiras entre índios e não-índios. Assim, larvas retiradas de partes distintas, de diferentes espécies de árvores, a *rã patxiri*, coletada em igapós, o beiju, o poraquê (peixe elétrico) e o quando (porco-espinho) são alguns dos alimentos desprezados por não-índios e que, se até pouco tempo eram comidos com vergonha pelos índios, hoje atuam como sinais de uma identidade cada vez mais forte. Outros recursos marcadores de identidade são aqueles utilizados por xamãs, mas também por pessoas comuns, como o ipadu ou *katsoparu* (folha que se masca para conversar à noite ou para “curar”) e o rapé (inalado com o auxílio de um canudo de osso oco, usado cotidianamente ou por xamãs).

Dentre os produtos com valor comercial, o mais cobiçado, hoje, é a castanha-do-brasil. A distribuição deste recurso, entretanto, torna-o naturalmente limitado a uma pequena parcela dos moradores do Complexo. Já o cipó titica tem-se tornado escasso em decorrência do uso intensivo. Utilizado na confecção de vassouras, que são comercializadas com enorme frequência, o cipó titica está se tornando escasso em diversas regiões do Complexo.

Em muitos casos, mais de um recurso pode ser utilizado para uma mesma finalidade, ainda que nem todos sejam igualmente valorizados. A substituição de recursos de qualidade superior por recursos de qualidade inferior pode se dar em decorrência de limitações espaciais ou sazonais.

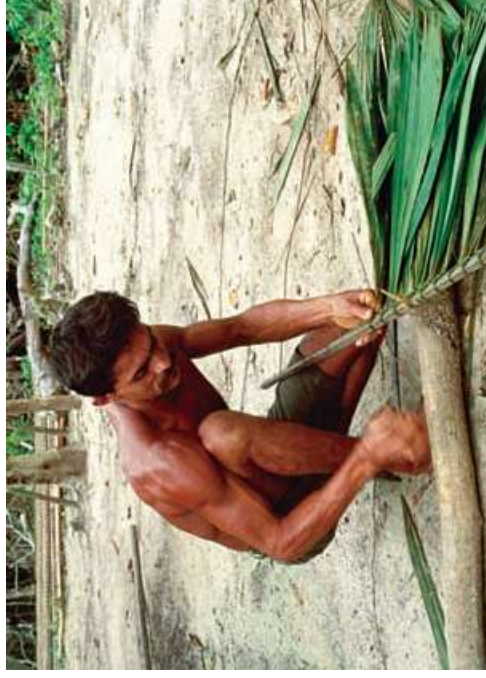




Moradia

A categoria moradia inclui informações acerca da atividade de construção de casas, sejam elas de moradia permanente ou provisória. Segundo as definições recolhidas em campo, pode-se dividir os tipos de construção em:

1. **Casa ou barraca (em Apurinã, *paraka*).** Em estilo ribeirinho regional, pode ser com chão de madeira serrada ou de paxiúba, aberta ou com paredes de paxiúba ou madeira serrada e cobertura de palha ou com cobertura de alumínio. A cobertura de alumínio e a madeira serrada são muito valorizadas em grande parte dos assentamentos, sendo que, em alguns locais, só consideram uma construção como “casa” quando utiliza este tipo de material, e como barraca, quando feita de paxiúba e palha.
2. **Maloca (em Apurinã, *aiko*).** Casas em estilo antigo, já não mais construídas.
3. **Papiri.** Casa de uso temporário ou provisório, se diferencia da barraca por não possuir divisões internas e por ser feita de material de qualidade inferior. Algumas pessoas consideram acampamento como papiri. Outras pessoas diferenciam estes dois termos, empregando o termo acampamento para uma improvisação descartável, construída no chão, coberta, em geral, com palha de bananeira brava.
4. **Casa de farinha.** Utilizada para abrigar os instrumentos de fabricação de farinha, não tem parede, nem assoalho.





Técnicas e divisão social do trabalho

A principal construção é a casa de moradia ou barraca (*paraka*). A sua execução foi indicada, em muitos locais, como uma atividade predominantemente masculina, embora haja a participação das mulheres e mesmo das crianças no tecer da palha. O verão é o período mais favorável para a construção, ainda que esta atividade possa ocorrer em qualquer período.

A casa (baseada na definição da “barraca”) é dividida em diferentes partes, sendo que cada uma destas partes requer um tipo diferente de recurso e uma técnica diferenciada. Foram citadas as seguintes partes de casa: esteios, baixeiros, caibros, barrotes, linha de cruz, cumeeira, travejamento, assoalho, parede, telhado, palha e oitão.

De maneira geral, os índios indicaram o início da construção pelos esteios, madeira de sustentação, que fica em contato com o chão (é enterrada). A seguir, colocam-se as linhas (madeiras roliças de sustentação da parte superior, sem contato com o chão). Depois das linhas, são colocados os caibros (mesma madeira da linha), que servem para dar suporte às palhas que cobrirão a casa.

Com os caibros prontos, pode-se preparar a palha para cobrir a casa. A palha (de cana) é tecida sobre ripas (tábuas muito estreitas) de paxiúba que, quando prontas, chamam-se panos. A casa é coberta com os panos, de palha tecida nas ripas. Os panos são presos nos caibros por meio de amarras de cipó ou envira. Depois de pronto o “telhado”, é preciso colocar o capote, que é um reforço de palha sobre a parte central. Existem diferentes técnicas para o capote, podendo ser usada a mesma palha, ou, às vezes, outros tipos de palha.

Alguns moradores fazem também o oitão, que “é a cobertura de frente da casa, para o vento não jogar água para dentro. Pode fazer de ripa de açai e cobrir com a mesma palha que cobriu a casa”. (Paulino Barbosa Brasil Apurinã – Awaru Maweneru – Aldeia Castanheira, Terra Indígena Peneri/Tacaquiri).

Em seguida, inicia-se o trabalho de preparo para colocar o assoalho. É preciso fazer, primeiro, o travejamento para sustentá-lo. Coloca-se, também, os barrotes para ajudar na sustentação da casa, que é suspensão, complementando o apoio dos esteios. Por fim, são feitas as paredes, divisões internas, e a cozinha com seus acessórios (fogão, etc.).

Pode-se afirmar que o papiri é uma versão simplificada da casa. O papiri “é o mesmo feito da barraca, só que não tem parede e o cara não se preocupa em botar madeira que ature muito.” (Abdias Franco da Silva Apurinã – Koyoru – Aldeia Mipiri, Terra Indígena Água Preta/Inari).

Recursos

O principal recurso indicado para os esteios, de modo geral, foi a acariquara, “*madeira boa que atura muito. Tem delas que o cara tira até oito esteios, ela é comprida e, às vezes, acontece de nascer de dois ou três brolhos (brotos), mas é difícil, ela dá mais é de uma. O melhor mesmo é derrubar ela e deixar de um ano para o outro, que aí apodrece a parte branca dela e o cara tira só a parte boa... aí ela atura mesmo, trinta anos, sem fim...*” (Paulino Barbosa Brasil, Aldeia Castanheira, Terra Indígena Peneri/Tacaquiri).

Em termos de qualidade, os participantes do levantamento colocaram a piranheira (árvore restrita à vargem) como segunda preferência entre as madeiras para esteio. Madeiras como a itaúba ou pau d’arco também podem ser usadas, mas, de fato, a sua utilização é mais rara.

Os barrotes são feitos das mesmas madeiras dos esteios. Elas ficam em contato com o chão, são madeiras que têm a propriedade de não estragar com a umidade da terra e com possíveis inundações.

Para as linhas da casa (madeiras roliças de sustentação da parte superior, sem contato com o chão), foram indicadas algumas envireiras. Estas árvores apresentam algumas propriedades importantes para a função de linha: “*a gente usa as envireiras porque elas são linheiras, só tem galho lá em cima. Elas aturam muito, são boas de prego, maneiras para carregar e é fácil de tirar a casca*” (Paulino Barbosa Brasil, Aldeia Castanheira, Terra Indígena Peneri/Tacaquiri). Os caibros requerem as mesmas madeiras das linhas, porém mais finas.

As madeiras para a construção devem ser retiradas em tempo de lua escura (minguante), para evitar rachaduras e infestação por brocas. Moradores da Terra Indígena Tumia disseram que esta premissa é válida somente para as madeiras leves, ou seja, exclui-se as madeiras usadas para esteios e barrotes.



As ripas (onde as palhas são tecidas), o assoalho e as paredes da casa são retirados da palmeira paxiúba. São utilizadas duas espécies, a paxiubinha (*Socratea exorrhiza*) e o paxiubão (*Iriartea deltoidea*), mas os moradores preferem a paxiubinha, por ser mais abundante e mais leve para carregar.

Há um processo de transformação da casca do caule da paxiúba em “tábuas”, processo este que conta com a participação feminina em alguns locais. Uma vez encontrada a palmeira (o local mais indicado de ocorrência é beira de igarapé), muitos fazem um caminho que interliga o local ao assentamento. Outros carregam o material pronto em canoas, pela drenagem. Uma vez retirado o miolo (bucha), a casca dela (parte utilizada) é mole e pode ser enrolada para o transporte. Esta preparação ocorre na mata e somente a casca pronta é levada para casa. Gastam, em geral, mais de um dia para coletar e preparar a paxiúba.

Em alguns locais do Complexo, os moradores começaram a notar um escasseamento da paxiubinha e reclamaram de ter que buscar este recurso cada vez mais longe.

O travejamento (que sustenta o assoalho) é feito da haste da palmeira açai (*Euterpe precatoria*), que foi indicada como abundante por todo o Complexo. Alguns moradores utilizam o açai também para fazer o assoalho da cozinha ou o jirau. Dizem que ele dura mais que a paxiúba no contato direto com a água. Por outro lado, os moradores disseram preferir a paxiúba para assoalhar o resto da casa, pois as ripas (tábuas) do açai soltam farpas, que podem machucar.

O telhado, o capote e o oitão são feitos de palha. A mais utilizada é a palha do canaraí, planta restrita a algumas áreas. Esta não ocorre na vargem e só em alguns locais da terra firme, onde forma aglomerados (canaraíais). Muitas vezes, os locais são muito distantes do assentamento.

Houve consenso na afirmação de que o canaraí é a palha que dura mais tempo e evita o gotejamento. Foi observado um grande esforço no sentido de se obter este recurso, mesmo diante das dificuldades impostas pela restrição de ocorrência. Poucos moradores optaram por substituir a palha do canaraí por outras de menor qualidade. Como substitutas, podem ser utilizadas as palhas de ubim ou jaci, presentes na vargem.



Alguns participantes indicaram que a coleta da palha, assim como a de madeiras, deve ser feita em tempo de lua escura, para evitar infestação de lagartas e baratinhas. Moradores da Aldeia São Francisco, Terra Indígena Água Preta/

Inari, afirmaram o contrário, que a palha retirada na lua cheia dura mais.

Os “panos”, feitos da palha tecida nas ripas, são, em geral, amarrados com cipó ou envira (entrecasca) de tauari. Os moradores da Aldeia Castanheira (Terra Indígena Peneri/Tacaquiri) indicaram o cipó reis, não somente para amarrar as palhas do telhado, mas também para as amarras da casa como um todo, na ausência de pregos.



Transporte

Esta categoria inclui os principais meios de transporte, que na região são constituídos principalmente por canoas.

Tipos de transporte

Os moradores citaram dois tipos básicos de meio de transporte: as cascas, transporte considerado tradicional dos Apurinã, e as canoas, introduzidas pelos *cariús*.

O uso da casca (em Apurinã, *Aãta*) foi abandonado em alguns locais, principalmente nas aldeias na beira do Rio Purus, permanecendo como transporte principal nos locais mais centrais do Complexo. As Comunidades Boa União, Jagunço II e Vera Cruz (Terra Indígena Peneri/Tacaquiri), Castanheira e São Francisco (Terra Indígena Água Preta/Inari) nem citaram este tipo de meio de



transporte, e participantes da Aldeia Caruá (Terra Indígena Catipari/Mamoriá) citaram a casca, mas disseram não usar, nem saber fazer. Ao todo, oito comunidades afirmaram não mais usar cascas.

Nos outros assentamentos foram citados os dois tipos de transporte, sendo que os participantes das Aldeias Bom Jesus, Marienê (Terra Indígena Seruini/Marienê) e Salvador (Mixiri, Terra Indígena Peneri/Tacaquiri) disseram não saber fazer canoa: *“aqui a gente usa mais é a casca. As canoas que têm aqui são compradas, ninguém faz mesmo. Por isso aqui tem muita itaúba”* (Dário Lopes Apurinã – Kakoyoru – Aldeia Bom Jesus, Terra Indígena Seruini/Marienê).

Em comparação à canoa, os participantes ressaltaram que a casca dura pouco tempo e é preciso fazer novamente, depois de um certo período: *“a casca atura de um a dois anos, depois tem que fazer de novo”* (Otacílio Lopes Julião Apurinã, Aldeia Nova Cachoeira, Terra Indígena Peneri/Tacaquiri).



Divisão social do trabalho

A construção dos meios de transporte, em geral, é uma atividade predominantemente masculina, embora possa haver participação feminina em algumas etapas. Alguns índios citaram raros casos de mulheres fazendo canoa. Há, ainda, uma especialização neste tipo de atividade: em geral, qualquer homem sabe fazer uma casca, mas a confecção de canoa exige especialização, somente alguns o sabem. Com exceção das comunidades da Terra Indígena Seruini/Marienê, em todos os assentamentos visitados havia homens especializados na confecção de canoas. Muitos deles fazem, inclusive, este tipo de produto para comercialização ocasional.

Técnicas

A casca é feita a partir da árvore jutaí que, segundo muitos informantes, ocorre somente na terra firme. O período propício para fazer a casca é durante o inverno, quando a árvore solta a casca. A confecção da casca é dividida em

algumas etapas, realizadas no local onde se encontra o recurso:

“A casca do jutai só dá na terra firme ou em ponta de terra, na beira de igarapé. A gente só faz de inverno, porque é o tempo que a casca solta do pau. Isso só dura uns dois ou três meses, depois ela segura e não tem quem tire. Para fazer, o cara derruba no tempo do inverno e a casca dela solta. Depois, trepa a casca em cima de dois paus, tira uma vara grossa e bota fogo embaixo (fogo só de folha, faz na mata mesmo, onde topa o pau). O fogo faz amolecer a casca, aí, puxa com envira para ela abrir. Depois, bota os bancos e a quilha, tudo de cedro. O cedro é fofo, ajuda ela a boiar, suspende mais. A casca dá de fazer sozinho, o cara gasta uma base de dois a cinco dias” (Antônio Nascimento Brasil Apurinã, Aldeia Castanheira, Terra Indígena Peneri/Tacaquiri).

A canoa exige uma série de ferramentas compradas que nem sempre são acessíveis. Além disso, é preciso saber usar estas ferramentas adequadamente: “*para fazer canoa carece de machado, pavarruma para furar, enxó goiva, plaina, enxó-de-mão para tirar carvão e serrate para serrar os beijos*” (Otacílio Lopes Julião Apurinã, Aldeia Nova Cachoeira, Terra Indígena Peneri/Tacaquiri).

A confecção de uma canoa exige tempo e esforço (no número de pessoas envolvidas) que varia, dependendo do tamanho da canoa: “*o cara trabalhando sozinho em uma canoa grande gasta, mais ou menos, 20 dias, trabalhando todo dia, o dia inteiro*” (Antônio Nascimento Brasil, Aldeia Castanheira, Terra Indígena Peneri/Tacaquiri).

A técnica de confecção de canoa encontra-se na descrição abaixo:

“primeiro, o cara vai para a mata, escolhe a madeira, escolhe o lugar mais largo (maior que as costas da canoa). Depois, rola o pau no meio, bate a linha de nylon (pode ser cipó) para cortar certinho. O pau fica quadrado, vira ela e bate a linha de novo, emborca, bate a linha e roliça de novo, já tirou a casca toda. Fura ele todinho com trado, desemborca, aí cava de machado. Limpa de enxó, para cavar boleado. Aí, vai atrás de gente para botar no fogo (tudo isso é feito na mata, perto de onde o cara encontrou a madeira). Uns tiram lenha e outros fazem fogo. Pega qualquer pau de forquilha para enfiar nos beijos da canoa, para abrir ela no fogo. Tira qualquer vara e faz o pontalete (no lugar dos bancos). Bota ela de boca para baixo em cima da fogueira, vai esquentando até abrir, aí, vira de costas para o fogo, aí que bota as tesouras, aí dois vão puxando nos dois lados da forquilha. Deixa um dia esfriando. Uma canoa de 40 palmos, pega uma base de 12 pessoas, canoa pequena, pega três. Depois de pronta, faz um varadouro para arrastar ela até a beira. Bota um pau na proa, leva um cabo e puxa. Quando chega na beira, bota ela na forquilha e faz o talhamento, com enxó-de-mão para tirar o carvão. Depois aplaina os beijos. Os bancos pode fazer de qualquer tábu, itaúba, jacareúba, cedro... Para fazer remo, tem que usar madeira que atura, o melhor é aguano, mas para cá não tem. A gente faz de paracanaúba, itaúba, cedro... Dá para fazer canoa em qualquer tempo, mas é melhor de arrastar no inverno” (Francisco ou José Marcelino, Aldeia Vera Cruz, Terra Indígena Peneri/Tacaquiri).

As madeiras mais apreciadas para canoa são a itaúba (a mais citada), e em seguida, a guariúba, bacuri e jacareúba. Os participantes indicaram que a itaúba ocorre preferencialmente na terra firme: “*dá mais na terra firme, a da vargem é ruim para canoa*” (Valdemar Mulato Apurinã, Aldeia Boa União, Terra Indígena Peneri/Tacaquiri). Muitos se referiram a esta árvore como um



elemento escasso devido à superexploração nos tempos da seringa: *“itaúba dá na vargem e nas terras, mas agora não tem mais na vargem (as que tem, são finas), os brancos, de primeiro, tiravam tudo para fazer canoa e batelão”* (Luís de Souza Brasil Apurinã, Aldeia Castanheira, Terra Indígena Peneri/Tacaquiri). Além da baixa frequência, os moradores ressaltaram que dificilmente se encontra itaúba com diâmetro suficiente para fazer canoa. Com exceção das comunidades da Terra Indígena Seruini/Mariené e da Comunidade Caruá (Terra Indígena Catipari/Mamoriá), nas demais os índios afirmaram que a itaúba é, hoje, escassa.

A guaribúba foi associada também ao ambiente de terra firme, porém indicada como mais abundante em relação à itaúba. Os participantes se referiram à jacareúba como uma árvore abundante, porém associada à vargem. A distribuição mais ampla parece ser a do bacuri, cuja ocorrência foi indicada para “todo canto”.



Pesca

A pesca é uma das mais importantes atividades no Complexo Médio Purus I, exercida durante o ano inteiro, mostrando-se mais significativa do que a caça. Os recursos pesqueiros constituem os principais itens na alimentação dos moradores do Complexo.

O produto da pesca é, em geral, de apropriação familiar. Peixes capturados em excursões mais longas de pesca são divididos entre a comunidade. Quando a pesca é farta, os pescadores conservam o peixe com sal ou moqueando. Moradores de assentamentos próximos à beira do Rio Purus, de lagos e mesmo de alguns assentamentos da terra firme, onde há grande fartura de peixe, muitas vezes, vendem o excedente.

Divisão social na atividade

A pesca é uma atividade feminina e masculina, havendo certas restrições ao uso de técnicas específicas por mulheres. Assim, em geral, a pesca de flecha, arpão, malhadeira e tarrafa foram citadas, na maior parte dos locais, como masculinas, enquanto a pesca de linhada, caniço e espinhel seriam exercidas por ambos os sexos. Segundo Valdeci Franco da Silva (Waruto), da Comunidade Mipiri, a malhadeira também é usada por mulheres, sendo exclusividade dos homens somente a flecha (o arpão não foi citado e, segundo ela, “índio não sabe jogar tarrafa”). As crianças começam a pescar a partir dos sete ou oito anos de idade.

Técnicas

Canço - Pesca com canço significa pesca com vara, linha e anzol. Há vários tipos de canço, sendo que todas as variedades de varas são buscadas na mata. Alguns índios diferenciaram canção de canicinho. Valdeci Franco da Silva Apurinã, da Comunidade Mipiri, na Terra Indígena Água Preta, citou três variedades de canço: *patukaro*, *pôkamaromatakuru* e *porôpu*. Sobre o primeiro, não deu muitas informações, mas *Pôkamaromatakuru* é um canço fino ou médio e *porôpu* é um canço grosso. Com o canço grosso se pega, entre outros peixes, jiju, traíra, tucunaré, pirapitinga e acará; com o médio, se pega piranha, piaú, sardinha e pacu; e com o fino se pesca piaba (*katara*, em Apurinã). Nas proximidades da Comunidade Mipiri têm começado a escassear os canços, devido ao uso freqüente. Os anzóis usados no canço, linha e espinhel são comprados ou feitos a partir de arame.

Espinel - O espinhel consiste em vários anzóis numa mesma linha. Utiliza-se tanto no igarapé como no igapó, com várias iscas diferentes – lagarta, grilo, minhoca, bicho de coco, frutas. Alguns índios, como José Avelino Vicente Apurinã, da Comunidade São Francisco, relacionam o uso desta técnica à estação chuvosa.

Linhada - A linhada consiste em anzol e linha de pesca, sendo esta enrolada numa lata ou tábua pequena. É utilizada preferencialmente em igarapés e no Rio Purus. Quando se utiliza linha grossa, este artefato serve até para peixes muito grandes, como o jaú.

Flecha - A flecha é um instrumento comum na pesca em igarapés e lagos. É um instrumento de pesca marcadamente masculino. Para a confecção de flechas são utilizados “pés de flecha” plantados no roçado, sendo a ponta feita, em geral, com um prego ou vergalhão (arame grosso), amolado com lima, e com “ganchos”. O arco é feito principalmente de pupunha ou pau d’arco.

Malhadeira - Malhadeira é a rede de pesca. É, em muitos casos, um instrumento de pesca muito cobigado, uma vez que permite capturar muitos peixes ao mesmo tempo. Por exigir grande quantidade de linha e técnicas especializadas de tecimento para sua fabricação, poucos a possuem. Malhadeiras e tarrafas são vendidas nas cidades ou por encomenda, mas são



consideradas muito caras. Com diferentes espessuras, é utilizada para pesca no rio, em lagos e, algumas vezes, em igarapés. É instrumento utilizado por pesqueiros em técnicas predatórias, como as que fecham as bocas de igarapés na desova, o que é questionado por muitos. Há pessoas que são radicalmente contra o seu uso, como Valdeci Franco da Silva, da Aldeia Mipiri, uma vez que identificam na sua introdução a razão da diminuição do peixe.

Tarrafa - Trata-se de rede especializada, com formato de saco afunilado na parte superior, que é jogado com técnica especial e fechado embaixo, através de uma corda, prendendo os peixes. Pode ser usada em rios, lagos e igarapés. Quase não existe no Complexo, pois é um artefato de pesca muito caro, difícil de fazer e, para alguns, como Valdeci, a técnica de “jogar tarrafa” é domínio dos “*cariús*”. Segundo alguns moradores, acarreta escassez de peixes.

Tingui - Tingui significa veneno de pesca e são utilizadas diversas espécies vegetais, em sua maioria, plantadas (os participantes indicaram quatro variedades plantadas) e uma da mata, denominada “tingui de caroço” ou *amoku*.

O tinguí é mais utilizado em igapós e em igarapés pequenos. Segundo os moradores, algumas variedades provocam a escassez de peixes. Outras variedades atingem somente alguns peixes (aqueles que comem um preparado de tinguí e outros ingredientes), o que não prejudica moradores vizinhos e não escasseia os recursos de pesca. Não houve, no entanto, consenso na indicação de espécies de tinguí de maior ou menor impacto.

A pesca com tinguí, em igarapés, lagos e igapós (o tinguí é muito usado nos igapós), é uma pesca coletiva. Os participantes acampam junto ao local e, ao mesmo tempo, pescam, moqueiam e comem muito. Usa-se muito o tinguí para pescar grandes quantidades de peixes, o que se faz necessário na ocorrência de festas.

Sakatiro - O *sakatiro*, um tipo de armadilha considerada tradicional dos Apurinã, foi citado como utensílio de pesca em igarapés e igapós. O *sakatiro* foi citado em várias localidades, sendo que as comunidades Castanheira (Terra Indígena Água Preta/Inari), Bom Jesus, Marienê (Terra Indígena Seruini/Marienê), São Jerônimo (Terra Indígena Catipari/Mamoriá), Canacuri e Nova Amélia (Terra Indígena Tumia) afirmaram ainda utilizar. A técnica de confecção encontra-se na descrição abaixo:

“Para fazer o sakatiro, a gente pega o marajá (uma palmeira de sub-bosque), faz uma tiras da haste dele mais ou menos com a finura de um dedo. Aí, tece com cipó títica, quase uma malha que nem paneiro, até chegar o fim, faz o fundinho estreitinho, a gente amarra outro cipó, aí vai, corta uma vara, aí amarra o cipó na ponta e ele fica suspenso. Faz uma forquilha e prende outro cipó e coloca ele dentro. Fica outra varinha atravessada



com a isca, quando o peixe puxa a isca, já dispara, escapole e sobe com o peixe. Ele fica pendurado de cabeça para baixo, não tem como sair” (Antônio Nascimento Brasil, Aldeia Castanheira, Terra Indígena Peneri/Tacaquiri).

Outras armadilhas de pesca - Além do sakatiro, foram citadas outras armadilhas de uso “antigo dos Apurinã”: o kuxate, parecido com o sakatiro, porém mais comprido, e cercas construídas em passagem de peixe. O uso atual destas armadilhas é bastante restrito. As técnicas de confecção e funcionamento das armadilhas encontram-se nas descrições abaixo:

“Tem também o kuxate (chamado por alguns de jiqui), dá para pegar caça também, mas o de pegar caça é um pouco diferente, é de vara, o de pegar peixe é de tala de patauá ou de coco de anta. É o mesmo feito do sakatiro, mas ele é mais comprido, tipo um funil, a boca do outro é mais aberta. A ponta desse é fina, o meio é grosso, afina e engrossa de novo para formar a boca. Ele é tecido com cipó titica. A gente bota isca de piaba, carne, andiroba assada, pega matrinxã, pacu...” (Antônio Nascimento Brasil, Aldeia Castanheira, Terra Indígena Peneri/Tacaquiri).

“Tem o cacuri (chamado de pari pelos moradores do Catipari) também, é uma cerca que a gente faz em passagem de peixe, ela é toda feita de pau. Bota uma sanga (tipo uma portinha) no meio da cerca, tocou nela, ela abre, só para passar, mas para voltar, não abre mais, o peixe fica preso lá dentro. A sanga é feita de tala de patauá” (Luis de Souza Brasil Apurinã, Comunidade São José, Terra Indígena Peneri/Tacaquiri).

Estratégias e técnicas associadas aos ambientes de pesca

As diversas técnicas empregadas na captura de peixes são intrinsecamente relacionadas aos ambientes onde se dá a atividade. As variações das técnicas preferenciais nos diversos assentamentos estão, assim, relacionadas aos ambientes mais utilizados em cada um deles.

Pode-se afirmar que as Comunidades Boa União, Vera Cruz, Jagunço II (Terra Indígena Peneri/Tacaquiri) e São José do Catipari (Catipari/Mamorá) são, dentre as comunidades participantes do levantamento, as que pescam no Rio Purus de forma mais assídua. Os moradores da Comunidade Mipiri, Terra Indígena Água Preta, ainda que pesquem em lagos, igapós e igarapés, pescam também no rio, principalmente durante o verão. Cabe observar que os quatro assentamentos são localizados às margens, ou próximos das margens, do Purus. As principais técnicas utilizadas no rio são a pesca de malhadeira (as cinco comunidades, ainda que o Mipiri não possuísse uma no momento), tarrafa (Jagunço II e São José do Catipari), havendo também pesca de anzol (linhada e caniço).



As Comunidades Boa União, Vera Cruz, Jagunçõ II, Nova Floresta e Castanheira (Terra Indígena Peneri/Tacaquiri), Kamarapo, São Gerônimo, São José do Catipari e Caruá (Terra Indígena Catipari/Mamoriá), localizadas na vargem ou próximas a este ambiente, praticam frequentemente a pesca nos lagos. Nos lagos são geralmente empregadas a pesca de caniço, flecha e arpão, este último principalmente utilizado para a captura do pirarucu, peixe característico desse ambiente. Fazem uso também de linha e malhadeira, ainda que esta última seja de uso pouco frequente, já que poucos a possuem. A pesca nos lagos é realizada preferencialmente no verão: “*no inverno, quando dá alagação, os peixes se espalham, fica ruim de pescar, no verão é mais fácil*” (Nilson Paulo Apurinã, Aldeia Nova Floresta, Terra Indígena Peneri/Tacaquiri).

Os igarapés foram citados entre os mais importantes ambientes de pesca, onde a atividade parece ser exercida durante o ano inteiro (inverno e verão). Os utensílios de pesca mais utilizados no igarapé são o caniço, a flecha e, com menor frequência, linhada e espinhel. Muitos informantes dividiram este ambiente em locais associados a diferentes técnicas e captura de peixes específicos. Dentre esses locais, os mais relevantes foram os poços de igarapé e as tronqueiras. As tronqueiras são boas para a captura da traíra no verão: “*no verão, a gente pega traíra nas tronqueiras, com caniço curto e isca de piaba*” (Raimundo Chagas Lopes Apurinã, Comunidade Salvador, Igarapé Mixiri). Moradores da Terra Indígena Tumã também citaram a pesca da traíra nas tronqueiras.

Moradores da Terra Indígena Seruini/Marienê enfatizaram a pesca nos poços: “*no igarapé, a gente pega mais piaba, peixinho miúdo. Usa essas piabas como isca para mariscar nos poços, para pegar peixe graúdo.*” (Dário Lopes Apurinã, Aldeia Bom Jesus, Terra Indígena Seruini/Marienê).

Os índios diferenciaram a pesca cotidiana, realizada nas proximidades dos assentamentos, e incursões de pesca nas cabeceiras de igarapés, onde vão poucas vezes por ano, gastam um período de tempo dedicando-se exclusivamente à pesca e conservação do peixe como “*estoque*”. Todos os informantes indicaram estes dois tipos de pesca, havendo certa variação na frequência e no tempo de duração das incursões.

A pesca no igapó foi bastante citada entre os assentamentos de centro, ou assentamentos distantes da beira do rio. Segundo alguns moradores, os igapós são os lagos das áreas mais centrais, embora indiquem diferenças na composição de espécies entre lagos e igapós: “*o igapó é o lago daqui. A gente faz pescaria de tinguí no verão, fica lá acampado, moqueando peixe para levar para casa*” (Osmar Vicente de Oliveira, Aldeia Castanheira, Terra Indígena Água Preta/Inari). Mesmo alguns assentamentos próximos à beira do rio praticam a pesca no igapó em determinado período do ano. As aldeias do Catipari (São Jerônimo, São José do Catipari e Kamarapo) praticam a pesca nos igapós, principalmente do cangati.



Recursos

Os peixes mais citados como exclusivos do Rio Purus foram o filhote e o dourado, este último de alto valor comercial. Embora os peixes de rio sejam importantes para os moradores da vargem, os mais valorizados socialmente foram os peixes que são capturados também em igarapés ou lagos e não exclusivamente no rio. Entre estes peixes capturados em igarapés, lagos e rios, o pacu é muito valorizado. Outros peixes de menor valor compartilham os mesmos ambientes, a sardinha, piranha, mandi, entre outros.

A pesca de rio é marcada, para alguns, como “de *cariú*”. Segundo Valdeci Franco da Silva Apurinã, a pesca em rio só recentemente passou a ser exercida pelos índios, sendo a maior parte das espécies de rio considerada “peixes de *cariú*”, sem nome, inclusive, em Apurinã.

Os participantes indicaram como peixes característicos de lago o pirarucu (que, atualmente, é escasso em muitos locais devido à pesca predatória) e o acari. Embora seja muito valorizado pelos moradores do Complexo, o acari não é pescado com frequência, pois requer a pesca com malhadeira. Já o pirarucu é pescado ocasionalmente para a venda, o que acarreta escasseamento de uma espécie já ameaçada. Segundo os moradores, o pirarucu já desapareceu de muitos dos lagos da região. Outros peixes de valor comercial também são frequentemente capturados nos lagos, mas não foram indicados como restritos a este ambiente. São eles: tucunaré, surubim, aruanã, caruaçu, entre outros.

O matrinxã foi o peixe mais citado para o ambiente de igarapé, seguido do jeju. O matrinxã é o peixe mais apreciado entre os moradores do Complexo. No entanto, todos os moradores ressaltaram a diminuição drástica na abundância desses peixes, devido principalmente à pesca predatória realizada na boca dos igarapés. Segundo os moradores, o matrinxã vive a maior parte do ano nas cabeceiras dos igarapés e desce para o Rio Purus na época da desova. Pescadores profissionais fecham a boca dos igarapés antes da desova no Rio Purus e os peixes são capturados antes da reprodução, o que torna o recurso escasso e cada vez mais ameaçado.

Além do matrinxã, outras espécies foram indicadas como escassas na região, ameaçadas



pela pesca predatória, entre elas o pirarucu, o dourado e o tambaqui, espécies de alto valor comercial.

Os igapós e igarapés compartilham as mesmas espécies: “*na alagação, mistura tudo, peixe do igapó com o igarapé, eles passam de um para o outro. No verão, eles ficam presos no igapó.*” (Luís Barreiros Muniz, Aldeia Caruá, Terra Indígena Catipari/Mamoriá). Por outro lado, os moradores do Complexo citaram algumas espécies que são capturadas preferencialmente em cada um dos dois ambientes.

Recursos relacionados à pesca

Além da grande diversidade de frutos comestíveis, há um conhecimento profundo a respeito dos hábitos alimentares de peixes e animais. Uma enorme variedade de frutos foi indicada como recurso coletado para isca na atividade de pesca (também insetos, larvas e pequenos peixes, utilizados para capturar espécies de peixes carnívoras). Além dos recursos, os moradores indicaram dados precisos, relacionando os itens às espécies que se alimentam deles.

Além dos recursos usados como isca, foram considerados neste item algumas informações acerca das plantas ictiotóxicas (veneno de pesca) ou tingui, de coleta ou plantadas.

Os moradores do Complexo indicaram algumas variedades de tingui que podem ser observados na tabela a seguir:

Tabela: Variedades de Tingui

Variedade	Observações sobre as variedades
Amoku	tingui de caroço (coletado), Tingui considerado forte
Konâpi ou Paikomã	da folha graúda (plantado)
Ekonã	tingui de raiz (plantado)
Sátaro ou Konã	tingui de folha (plantado)

Certas variedades são plantadas junto à roça e outras são coletadas na mata, dependendo do tipo. Cada variedade é preparada de uma maneira diferente:

- Tingui de folha: tira a folha, “pisa”, põe no igarapé.
- Tingui de raiz: tira, bate com pau, “pisa” e “lava” no igarapé.
- Tingui de caroço: pisa em buraco no chão.

Existem, ainda, preparos especiais para evitar a morte massiva de peixes. Urinar ou cuspir no igarapé corta imediatamente o efeito do tingui. Marido de mulher gestante também não deve pisar na água com tingui, pois tira o seu efeito.

Alguns participantes falaram sobre o impacto causado por diferentes variedades e técnicas no uso de tingui sobre a comunidade de peixes. No entanto, não houve consenso na identificação de quais variedades e/ou técnicas acarretariam maior ou menor impacto. Segundo os moradores da Comunidade Castanheira (Terra Indígena Peneri/Tacaquiri), a variedade Sâtaro é a mais fraca e só é utilizada em igarapés pequenos. O mais forte seria o Paikomã, utilizado em igarapés maiores. Já moradores da Terra Indígena Seruini/Marienê, disseram que o Sântaro é muito forte, “*destrói muito, mata todo o peixe*”. Eles utilizam o tingui Konâpi no verão, nos poços do Seruini: “*a gente faz aquele preparo, a bolinha, botá no poço, só mata o peixe que comer.*” (Dário Lopes Apurinã, Aldeia Bom Jesus, Terra Indígena Seruini/Marienê). Estas “bolinhas” indicadas matam somente o peixe que a come, evitando contaminação da água e escasseamento de peixes. São preparadas da seguinte maneira:

“*pega o tingui (Konâpi), pisa, rala macaxeira, espreme, faz beiju, mistura com o tingui, pisa, queima tala de embaúba, pega a cinza e pisa com o tingui, pega caba de qualquer qualidade, assa a casa e cai filho de caba assada, mistura com o tingui. Mistura tudo e faz a bolinha. Joga no poço, só mata o peixe que come a bolinha. A gente espera o peixe mais abaixo no igarapé, no raso*” (José Valdimiro Lopes Apurinã, Aldeia Bom Jesus, Terra Indígena Seruini/Marienê).

Restrições à atividade e restrições alimentares

Em certas ocasiões, alguns pescadores podem ficar “*sem sorte*” na pesca ou na caça, por diferentes motivos. Esta situação é chamada de panema (que pode ser para caça ou para pesca) e o pescador fica “*empanemado*”. Alguns participantes indicaram remédios para tirar panema: “*para tirar panema para pesca o cara pode fazer remédio de tipi, que é um mato que planta no terreno: esfrega a folha no corpo inteiro e nos utensílios de marisco.*” (Nilson Paulo Apurinã, Aldeia Nova Floresta, Terra Indígena Peneri/Tacaquiri).

Tanto o peixe como a caça estão sujeitos a restrições alimentares em diferentes épocas ou fases da vida ou ainda para pessoas enfermas. No caso dos peixes, todos os participantes indicaram dois tipos básicos de restrições: (1) peixes que não podem ser comidos por pais de crianças pequenas e (2) peixes reimosos, contra-indicados para pessoas enfermas. “*Quem tem menino novo, não pode comer certos peixes. Peixe grande leva o espírito do menino, é preciso levar no pajé*” (Israel Francisco Soares Apurinã, Aldeia Nova Vista, Terra Indígena Peneri/Tacaquiri). Embora haja certa variação entre os peixes indicados como “*ladrões de espírito de criança*”, alguns peixes foram citados praticamente por todos os participantes do levantamento. Os principais foram o caparari, o filhote, a pirapitinga, a pirarara e o jaú. Muitos dos peixes restritos aos pais de crianças pequenas (mais ou menos até os dois anos de idade) são peixes de rio.

Os peixes reimosos são aqueles considerados inadequados a pessoas com diferentes tipos de



enfermidades: “*não é bom para quem está com golpe, mancha no corpo, infecção, resguardo, mordida de cobra...*” (José Nascimento Brasil, agente de saúde da Comunidade São José, Terra Indígena Peneri/Tacaquiri). Em contraposição, a comida mansa é aquela que não sofre nenhum tipo de restrição. Os principais peixes reimosos são: pirarucu, poraquê, jundiá, surubim, aruanã, caparari, pirapitinga, pirarara, jaú, matrinxã e piranha caju. A qualidade de peixe manso foi atribuída principalmente aos peixes: sardinha, traíra e pacu.

Caça



A caça no Complexo Médio Purus I é considerada uma atividade estritamente masculina, havendo raríssimas exceções. Os principais utensílios citados, relacionados à caça, foram a espingarda e a flecha, embora possam ser utilizadas outras ferramentas, como facas ou marretas, principalmente na caçada com cachorro, que não pareceu ser muito frequente no Complexo. Foram citadas também armadilhas de caça, tanto com espingarda como as armadilhas mais tradicionais, porém estas últimas praticamente não são mais utilizadas. Segundo alguns moradores, um dos principais fatores limitantes da atividade é a dificuldade na aquisição de munição, uma vez que a espingarda é o principal utensílio de caça usado pelos moradores do Complexo.

Somente dois assentamentos (entre os que participaram do levantamento) indicaram a caça como atividade predominante em relação à pesca – a Comunidade Nova Cachoeira (Terra Indígena Peneri/Tacaquiri) e a Comunidade Marienê (Terra Indígena Seruini/Marienê).

A apropriação do recurso de caça se dá primordialmente na unidade familiar, havendo a divisão ou o ato de “vizinhar carne” com outras casas. A divisão pode ocorrer ou não de acordo com o tamanho do animal caçado e com as relações entre os moradores de diferentes casas. Todos os locais onde a questão da divisão foi colocada indicaram “vizinhar” a carne, mas segundo algumas regras que variaram de local para local. No entanto, a quantidade de carne apareceu sempre como um fator limitante: se um homem mata uma anta, ele “vizinha” com muita gente, mas se mata um jacu, fica só para a casa dele. A relação entre os moradores também conta, por exemplo: quem tem pais idosos ou mãe viúva, que moram em outra casa, sempre “vizinha” carne com eles. Conflitos internos afetam a divisão entre vizinhos. Em alguns locais, o caçador



dá uma parte para os parentes e, passando de certa quantidade, vende. Os mais velhos, que têm aposentadoria, mas estão sem condição de caçar, pagam para os caçadores mais jovens. Enfim, existe a regra geral de “vizinhar” carne, mas as condições de “vizinhar”, quando, como, com quem e até que quantidade variam localmente. Em geral, quando caçam em grandes quantidades, vendem o excedente, dentro e fora da comunidade.

Estratégias e ambientes de caça

Caçada em terras ilhadas — No ambiente de vargem, a estratégia de caça mais utilizada pareceu ser a caça de inverno nas terras ilhadas. Na estação chuvosa, os animais ficam presos nas terras altas da vargem, cercadas de água por todos os lados, o que facilita a captura.

Piques de caça — Caminhos estreitos abertos para a procura de animais. Predominam enquanto estratégia de caça na terra firme. Estes piques são utilizados mais comumente no período chuvoso, quando se pode seguir o rastro dos animais, mas o uso dos piques não se restringe a este período.

Espera em barreiros — Estratégia de caça associada à terra firme. Esta tática acaba por se restringir ao verão (seca). No período chuvoso, os barreiros ficam encobertos pela água. Trata-se de uma técnica não de procura aleatória, como nos piques de caça, mas de espera em um local, onde se sabe de antemão da possibilidade de haver grandes chances de localizar certos animais, que vão comer no barreiro.

Caçada em buritizais – Tipo de caçada praticada nos domínios da terra firme, os buritizais constituem locais importantes de caça, onde alguns animais vão comer, principalmente no tempo de frutificação do buriti.

Caçada de canoa — Caçadas noturnas são realizadas principalmente na beira dos igarapés, atividade que é, em geral, exercida junto com a pesca. Os caçadores/pescadores ficam em canoas e com a lanterna observam as margens do igarapé. “Veredas” (ou pequenos caminhos deixados por alguns animais) são bons indícios de que o animal está por perto.



A identificação das “veredas” durante o dia facilita a escolha dos locais mais adequados durante a noite.

Caçada em “veredas” — As “veredas” constituem caminhos abertos por animais e indicam trajetos comumente percorridos pelo animal durante algum tempo. Nesses percursos, são colocadas armadilhas para capturar o animal durante seu deslocamento pelo caminho. Ocorrem na vargem e na terra firme.

Caçada em roçados — Alguns animais se alimentam dos itens plantados nos roçados e passam a frequentar o local, diante da disponibilidade de comida farta, onde são capturados. Vargem e terra firme.

Utensílios de caça

Espingarda – Embora restrita pela dificuldade em se obter munição, a caça de espingarda é a prática mais comum neste tipo de atividade.

Flecha – Usada para capturar um grupo restrito de animais, principalmente a paca e a cotia. Na Comunidade Caruá (Terra Indígena Catipari-Mamoriá), existem também flechas especializadas para a captura de quelônios. Técnica empregada comumente em caçadas em beira de igarapé.

Armadilhas – Armadilhas de caça também foram citadas, principalmente em “veredas”. Embora existam armadilhas tradicionais, como o jiqui, as mais comumente utilizadas atualmente são as armadilhas com espingarda.

Recursos

Os animais mais caçados são a paca, o veado, o porquinho, o mutum, o jacu, a anta e o queixada.



Embora a maior parte dos recursos reconhecidos como caça sejam encontrados no ambiente terrestre, os moradores do Complexo também indicaram algumas espécies que ocorrem em ambientes aquáticos. É o caso dos quelônios ou “bichos de casco” (com exceção do jabuti, que é terrestre), os jacarés e as lontras, entre outros.

Segundo os participantes, os animais mais comumente capturados nas terras ilhadas da vargem são o tatu, a paca e a cotia. Cotia, paca e irara podem ser facilmente caçadas também nos roçados, sendo que a irara é raramente abatida como recurso de caça. A paca, a cotia e a irara comem as plantações de macaxeira e banana nos roçados.

Os animais mais caçados nos barreiros são o veado, a anta e a paca. O porquinho e a anta foram relacionados ao buritizal, no tempo de frutificação do buriti.

Os animais capturados com maior frequência em caçadas noturnas em beira de igarapé são a paca e a anta (esta última é mais abundante nas cabeceiras).

Os moradores do Complexo citaram a paca, o tatu e a anta como os mais caçados por meio do uso de armadilhas em “veredas”. Nos piques de caça são encontrados praticamente todos os animais terrestres considerados caça, localizados no inverno através dos rastros.

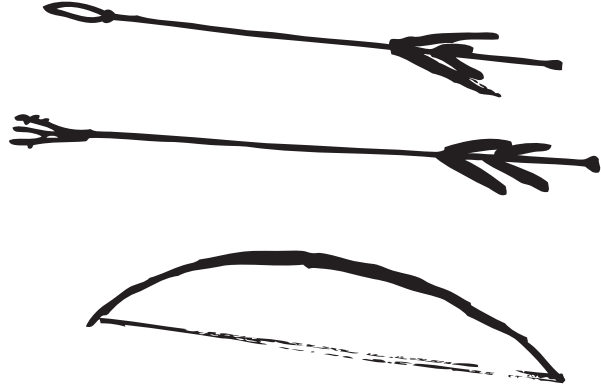
Foram observadas algumas diferenças locais na situação de diferentes recursos de caça. Foram citados como escassos ou difíceis de serem vistos: o macaco preto, o macaco barrigudo e o jacamim. Em um levantamento realizado na atual Terra Indígena Seruini/Marienê, o jacamim (entre outras aves) foi indicado como espécie vulnerável ou ameaçada de extinção devido à intensa caça (Coutinho, 1997).

Em algumas localidades, o macaco preto (*Ateles paniscus*) foi relatado como muito raro, em outros locais a espécie foi considerada como inexistente. O mesmo ocorreu com o macaco barrigudo (*Lagothrix lagothricha*); no entanto, a escassez destas espécies não foi atribuída à pressão de caça e sim à sua ocorrência natural.

A anta (*Tapirus terrestris*) também foi indicada como espécie rara na maior parte das localidades, mas, segundo os moradores, diferentemente do caso dos macacos citados acima, esta escassez está fortemente relacionada com a intensidade de caça. A carne da anta é muito valorizada na região e o abate de um único animal fornece quantidade de carne suficiente para consumo e estocagem.

O queixada (*Tayassu pecari*), um dos recursos de caça mais valorizados no Complexo, foi indicado como escasso em alguns locais. Esta diminuição em frequência e abundância, notada





pelos moradores em certas áreas, foi atribuída à intensidade de caça da espécie. Estes animais andam em bandos grandes e viajam longas distâncias, retornando periodicamente às áreas visitadas (Emmons, 1990). Segundo alguns moradores, a frequência de retorno a determinadas áreas vem diminuindo significativamente. Segundo os índios relataram, quando os bandos passam, uma grande quantidade de indivíduos é abatida em uma única caçada.

O levantamento de espécies utilizadas como recurso de caça no Complexo trouxe, através das indicações dos entrevistados, alguma evidência da distribuição de espécies e subespécies em uma região pouco estudada. Segundo estudos de Kinzey (1982), a região onde está inserido o Complexo Médio Purus I corresponderia a uma área limítrofe na ocorrência de duas subespécies de *Callicebus moloch* (macaco zogue-zogue). Com o auxílio do guia de campo de Emmons (1990), os moradores indicaram a presença da subespécie *Callicebus moloch brunneus* na região.

Restrições

Existe uma série de situações que devem ser evitadas para que o caçador não fique com falta de sorte na caça: “se a mulher estiver gestante e passar por cima da caça empanema o cara. Aí tem que fazer remédio. Sexta-feira de manhã, ela tem que morder três vezes na boca da espingarda, aí o cara pega a espingarda sem falar com ninguém. Se urinar em cima dos ossos do bicho, empanema também, por isso, a gente joga os ossos onde ninguém anda” (Antônio Olavo Venâncio Apurinã, Terra Indígena Catipari/Mamoriá). Muitas restrições alimentares foram relacionadas aos recursos de caça. A começar pela divisão dos Apurinã em duas metades matrimoniais. Para o grupo dos *Xoaporuneru* é permitido comer porquinho, mas é proibido comer certas espécies de inhambu. Já para o grupo dos *Metumoātu*, é permitido comer inhambu, mas o porquinho é proibido. A pertença a um dos grupos é dada por linha paterna e expressa no sistema de nomenclatura. Embora essas restrições não sejam respeitadas por todos, alguns participantes indicaram certas consequências acarretadas por não se obedecer à restrição alimentar: “quem come porquinho, não come uru (ave da mesma família da inhambu), o cara entorta, fica andando torto, só o pajé pode consertar” (Dário Lopes Apurinã, Terra Indígena Seruini/Marienê).

Assim como no caso dos peixes, a carne de alguns animais é proibida para casais com filhos pequenos (até, aproximadamente, dois anos de idade):

“o cara estando com menino novo não pode comer certos tipos de carne, que rouba o espírito da criança, cairara, macaco preto, macaco prego, tatu rabo de couro, tatu canastra e o bandeira é bem perigoso” (Dário Lopes Apurinã, Terra Indígena Seruini/Marienê).

“Cairara ninguém come quando está com menino novo, ninguém atira em macaco para não roubar o espírito da criança (só barrigudo que pode). Depois dele grandinho, faz remédio para o menino, para os pais poderem comer. O remédio é feito do sangue do bicho, passa na mão, cruza nos pés e nas mãos ou então dá um pedacinho de carne cozida para ele comer, que já não faz mais mal” (Manoel Ramos da Silva Apurinã, Terra Indígena Catipari/Mamoriá).

Existem também restrições exclusivas para mulheres de resguardo: “mulher de resguardo não pode comer *porquinho*, *veado roxo*, se comer *jacamim*, *morre*, o *mutum* é muito *reimoso*, *anta* e *paca* também não pode. *Veado capoeiro*, *quandu* e *queixada* não têm *reimo nenhum*” (Dário Lopes Apurinã, Terra Indígena Seruini/Marienê). Os itens alimentares considerados “*reimosos*”⁴ são parte daqueles proibidos na dieta de resguardo. Estes são também proibidos para pessoas enfermas ou feridas. Os animais relatados entre os mais *reimosos* são o *veado roxo*, a *anta* e o *jacamim*.

Coleta e extração

Foi utilizada esta categoria no levantamento em campo na tentativa de abranger recursos relacionados aos mais diversos usos, que não fossem de caça, pesca, agricultura ou criação, ou seja, os recursos que são coletados na mata. Vários são os recursos obtidos por coleta ou extração. Alguns destes recursos têm importância comercial na região – dentre os quais a castanha é, hoje, o principal, e outros constituem itens alimentares socialmente valorizados no Complexo.

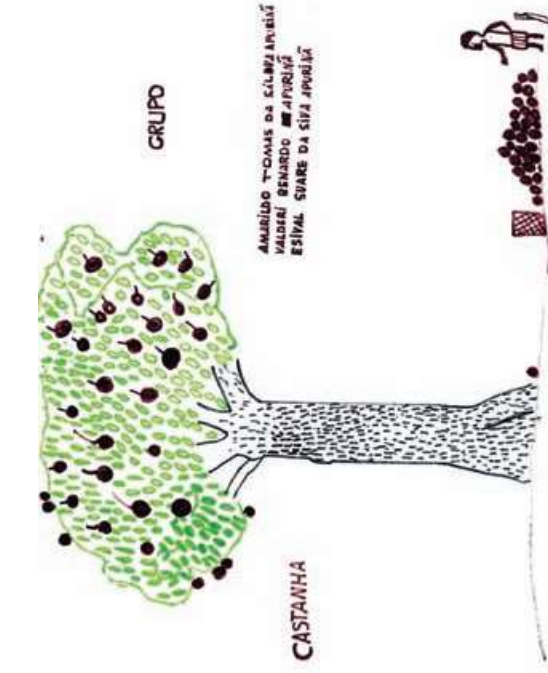
Divisão social e apropriação

A atividade de coleta de recursos da mata, tanto com objetivos de comercialização como de subsistência, é realizada por praticamente todas as categorias de gênero e idade. A não ser no caso do extrativismo da seringa e da sorva, atividades que eram exercidas predominantemente por homens (embora houvesse a participação efetiva de algumas mulheres no corte da seringa), em geral, os frutos, larvas, anfíbios e ovos são coletados por homens, mulheres e crianças.

4. Alimentos *reimosos* são aqueles capazes de piorar a situação de um enfermo quando ingeridos ou causar infecções em feridas já existentes. Existem itens alimentares *reimosos* gerais, para todas as enfermidades, e itens alimentares *reimosos* contra-indicados para enfermidades específicas



A divisão dos itens coletados não pareceu ser sistemática como no caso de alimentos obtidos pela caça e pesca (onde existem certas regras, que variam localmente, para “vizinhar” os recursos obtidos). Os frutos são, em geral, de apropriação individual e, havendo excedentes, são distribuídos sem regras fixas. Já a coleta de certas larvas pareceu envolver moradores de assentamentos e comunidades como um todo, principalmente quando se planeja obter o recurso com antecedência. É o caso de larvas que são capturadas após alguns meses da derrubada da árvore.



Alimentos de coleta

Em geral, coleta-se itens alimentares quando se vai para a mata caçar, pescar ou para se obter produtos para comercialização. A maior quantidade dos itens coletados, citados por moradores, foi de frutos. Além destes, são coletados, ocasionalmente, alguns ovos e, mais frequentemente, diversos tipos de larvas e uma espécie de rã. Anfíbios e larvas foram considerados, por grande parte dos moradores do Complexo, como “comida de índio”, por não fazerem parte da dieta dos *cariú* da região.

Os frutos possuem, em geral, nomes em português e em Apurinã ou somente em Apurinã. Alguns frutos são ingeridos crus, sem preparos especiais, outros necessitam processamento. Em muitos casos, um mesmo fruto pode ser utilizado e preparado de maneiras diversas. É o caso dos frutos de açaí, de piquiá, do patauá, do cacau, da castanha, do uxi, entre outros menos citados. Alguns destes frutos podem ser comidos sem preparo especial, outros só com transformação em vinho (polpa com adição de água) de alguns deles e outros fornecem óleo para as mais diversas finalidades (alimentares, cosméticos, etc.).

Os vinhos do açaí, do patauá e do buriti são, de uma forma geral, muito apreciados e são realizadas excursões com a finalidade exclusiva de obtê-los. Constituem um complemento alimentar muito importante durante o período em que estão disponíveis.

Há outros frutos que, ainda que sejam menos utilizados, são bastante relevantes. É o caso da abiurana, do gamoim, da pama, do cajuí, do gaum e do cacau, dentre muitos outros. O cacau se destaca, não somente por ter sido recorrente, mas por ser um recurso considerado com grandes possibilidades de comercialização. Come-se a polpa do fruto, sendo a semente torrada utilizada

para fazer o “pão do chocolate” (aglomerado de semente de cacau). Este recurso está sendo introduzido na agricultura em algumas localidades. Alguns assentamentos vendem as sementes na cidade de Pauini - AM. Segundo os moradores, existem diversas variedades de cacau e a semente utilizada comercialmente é somente a do cacau da vargem. Os frutos são importantes complementos alimentares e há uma enorme diversidade de espécies que são aproveitadas.

Larvas de insetos e a *rã patxiri* constituem o que os moradores chamaram de “*comida de índio*”, pois não fazem parte da dieta de outros moradores da região. Algumas das larvas são obtidas a partir da derrubada de certas árvores (uma vez que ocorrem em tecidos em decomposição), em geral palmeiras, enquanto outras são simplesmente capturadas na mata, no período adequado. As larvas mais citadas foram *Manikini* (retirado do tronco do amapá ou boiera), *Txökunuku*, do pataúá e *Opo*, coletada no buriti. Entre os anfíbios, os moradores utilizam a *rã patxiri* como alimento. Considerado como iguaria, este recurso é obtido, preferencialmente, no início do inverno, em igapós e poças d’água, após fortes chuvas.

Os ovos coletados na mata são recursos utilizados ocasionalmente e foram citados por poucos moradores. Dificilmente se vai para a mata com o objetivo de coletar ovos, mas uma vez encontrados, são aproveitados. O mesmo ocorre com o látex de árvores como a sorva ou o amapá.

Óleos vegetais

Os moradores do Complexo Médio Purus I citaram uma enorme variedade de óleos produzidos a partir de sementes, frutos ou outras partes de plantas. Tais óleos são usados para frituras, com fins cosméticos (para cabelo e/ou pele) ou por suas propriedades medicinais. Utiliza-se, assim, os óleos do açaí, andiroba, bacaba, castanha, copaíba, gamoim (cipoatá), pataúá, piquiá, tucumã, uxi e uricuri. Como pode ser observado, com exceção dos óleos de andiroba e da copaíba, todos os outros são extraídos de frutas que servem também como alimento.

Os óleos da andiroba e da copaíba já têm importância comercial atual e são vistos como produtos de grande potencial para exploração sustentável, no futuro. De fato, na região do Complexo, na Amazônia e até no sul do Brasil, atribui-se valor medicinal a estes produtos.

O óleo da andiroba (extraído da semente) é usado como remédio para diversas finalidades, tanto por índios como por não-índios da região e é, também, base para fabricação de sabão. Ocorre exclusivamente na vargem. A atividade de extrair o óleo e fabricar o sabão é exercida, muitas vezes, por mulheres.



A copaíba, ainda que com uma distribuição mais ampla, é também irregular. Na região do Mamoriá, no que se inclui tanto a Terra Indígena Camadeni como a Comunidade Caruá, Terra Indígena Catipari-Mamoriá, este produto tem sido explorado de forma intensiva. A partir do contrato de pessoas de fora, os habitantes desta região se empregam por meses na extração do óleo da copaíba. A extração atual envolve, entretanto, técnicas predatórias que acabam por exaurir o recurso. Os envolvidos nesta atividade afirmaram não ter acesso ao trado e outros utensílios adequados para extrair o óleo sem matar a árvore. Da maneira como vem sendo explorada, a extração de óleo de copaíba está causando um grande impacto, havendo a necessidade urgente de implantação de novas técnicas de coleta. A extração da copaíba com finalidades comerciais é feita, no caso da Comunidade Caruá, pelos homens.



Enviras

As enviras, ou entrecascas de certas árvores, são importantes pelas diversas funções que exercem. Algumas enviras são procuradas, pois têm funções definidas, e outras são de uso mais geral e úteis para situações inesperadas na mata.

A envira do tauari é muito resistente, usada para as amarras da casa e para as reatas (alças) dos paneiros; as enviras da malva e da piaca são utilizadas para fazer corda e, quando trançadas, são boas para pendurar rede e outros objetos; a envira do amapá serve de tipóia para carregar criança. As enviras de uso ocasional servem para amarrar e carregar caça ou outros produtos encontrados na mata.

Algumas enviras podem ser utilizadas sem preparo específico, outras devem ficar de molho por alguns dias antes do uso, principalmente para tirar a nódoa e para amolecer. Homens e mulheres reconhecem e coletam as enviras.



Mel

Além dos alimentos, muitos recursos com propriedades medicinais são coletados na mata: cascas de árvores, látex, frutos, folhas e óleos derivados de sementes.

O mel é um recurso extremamente valorizado por índios e não-índios, alcançando preços consideráveis na região. É, assim, comercializado com facilidade. Isso se deve, sem dúvida, à sua raridade e ao fato de o mel ser coletado de forma esporádica. Não se sai especificamente à procura de mel, coleta-se quando é encontrado na mata por acaso. Em alguns assentamentos aventou-se a criação de abelhas como uma alternativa de renda interessante.



Agricultura e horticultura

A agricultura é uma das atividades essenciais na obtenção de alimentos, assim como de vários dos produtos hoje comercializados. Em alguns pontos do Complexo Médio Purus I, como na Terra Indígena Água Preta/Inari, onde os produtos extrativistas escasseiam em virtude de razões naturais e da ação antrópica, a agricultura se tornou a principal atividade comercial.

A mandioca é o principal item cultivado. A palavra roça, entre os Apurinã do Complexo, confunde-se com a denominação da mandioca. Chamar de roça a mandioca indica o valor que esta tem na alimentação e seu lugar privilegiado no plantio.





Locais de plantio

Os ambientes privilegiados para o estabelecimento de plantações variam entre os assentamentos. Esta variação acompanha as variações dos ambientes escolhidos para moradia.

Pode-se afirmar que os dois principais ambientes de plantio são as praias – no que se inclui o barranco, ou encosta – e a terra firme. Algumas comunidades de vargem – como o Caruá, Terra Indígena Catipari-Mamoriá, e Boa União, Terra Indígena Peneri-Tacaquiri – também distinguem o roçado de terra firme do de vargem. Cada um possui espécies, época de plantio e colheita e técnicas próprias. O outro local significativo, em especial no cultivo de fruta, temperos e plantas medicinais, é o terreiro das casas.

A maioria dos assentamentos de vargem ou de terra firme próximos à vargem do rio – como é o caso do Mipiri, Terra Indígena Água Preta/Inari – possui roçados na praia ou em barrancos. A maior parte dos assentamentos de vargem possui, também, roçados em terras altas e/ou terra firme. No caso das Comunidades Boa União e Vera Cruz, o roçado de terra firme é feito do outro lado do rio, em local fora da Terra Indígena. Para os assentamentos de vargem, possuem os dois tipos de roçado é essencial para o cultivo de várias espécies e para a fartura alimentar ao longo do ano.

Roçados de praia exigem menos trabalho na limpeza. De forma geral, há uma variedade menor de plantas que podem ser cultivadas na praia: mandioca, macaxeira, jerimum (abóbora), milho, melancia, batata, banana e feijão. Certos itens como melancia e algumas variedades de jerimum e feijão são exclusivos das praias e estão, em geral, restritos a este ambiente. No roçado de praia, ao contrário do roçado de terra firme, planta-se em maio para se colher, no máximo, até dezembro.



A grande desvantagem do roçado de praia é a necessidade de colher tudo antes da inundação. Muitas vezes, perde-se grande parte da mandioca com a subida das águas. Além disso, quando só se tem roçado na praia – como é o caso da Comunidade São José, na Terra Indígena Catipari/Mamoriá – é necessário armazenar farinha e a variedade de recursos diminui durante o inverno.

Na terra firme, os roçados podem ser feitos próximos às casas, pois, em geral, são áreas que não sofrem inundações. Comunidades que possuem gado – como a Nova Vista, Terra Indígena Peneri-Tacaquiri – costumam fazer o roçado em locais mais distantes, muitas vezes usando o igarapé como barreira.

Roçados de terra firme exigem derrubada, coivara e broca. No roçado de terra firme planta-se para colher depois de um ano e pode-se colher aos poucos, não havendo necessidade de estocagem. O período de plantio vai de agosto a outubro, com algumas variações locais no que se considera o ideal. Além da mandioca e da macaxeira, cultiva-se, nos roçados de terra firme, vários outros tubérculos, como batata (batata doce), cará, inhame, ariá e taioba. Os roçados de terra firme possuem itens exclusivos, como fruteiras, uma variedade maior de bananas, além de abacaxi, café, *katsoparu* e *awire* (espécie de tabaco, usado para rapé).

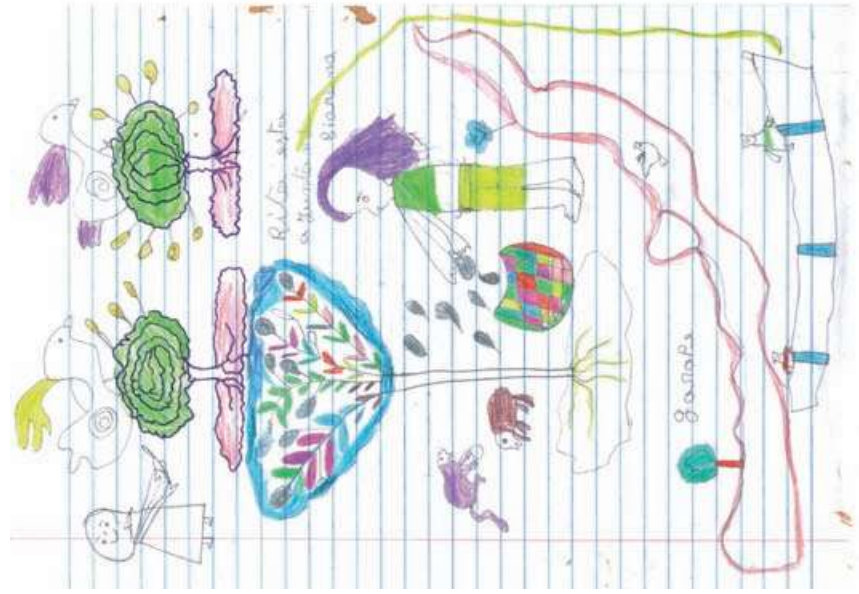
Na escolha dos locais para o roçado, os moradores preferem as capoeiras (de dois a três anos) à mata bruta (floresta primária), pois nessas o trabalho de derrubada e limpeza das áreas é mais fácil. No entanto, capoeiras onde estão plantadas fruteiras não são reaproveitadas: “*quando tem fruteira, a gente procura outro canto para botar roçado novo, deixa aquela capoeira para plantar mais fruteiras*”. (José Avelino Vicente Apurinã, Aldeia São Francisco, Terra Indígena Água Preta/Inari). No caso de assentamentos antigos, continua-se a usar tanto a capoeira do terreno como a do roçado.

No terreno das casas planta-se árvores frutíferas, temperos e ervas medicinais. No caso de assentamentos de vargem, o cultivo destes itens perenes só é possível para assentamentos localizados em pontas de terra. Alguns temperos e remédios são plantados em canteiros suspensos, protegidos dos animais de criação (principalmente galinhas) e das inundações frequentes neste ambiente. As árvores frutíferas são, em geral, plantadas nos terrenos das



casas, mas também em roçados. Nas Comunidades Jagunço II, Boa União, Vera Cruz, Terra Indígena Penedo-Tacaquiri, afirmou-se que o solo ideal para o plantio é aquele que mistura barro e areia. Na Comunidade Caruá, o solo “arroxeado” foi definido como o mais apropriado. Algumas culturas possuem, ainda, outras especificidades, como o *katsoparu* (ipadu), que cresce mal em solo arenoso.

Alguns moradores atribuíram à saúva um de seus maiores problemas com a agricultura. Embora não tenha sido geral, a presença desta praga faz com que, muitas vezes, os moradores mudem os roçados de local em pouco tempo.



Divisão social e as etapas da atividade agrícola

O trabalho no roçado possui etapas bem definidas. Cada uma delas possui atividades certas, contando, entretanto, com alguma variação no tempo considerado ideal. De qualquer maneira, procura-se organizar as atividades para que tudo esteja pronto para o início das chuvas.

A atividade agrícola tem participação de homens, mulheres e crianças, havendo, entretanto, divisão nas etapas do trabalho, em especial no que diz respeito às etapas de preparação do roçado. Para um roçado de terra firme, as etapas são as seguintes:

- 1. Broca:** corte raso e limpeza do sub-bosque. Etapa realizada por homens e, ocasionalmente, também por mulheres. Inverno (segundo alguns, maio, ou seja, fim do inverno). No caso de capoeiras e não de “mata bruta”, a atividade de roçar pode se dar até no começo do verão.
- 2. Derrubada de árvores:** com machado e, quando possuem, motosserra (muito rara). Etapa realizada, com raras exceções, por homens. Segundo alguns, inverno, segundo outros, começo do verão.
- 3. Queimada:** realiza-se esta etapa a partir de uma semana depois da derrubada de árvores. A atividade é realizada no verão, possibilitando a secagem do material derrubado e facilitando a queimada. Atividade predominantemente masculina.

4. **Coivara:** queima dos restos remanescentes da queimada anterior, organizados em pilhas. Atividade associada aos homens em alguns lugares; é vista, em outros, como atividade também feminina.

5. **Plantio:** realizado, em algumas comunidades, por homens e mulheres, em outras, só por mulheres. Agosto a outubro ou começo do inverno.

6. **Colheita:** atividade realizada por homens, mulheres e crianças. É realizada o ano todo.

As explicações a respeito destas etapas contaram com variações locais e de gênero, como pode ser observado nos depoimentos abaixo:

“Primeiro a gente escolhe o canto, roça e derruba de machado, só os homens que fazem este serviço. Depois de dois meses, bota fogo, rola os paus e faz a coivara, aí mulher mais nova ajuda na coivara. Aí os homens cavam e as mulheres (e os meninos ajudam também) plantam. Depois os homens colhem, mulher ajuda também”. (Nilson Paulo Apurinã, Aldeia Nova Floresta, Terra Indígena Peneri/Tacaquiri).

“Homem faz a broca, a derrubada e bota fogo. A coivara, mulher e homem fazem, os homens cortam os galhos e as mulheres amontoam. Na plantação, vai homem, mulher e até menino vai também, na colheita também vai tudo junto”. (Palmira Lopes, Aldeia Marienê, Terra Indígena Seruini/Marienê).

A farinhada (produção da farinha de mandioca) é uma atividade que envolve a família inteira e, às vezes, mais de uma família durante alguns dias. Cabe ressaltar que a farinha é um dos produtos comercializados localmente. O período gasto na atividade varia de acordo com o tipo do roçado e a quantidade que se pretende produzir. Roçados de praia ou de vargem, na iminência da subida das águas, exigem um tempo maior de dedicação, uma vez que é necessário transformar a roça toda em farinha.

Em geral, cada família nuclear possui um ou mais roçados (de diferentes idades), separados dos roçados de outros moradores da comunidade. Foram observados alguns raros casos de ocorrência de um roçado grande dividido em partes entre as famílias (Aldeias Nova Vista, Terra Indígena Peneri/Tacaquiri, e Castanheira, Terra Indígena Água Preta/Inari). Embora não seja comum no Complexo, na Comunidade Castanheira, Terra Indígena Água Preta/Inari, os moradores afirmaram fazer mutirão (“adjunto”) para o trabalho na roça.





Recursos

Entre os recursos agrícolas, os índios apontaram que há uma divisão entre fruteiras, verduras e legumes, cada qual com locais apropriados para o plantio: *“a gente planta as fruteiras mais no terreiro (menos banana, que planta no roçado), assim, pertinho da barraca. O legume (mandioca, macaxeira, cará, inhame, taioba...) a gente planta no roçado, tudo junto num roçado só. A verdura, planta mais no canteiro”*. (Israel Francisco Soares Apuriñã, Aldeia Nova Vista, Terra Indígena Peneiri/Tacaquiri).

O principal item plantado nos roçados é a mandioca. A mandioca possui muitas variedades e serve de referência para o plantio de outras culturas. Distingue-se da macaxeira, pois só serve para alimentação quando modificada, enquanto a macaxeira pode ser consumida cozida. Da mandioca é feita a farinha (katarokuru) ou o beiju (komuru), em ambos os casos pode-se usar o processo de *“pubar”* (fermentar) ou ralar. A mandioca *“tucupi”* é usada para *“vinho”*, utilizado como bebida. Planta-se a mandioca separada da macaxeira, para não misturar na hora de colher. Existem, pelo menos, 20 variedades de mandioca.

São feitos dois tipos básicos de farinha, sendo a puba muito apreciada. Cada um exige técnicas diferenciadas:

- **Farinha branca:** corta a *“cabeça”*, rapa (a casca), lava, puxa (passa no motor) ou rala manualmente, prensa (deixa escorrer a *“manipuera”*, com um peso por cima) ou espreme no tapiti e torra.
- **Farinha puba:** põe de molho, tira quando está mole (três a quatro dias), descasca com a mão, coloca na prensa ou no tapiti, peneira e torra. Na ausência de motor, a puba é mais fácil de fazer.



Quanto ao beiju (komuru, em Apurinã), distinguem-se alguns tipos: kaporoeru (beiju bolão), potxoamataru (beiju chato), beiju com castanha, beiju enrolado na palha de banana e beiju grolado (feito da massa puba).

A macaxeira (que também possui muitas variedades) serve para comer cozida, junto com carne ou peixe, ou para fazer o beiju da massa e tirar a goma para tapioca. A macaxeira é o componente principal da caiçuma (emuarunha), bebida considerada tradicional dos Apurinã, após passar por um processo de fermentação. A mandioca e a macaxeira são plantadas em todos os assentamentos.

Além da mandioca, outros tubérculos são plantados em quase todos os roçados: o inhame, o cará, a batata (doce), o ariá e a taioba. Segundo os índios, estes itens cozidos ou assados fazem parte da alimentação “antiga dos Apurinã”. Uma enorme variedade de bananas também é cultivada nos roçados, em quase todos os assentamentos. A banana comprida é muito valorizada para o feito do mingau de banana, além de ser freqüentemente comercializada.

O milho, também comum a todos os assentamentos, é cultivado em roçados, praias e barrancos. Foram indicadas quatro variedades, entre elas o milho catiano, variedade considerada tradicional dos Apurinã, e o milho duro, que seria de introdução mais recente. O milho é utilizado na alimentação, assado, cozido, como pamonha ou canjica.

O feijão de praia, item apreciado e muito comercializado, é plantando nos assentamentos que tem roçados nas praias do Purus. Além do feijão, as plantações de praias muito valorizadas são variedades diferentes de macaxeira e jerimum (abóbora) e a melancia.

Outros itens variaram fortemente entre os assentamentos, não fazendo parte dos itens principais cultivados pelos moradores do Complexo. Entre eles, o arroz e a cana.

Entre as fruteiras, as mais comuns foram caju, goiaba, manga, ingá, mamão e cupuaçu. Houve uma variação muito grande nos tipos de fruteiras e na intensidade do seu cultivo entre os assentamentos. O abacaxi é comumente plantado e é freqüentemente comercializado na região. É também muito apreciado pelos moradores do Complexo, oferecido em ocasiões de visita.



A maior parte dos produtos dos roçados (sem considerar as fruteiras) é colhida após um ano, com exceção da macaxeira (após seis meses) e do milho (cinco meses), o que torna estes dois últimos itens propícios para ambientes sujeitos a inundações periódicas. O plantio é realizado de uma única vez, em geral entre setembro e outubro, início do inverno (período de chuvas).

Itens não alimentares são também plantados nos roçados, entre eles a flecha (utilizada para a confecção de flechas), uma grande variedade de tingui (plantas ictiotóxicas), o rapé (*awire*) e o ipadu (*katsoparu*).



Recursos envolvidos em rituais

Os dois principais produtos tratados aqui são o rapé (*Awire*) e o ipadu (*Katsoparu*). A preparação destes dois produtos, entretanto, envolve outros recursos, coletados na mata. Ambos são relacionados à atividade xamânica.

O *awire* é plantado durante o preparo do roçado, logo depois da coivara. As folhas são semelhantes às de tabaco, mas menores. Reduzido a pó de coloração esverdeada (as folhas são secas no fogo e depois piladas), é misturado com outras substâncias (cf. okatãta). É aspirado com o auxílio de um canudo especial, desobstrui as vias nasais e tem efeito embriagante. É usado só ou junto com o *Katsoparu* (*ipadu*).

O *Katsoparu* ou ipadu (*Erythroxylum cataractum*) é misturado a outros dois elementos, o *Merori* (cinza doce) e o *Kuxumataru* (cipó amargo). Ambos são produtos de coleta e só ocorrem na terra firme. O *katsoparu* é plantado em qualquer tempo nos roçados, mas cresce preferencialmente em solo argiloso, quase não se desenvolve no solo arenoso – ou seja, não cresce em roçado de praia. A folha é esquentada antes de ser usada. A mistura com os outros elementos se dá na hora de mascar, colocando-se o *merori* e o *kuxumataru* no interior das folhas. Masca-se devagar e aos poucos, o gosto muda quando se chega nas misturas, passando pelo amargo e pelo doce. O *Katsoparu* é mascado preferencialmente à noite, para sessões de cura ou para conversar e contar histórias. Tanto o *awire* quanto o *katsoparu* são usados, principalmente, por homens, por vezes por crianças e, muito raramente, por mulheres.

Fora os elementos que compõem o rapé e o ipadu, há outros recursos, plantados ou coletados, usados para espantar assombração, curar, tirar panema, ver caça, entre outros.

Criação

As informações disponíveis acerca dos animais de criação não são sistemáticas, uma vez que a questão não foi colocada em todas as reuniões realizadas.

Pode-se afirmar que os animais predominantes, uma vez que todos os assentamentos visitados possuem, são as galinhas e os cachorros. Alguns criavam, ainda, gado, patos, porcos e ovelhas.

As galinhas são criadas soltas nos terreiros. Os cuidados envolvidos na criação de galinha consistem em zelar pelo poleiro e, em alguns locais, construir pequenos galinheiros quando se constata que elas estão sendo atacadas por outros animais. Utiliza-se os ovos e as galinhas como complemento alimentar quando não há carne de caça ou peixe, sendo comum matar um destes animais em ocasiões especiais, como em caso de visitas. Ocasionalmente, as galinhas são vendidas.

Os cachorros são criados com a finalidade principal de garantir a segurança da casa e serem utilizados em caçadas, ainda que, segundo os participantes dos levantamentos, as caçadas com cachorro não sejam muito comuns. Criados também soltos, alimentam-se, em geral, por si mesmos.

Segundo os moradores, a criação de porcos vem decrescendo consideravelmente e há poucos locais com a presença destes animais. Estes também são criados soltos no terreiro e percorrem trechos na mata próxima de casa à procura de alimentação. Exceção ocorre na Colocação São José, pertencente à comunidade com mesmo nome, na Terra Indígena Peneri-Tacaquiri, onde o porco vivia em um cercado. Nas Comunidades Mipiri e São Francisco, Terra Indígena Água Preta/Inari, os porcos, por se encontrarem soltos, terminaram por se tornar semi-selvagens. Na Comunidade Mipiri, este fato se tornou motivo de troca, uma vez que os porcos precisavam ser caçados: *“aqui não tem anta, queixada, porquinho, tem muita gente e é perto da cidade, caça só tem mais para o centro. O pessoal aqui quase não sai para caçar. O pessoal faz é caçar porco de casa, eles fugiram e embrabaram na mata”*. (Abdias Franco da Silva Apurinã, Aldeia Mipiri, Terra Indígena Água Preta/Inari).



O pato parece ser um recurso bastante valorizado, tanto a carne quanto os ovos. Cinco comunidades afirmaram criar estes animais.

Os participantes indicaram criar gado em seis das comunidades visitadas: Nova Vista, Nova Cachoeira (Terra Indígena Penedo/Tacaquiri), Mipiri, São Francisco, Castanheira (Terra Indígena Água Preta/Inari) e Kamarapo (Terra Indígena Catipari/Mamoriá). A carne de gado não é especialmente apreciada pelos Apurinã, que parecem ver o gado mais como um investimento comercial. Em várias ocasiões, a criação de gado causa conflito, em decorrência de estragos em plantações. Para evitar este tipo de problema o gado é, muitas vezes, separado da plantação pelo igarapé, evitando o acesso às áreas cultivadas. Assim como para os outros animais, que são criados soltos no terreno, a criação de gado extensiva não exige muito esforço. O gado exige, entretanto, o desmatamento de grandes áreas e plantio de capim. O capim domina e dificulta o plantio de outras espécies, empobrece o solo e impede a regeneração da floresta, acarretando em problemas futuros para a comunidade. Este tipo de problema foi citado na Aldeia Nova Vista, Terra Indígena Penedo/Tacaquiri. Embora a criação conte com um número bastante reduzido de animais, membros de algumas comunidades declararam a intenção de investir neste tipo de atividade por acreditarem possuir bom retorno. A pecuária tem sido uma das formas de maior investimento na Amazônia atualmente e, em termos comerciais (a curto prazo), parece ter boas perspectivas. No entanto, devido aos prejuízos ambientais, este tipo de atividade em terras indígenas merece análise e discussão cautelosas.

A criação de ovelhas foi citada nas Aldeias São Francisco e Castanheira, Terra Indígena Água Preta. Na Aldeia São Francisco, por criarem todos os animais na margem oposta à que moram, perderam o controle das ovelhas, não sabem quantas ainda têm e se estão ainda vivas.

Animais silvestres são ocasionalmente criados em casa, principalmente primatas e aves (comumente papagaios e jacus). Alguns locais possuem gatos, em especial quando há problemas com ratos.

Em algumas localidades, os moradores sugeriram a criação e manejo de animais como recurso comercial, entre eles peixes que poderiam ser criados em açudes, ou quelônios (bichos de casco) em tabuleiros, com orientação do Ibama.





Utensílios

São considerados neste item somente os utensílios domésticos, feitos a partir do barro (cerâmica) e dos diversos tipos de palha e cipó. Utensílios de caça e pesca foram abordados em capítulos específicos sobre essas atividades.

Tipos de utensílios

Os utensílios são classificados de acordo com o material com que são feitos. Assim, durante as reuniões, as mulheres (já que este assunto foi mais discutido com elas) se referiam a utensílios de barro, cipó, olho (palha que recobre o broto) de tucumã e arumã.

Paneiro (*kotaru*) - Cesto de formato arredondado, com diferentes tamanhos, é o principal utensílio usado para transporte de carga. Para tanto, são feitas alças (reatas) de enviras, que são presas à cabeça do carregador. Servem também para guardar coisas. Feito de cipó, dando-se preferência ao cipó titica. As Comunidades Bom Jesus e Marienê afirmaram fazer também de arumã.

Vassoura - Tecida com cipó titica. Item manufaturado com melhor saída comercial.

Jamaxim - Cesto aberto na parte de trás, com cordas para amarrar e alças. Tem função de transportar carga. Poucas pessoas no Complexo sabem fazer. Feito de cipó titica.



Balaio, cesta — Não são claras as diferenças entre um e outro. Com alças ou sem, servem para guardar ou transportar coisas. A trama é diferente daquela dos paneiros. Feitos com olho de tucumã.

Abano — Serve para avivar o fogo. Feito com olho de tucumã. Pode ser, raramente, comercializado.

Tapiti — Espremedor de massa de mandioca ou macaxeira. Feito de arumã.

Corda — Feita de envira ou olho de tucumã.

Maqueira — Rede de trama aberta. Desprezada por muito tempo, pois muitos consideravam dormir em maqueira uma das marcas de “índio brabo”, assim como falar Apurinã ou comer beiju. Foi observada apenas uma na Comunidade Nova Amélia, Terra Indígena Tumiã. Feita de envira.

Xupatu — Paneiro provisório, confeccionado rapidamente na mata a partir de folhas da palmeira pataúá. Usado para transportar carga.

Chapéu — Feito de cipó titica. Especialidade da Aldeia Nova (Terra Indígena Camadeni, não incluída no levantamento).





Utensílios de Cerâmica

Fogão – Vários formatos, a lenha ou carvão.

Camburão (*Koputu*) - Vaso de barro utilizado para armazenar água. Há ainda o pote (*mōtoku*), camburão grande e o camburão pequeno (*mākuruke*).

Prato ou caco (*Putetu*).

Aguidá (*takataru*) – espécie de prato grande, usado para fazer beiju.

Cuia e cuité - casca rígida dos frutos com os mesmos nomes, plantados nos terreiros. Utilizados para colocar farinha, tomar banho, etc.

Divisão social na atividade

Os homens são responsáveis pela confecção de utensílios de caça e pesca, enquanto que os utensílios domésticos e de coleta são de responsabilidade predominantemente feminina. Ainda assim, existem muitos homens que confeccionam paneiros, vassouras, jamaxins e tapitis.

Nem todas as mulheres sabem fazer, entretanto, os artefatos de cerâmica e palha: há, em geral, especialistas na confecção de certos utensílios. Há locais onde não são feitos alguns utensílios por falta de pessoas especializadas para confeccioná-los.



Alguns utensílios são extremamente raros no Complexo e poucas pessoas sabem fazer. É o caso do jamaxim, das maqueiras e dos chapéus. Armadilhas de caça e pesca estão cada vez mais escassas e fora de uso.

Recursos e técnicas

O recurso mais utilizado no Complexo Médio Purus I para a confecção de utensílios é o cipó titica. Este recurso é usado para fazer paneiros, cestos e vassouras, que são produtos freqüentemente comercializados (principalmente as vassouras). O uso intenso do cipó titica está levando à escassez do recurso, percebida já em muitas localidades. Muitos moradores reclamam que estão indo cada vez mais longe para coletar o cipó titica. Alguns locais já precisam fazer “centros” para a extração do cipó titica.

Antes de serem tecidos, os cipós são arrancados, descascados e ripados, formando tiras finas e compridas. Muitas vezes, é preciso raspar as tiras, para que elas fiquem mais finas e flexíveis.

A forma de coleta não facilita a regeneração do cipó, uma vez que, quando “puxam”, o cipó vem inteiro. Seria necessário pensar em formas alternativas de extração: uma possibilidade seria o corte seletivo nas moitas de cipó, o que poderia evitar ou, pelo menos, diminuir a ameaça de escassez.

Embora o cipó titica seja o mais valorizado social e comercialmente na região, podem ser usados outros cipós para algumas finalidades. O cipó titica é restrito à terra firme, havendo no ambiente de vargem o cipó ambé, que também pode ser utilizado para paneiro. Este cipó é mais difícil de ser trabalhado, por ser mais duro, ainda que alguns afirmem que é mais resistente. A extração deste cipó não implica em morte do indivíduo, uma vez que se pode arrancar partes dele sem destruir a moita. O cipó timbó-açu, para alguns cipó timbó ou cipó-açu, também da terra firme, pode ser usado para paneiros e, segundo alguns, também para vassouras. É menos valorizado que o cipó titica e exige mais força na hora de tirar.

O arumã é usado na confecção de peneiras, tapitis e jamaxim. São utilizadas as talas, de onde se retira a casca, que é raspada, formando tiras estreitas, próprias para serem tecidas. Vários foram os locais que foram relatados como de incidência de arumã: terra firme, vargem, terra alta, “todo canto”. Assim como para os artigos feitos de cipó, cada produto possui técnicas específicas de confecção. Alguns moradores fazem paneiros de arumã, mas o material não é resistente o suficiente para cumprir a função destes utensílios.



132



Energia

A categoria “energia” se refere a recursos associados com a atividade de fazer fogo. Estão aí incluídos recursos usados como lenha e cavaco para defumação, além de resinas, látex e cera de abelha. Todos são utilizados como combustível.

No Complexo, são usados dois tipos diferentes de fogão: o fogão a lenha e o fogão a carvão. Segundo os moradores, a lenha é, em geral, tirada perto de casa e é uma atividade atribuída às mulheres. Algumas madeiras são consideradas de melhor qualidade para lenha, seja porque são “boas de fogo”, seja por fazerem boa brasa. Em geral, são aproveitadas as madeiras derrubadas durante o preparo do roçado. Os homens derrubam e dividem a madeira em pedaços menores com o machado e, posteriormente, as mulheres buscam no roçado e a dividem em pedaços ainda menores com o facão ou machado. Em alguns casos, são aproveitadas árvores derrubadas pelo vento nas proximidades da casa. O carvão é preparado também pelas mulheres, perto da casa, a partir da lenha. Este fica estocado embaixo da casa por um curto espaço de tempo. Moradores da Aldeia Caruá, Terra Indígena Catipari-Mamoriá, vendem carvão. As madeiras mais citadas para lenha foram os mulateiro (ou pau mulato), a ingazeira (vargem), o bacuri e o jutai (terra firme).

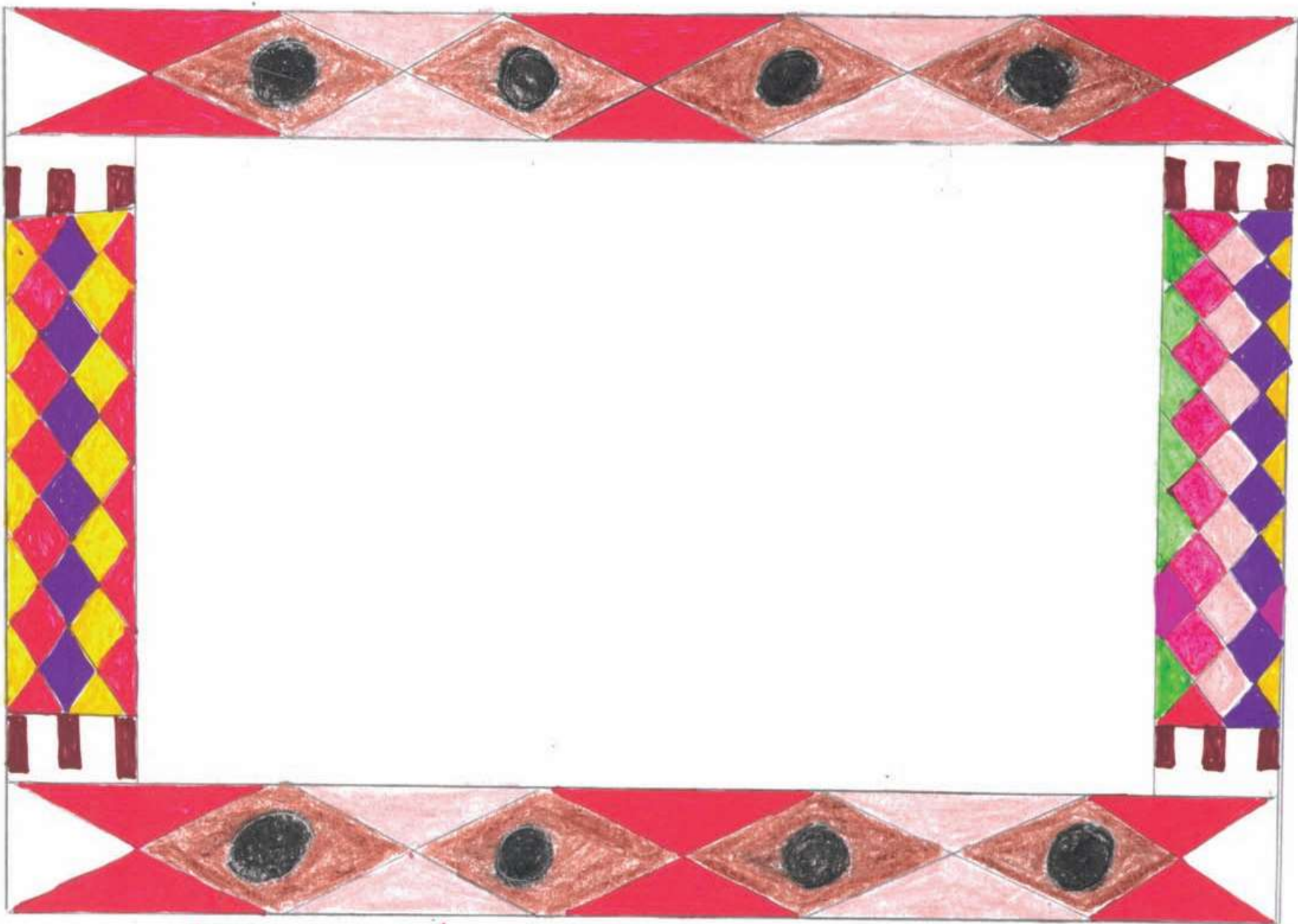


As resinas e o látex de árvores são muito utilizados no Complexo para acender fogo. As resinas servem para iluminar na ausência de óleo diesel. Atualmente, as “lamparinas” de resina foram totalmente substituídas por lamparinas a diesel.

Localmente, as resinas são chamadas de breu e o látex, de leite. A resina mais citada foi a do jatobá (breu de jatobá), comumente utilizada para “envernizar” a cerâmica. A resina do jatobá serve também para a iluminação: *“a gente derruba (mas não precisa derrubar, que ele dá breu na hasta), ele fica todo encalombado. A gente traz para casa, pega um caco de barro, bota um pedacinho de barro seco, bota o breu em cima e acende”* (Antônio Nascimento Brasil, Comunidade Castanheira, Terra Indígena Penedo/Tacaquiri). A cera de abelha pode ser também utilizada como “lamparina”: *“esquenta no fogo, esfrega, faz tipo uma vela, aí risca no meio e bota o pavio de tira de pano, depois fecha, fica igualmente uma vela”* (idem).

Para acender fogo, os recursos mais utilizados são o sernambi (tiras secas de látex de seringa) e as resinas de almeskar e maçaranduba (esta última serve também para calafetar canoa).

Os índios indicaram também combustíveis que são produtos da mistura entre resinas ou látex com outros compostos. Um exemplo é o que os participantes chamam de serol: *“tem um pau que dá no buritizal que dá um breu amarelo, a gente derrete e mistura com leite de sorva e faz o serol, é tipo asfalto, fica um sernambi, fecha lata, calafeta canoa, fica duro, é bom de acender fogo”* (Antônio Nascimento Brasil, Comunidade Castanheira, Terra Indígena Penedo/Tacaquiri).



ALDEIA AFRINA - Desenho AFURINA / ALDEIA Nova ESPERANCA



Gestão nas Terras Indígenas: perspectivas e questões ambientais

Comercialização

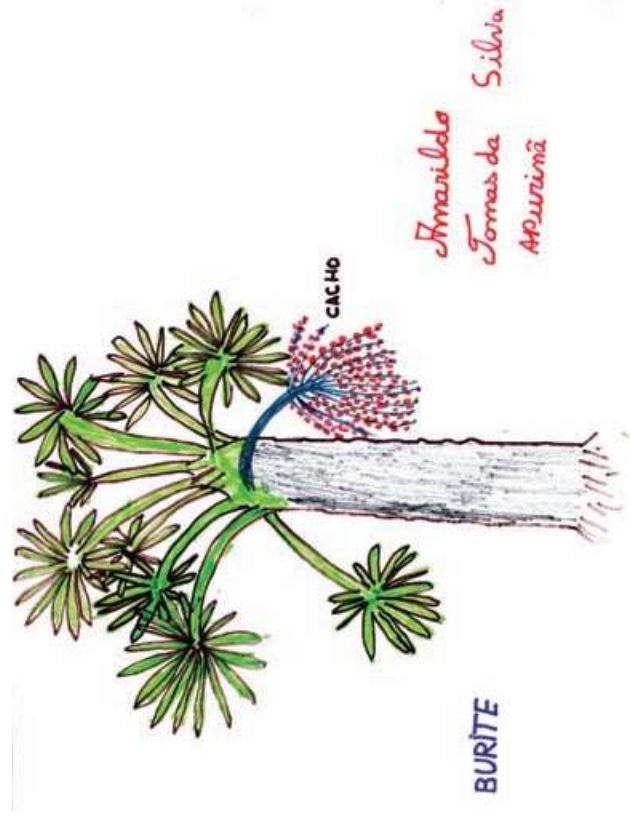
A maneira de organizar a produção e a obtenção de produtos industrializados deve muito ao sistema dos seringais. Ao invés de “barracões”, entretanto, os negócios são feitos com barcos de marreteiros, comerciantes itinerantes, ou nas cidades de Pauini ou Lábrea - AM (para os moradores do Tumiã). Estes, como qualquer pessoa com quem se estabeleça uma relação comercial, são chamados de “patrões”. Vender produtos em Pauini é uma possibilidade mais presente para as comunidades próximas da cidade, como é o caso da Terra Indígena Água Preta. Comunidades distantes, como as do Rio Seruini ou do Igarapé Tumiã, enfrentam a ausência de marreteiros, que não se animam a ir tão longe. Por outro lado, com a extensão das aposentadorias a quase todos os idosos, a maioria das comunidades tem que organizar idas mensais à cidade, quando se aproveita para negociar a produção. As aposentadorias, os salários de professores e de agentes de saúde são outra fonte de dinheiro para algumas pessoas das comunidades.

É comum que as relações com comerciantes se estabeleçam a partir de dívidas, frutos de adiantamentos em mercadorias. Em geral, compra-se sabão, sal, café, açúcar, óleo e diesel (para acender lamparinas). “Quando se está com condição”, compra-se leite. Outros produtos que se considera necessários são roupas, baldes e palha de aço. Muitas pessoas possuem espingardas e algumas comunidades ou famílias têm motor de rabeta, que podem ser financiados (em geral, estes financiamentos são feitos por quem tem salário ou aposentadoria).

De um modo geral, os produtos das Terras Indígenas, assim como de toda a região do Complexo, têm preços muito baixos. Além disso, foi sempre ressaltado nas reuniões realizadas que os produtos em que muitos gostariam de investir e acham que têm condição de realizar não o fazem por falta de mercado. Assim, para a criação de alternativas viáveis, seria necessário um estudo tanto do mercado local, como de outros mercados, buscando pensar quais produtos atuais poderiam ter saída e em quais novos produtos poderiam ser feitos investimentos. A forma de escoar esta produção para outros mercados é também uma questão a ser estudada com cuidado. Também seria necessário discutir e treinar os interessados em gerenciamento, criação e manutenção de qualidade e transporte dos produtos do Complexo.

Produção atual

A região do Complexo Médio Purus I esteve, até a última década, intimamente relacionada com a atividade de exploração da seringa. Outras atividades, como a coleta de látex de sorva e a venda de peles de animais silvestres, também tiveram uma importância comercial na área, porém secundárias em relação à seringa. De todos os produtos historicamente explorados na região, somente a castanha ainda desempenha um papel importante no comércio atual.



Seringa

Na área do Complexo, a exploração atual da borracha está restrita a um único assentamento, a Aldeia Caruá, Terra Indígena Catipari-Mamoriá. A produção atual da Aldeia Caruá é muito baixa e este é somente um dos inúmeros produtos comercializados por essa comunidade. A seringa é explorada no verão.

A maior parte dos assentamentos indicados pelos indígenas constitui assentamentos ou colocações de seringa, o que significa que possuem a infra-estrutura necessária para a exploração do recurso. Essas colocações são providas de estradas de seringa ou trilhas que unem as seringueiras na mata. O valor das colocações está relacionado com a qualidade e quantidade dessas estradas. Atualmente, as estradas de seringa estão abandonadas e as colocações são utilizadas para outros fins.

Apesar dos baixos preços, muitos moradores disseram ter interesse em voltar a cortar seringa. A longa experiência com a seringa é um dos aspectos mais considerados para se voltar à atividade, que muitos dizem gostar. Foi discutida, em campo, a possibilidade de se investir em produtos alternativos a partir do látex da seringueira.

Neste sentido, um projeto interessante é o do couro vegetal, que está se expandindo principalmente no Estado do Acre e no sul do Amazonas. O Município de Boca do Acre - AM é um dos pioneiros na produção de couro vegetal⁵ e artesanato de seringa. A proximidade entre Boca do Acre e as Terras Indígenas do Complexo pode facilitar o aproveitamento desta experiência.

Castanha

A castanha, sendo um produto altamente valorizado, é também uma das maiores fontes de conflito na região, principalmente por ser um recurso restrito a certas áreas.

Em relação à castanha, nota-se dois tipos de limitação na sua exploração atual, embora haja boa aceitação no mercado local: (1) restrição espacial, pois sua ocorrência natural é limitada; e (2) restrições temporais — este recurso é disponível somente durante três meses do ano, no período chuvoso. Os limites indicados para os castanhais coincidem com os limites da Floresta Ombrófila Aberta sobre os terraços fluviais do Holoceno (Fonseca; Ferreira; Ribeiro, 1976), restritos a áreas

5. O couro vegetal é um produto feito a partir de lâminas de borracha defumadas sobre tecido. Trata-se de uma empresa que fornece o material necessário e treinamento técnico, além de servir como intermediária na comercialização com grandes centros.



que não estão sujeitas às inundações periódicas. A distribuição natural da castanha favoreceu a exploração desse recurso em algumas áreas em detrimento de outras.

A exploração da castanha é de maior relevância na Terra Indígena Penedo/Tacaquiri, em especial para as comunidades da região Jagunço II, Boa União, Vera Cruz e para a Comunidade Nova Floresta. O acesso dessas comunidades às colocações de castanha vem trazendo discussões das outras aos limites que haviam sido acordados anteriormente. Na Terra Indígena Seruini-Marienê, onde o recurso não é uma presença natural, a Comunidade Marienê tem acesso à castanha plantada em grande quantidade pelos responsáveis pelo Posto Marienê, posto do SPI que lá funcionou nas primeiras décadas do século passado. Devido à grande distância, esta comunidade enfrenta dificuldades em fazer escoar o produto.

Também as comunidades da Terra Indígena Catipari/Mamoriá exploram sistematicamente a castanha, assim como as Comunidades Mipiri e Nova Esperança (Terra Indígena Água Preta/Inari). Moradores do Catipari e das Aldeias Mipiri e Nova Esperança requisitaram que parte da área de seus castanhais, que se encontra fora das Terras Indígenas, seja anexada às suas terras.

Os moradores das Aldeias Canacuri e Nova Amélia (Terra Indígena Tumiã) deixaram de explorar esse recurso há pouco tempo, pois tiveram que abandonar a área do castanhal (próxima à boca do Tumiã) para entrar na área demarcada da Terra Indígena Tumiã, onde não há castanha. A terra próxima à beira do Rio Purus tem um “patrão” que dela se considera dono e impede seu uso pelos índios.



Na região do Igarapé Mapoã, Terra Indígena Tumiã, há por outro lado conflitos em torno da castanha que, localizada dentro e fora da Terra Indígena, é explorada por não-índios. Após conflito com morte, parte dos moradores do Igarapé Tumiã mudou para a região, em local fora da Terra Indígena. Este fato vem

provocando, segundo relataram os Apurinã do Mapoã e não-índios da região, ameaças semi veladas por parte dos moradores da comunidade ribeirinha Meteripua. A mudança deste grupo para o Mapoã também limita o acesso das comunidades que permanecem no Tumiã a esses castanhais – que têm ainda a desvantagem de serem muito distantes – uma vez que um grupo teme diariamente ataques do outro. Os moradores da Comunidade Canacuri disseram estar avaliando as possibilidades de explorar castanha nas proximidades do Mapoã, apesar das brigas e da distância.



A exploração da castanha se dá no período de inverno (principalmente entre dezembro e fevereiro), quando ocorre a frutificação da castanheira. Para a exploração do recurso são utilizados caminhos, denominados piques de castanha, que interligam as castanheiras na mata. Em geral, os piques de castanha estão associados a um assentamento e são de uso familiar. As sementes (castanhas) são retiradas do fruto (ouriço) *in loco*, que é quebrado com facão. São, então, transportadas em paneiros (cestos confeccionados localmente), principalmente de canoa pelas drenagens, até a beira do Rio Purus, onde são comercializadas.

Em geral, a castanha é vendida para marreteiros (comerciantes ambulantes) que trafegam no Rio Purus, mas o produto é ocasionalmente levado para a comercialização nas cidades de Pauini ou Boca do Acre - AM. Há variação no preço entre o início e o fim da estação de exploração do recurso (inverno).

Copaíba

Indicado como um produto com grande potencial de venda por muitos moradores do Complexo, o óleo de copaíba já está sendo explorado comercialmente em seis dos assentamentos visitados no levantamento. O óleo de copaíba tem valor medicinal e é vendido para marreteiros e nas cidades locais. Segundo os moradores, o grande problema relacionado à copaíba é a falta de equipamentos adequados para a coleta do óleo, os trados, que perfuram o tronco da árvore sem matá-la. O produto é explorado nos meses de inverno.

A copaíba é um dos produtos principais de venda na Aldeia Caruá (Terra Indígena Catipari-Mamoriá). Os moradores dedicam dois meses por ano (dezembro e janeiro) para a coleta de 200 litros de óleo, explorados quase que exclusivamente com machado, causando a morte das árvores e levando à escassez da espécie na área. A adequação dos equipamentos de coleta é uma medida que se faz urgente para minimizar o impacto causado pela exploração predatória atual.

Outros produtos de extração: andiroba e cacau da vargem

A andiroba é comercializada, em forma de óleo, pelas Comunidades Nova Vista, Nova Floresta (Terra Indígena Peneri-Tacaquiri) e São José (Terra Indígena Catipari-Mamoriá). Existe a possibilidade de comercialização do sabão, muito apreciado na região. Em comunidades como Nova Vista, São Jerônimo ou Kamarapo produz-se sabão de andiroba, ainda que em pequena quantidade, mais para consumo doméstico, já que costumam ter dificuldades para comercializar.

Outras comunidades manifestaram a vontade de produzir sabão, mesmo para consumo, para evitar comprar, mas citaram a dificuldade de adquirir soda na cidade (pelo preço e pela distância) como entrave para essa produção.

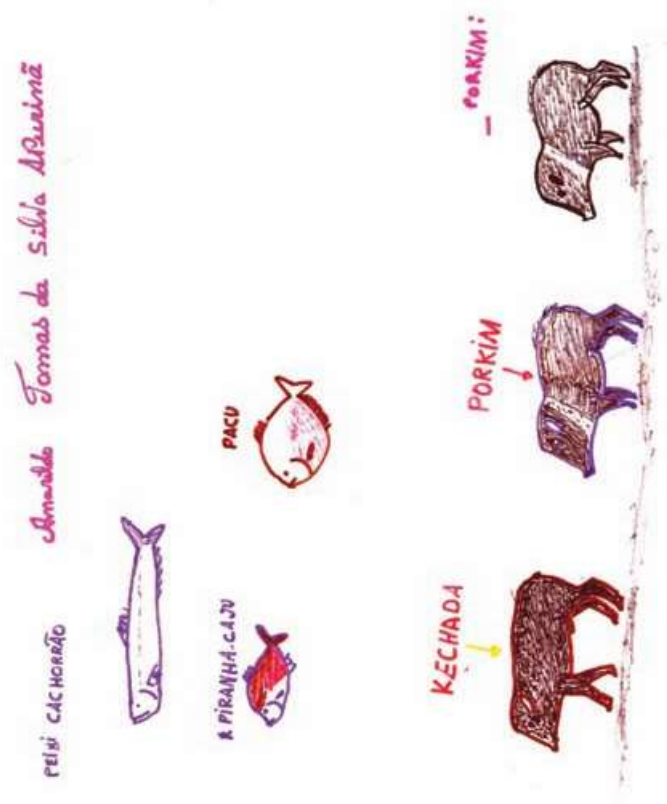
As sementes do cacau da vargem são comercializadas pela Comunidade São José, Terra Indígena Catipari-Mamoriá. Na Comunidade Boa União, alguns moradores vendem, ocasionalmente, pão de chocolate (concentrado de semente de cacau) e o cacau constitui um recurso que têm interesse em investir.

Caça e pesca

Frente às fortes limitações do mercado local, uma alternativa para muitos moradores do Complexo tem sido a venda de produtos de pesca e, menos frequentemente, de caça. Em geral, é vendido o excedente dos produtos de caça (carne) e/ou pesca (peixe) após o consumo local, embora haja quem exerça essas atividades especificamente para a venda. Esses produtos são conservados com sal e secos ao sol para a comercialização, que se dá, principalmente, com os marreteiros que trafegam pelo Rio Purus. Ocasionalmente, são levados para a comercialização nas cidades próximas. Segundo alguns moradores, o preço alcançado com os marreteiros é menor em relação ao preço obtido na cidade. Por outro lado, a venda desses produtos na cidade envolve maior risco de fiscalização e apreensão dos produtos.

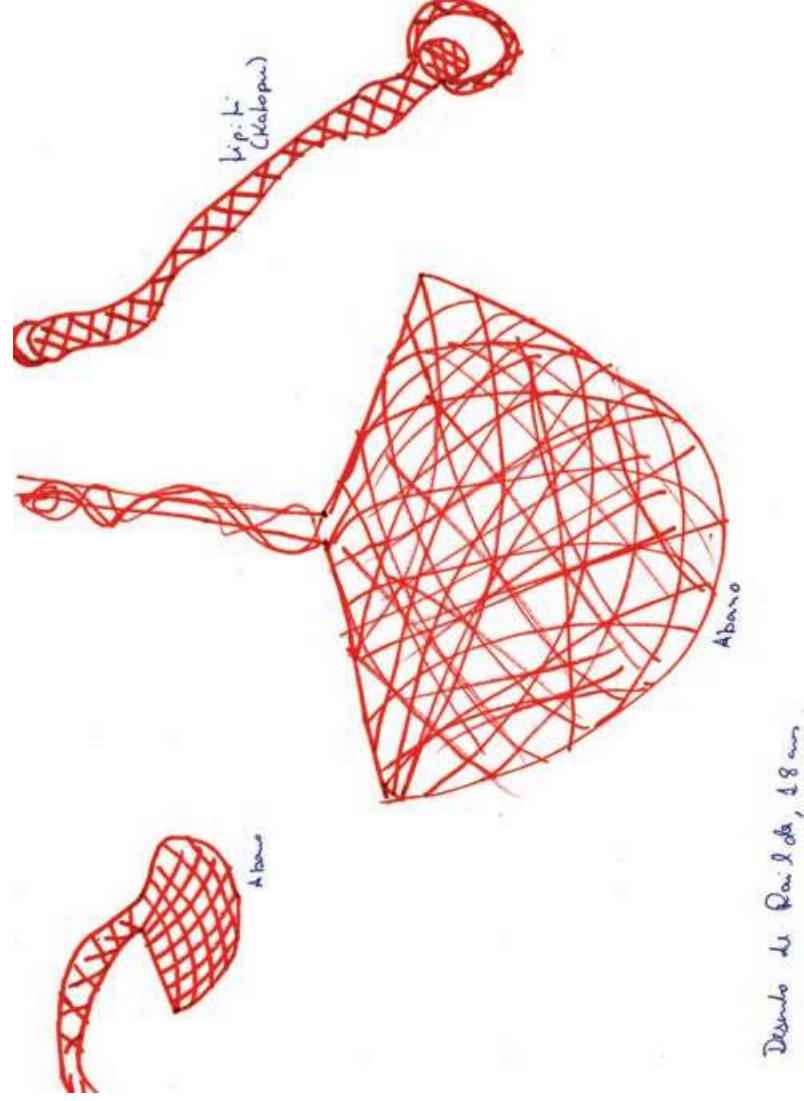
A carne de alguns animais específicos pode ser mais ou menos valorizada, adquirindo preços muito abaixo ou muito acima da faixa média de preços.

A venda de caça e pesca é uma opção que precisa ser debatida com a população, junto com



um planejamento geral das possibilidades de exploração sustentável das Terras Indígenas. Comercializar recursos de renovação limitada das Terras Indígenas pode comprometer as fontes desses recursos, levando à sua escassez ou mesmo à extinção local de algumas espécies. É urgente, portanto, a busca de alternativas econômicas que possam substituir essas atividades. Este é um problema que precisa ser cuidadosamente discutido, junto com as possibilidades econômicas como um todo.

Ainda que isto nunca seja dito claramente, aparentemente há locais onde lagos são arrendados. Também há acusações veladas de negociação de entrada de caçadores e pescadores. Os moradores das Terras Indígenas que, de uma forma geral, não vêem a venda esporádica de recursos de caça e pesca como especialmente impactante, percebem como devastadora a ação de pescadores e caçadores profissionais. Em geral, esta é uma fonte de conflito interno – uma vez que o controle dos recursos é uma necessidade clara para os Apurinã das Terras Indígenas do Complexo — assim como externo. Divisões de comunidades e mesmo mortes já ocorreram por estas questões.



Produtos agrícolas e animais de criação

Produtos agrícolas também estão sendo comercializados atualmente. A farinha e o feijão de praia tem maior expressividade, mas há frutas, como a banana comprida, o cupuaçu, a pupunha e o abacate, que também são vendidas. Animais de criação, predominantemente as galinhas, são ocasionalmente vendidos. Estes produtos alcançam preços baixos no mercado local, pois são produtos comuns na região.

A farinha de mandioca está entre os produtos mais comercializados. É vendida para marreteiros e em Pauini - AM. Em várias regiões do Acre, a produção de farinha vem sendo acompanhada por criação de padrões de qualidade e busca de novos mercados. Caso haja interesse das comunidades, esta pode ser uma alternativa interessante de renda.

O feijão de praia é cultivado somente em assentamentos próximos da beira do rio. A alta produtividade compensa, em parte, os preços baixos oferecidos no mercado local. Atualmente, este produto é vendido pelos assentamentos Vera Cruz, Jagunço II (Terra Indígena Peneri-Tacaquiri), Mipiri (Terra Indígena Água Preta-Inari), São Jerônimo, São José do Catipari e Kamarapo (Terra Indígena Catipari-Mamoriá). Moradores do Mipiri comercializam o feijão principalmente à base de troca por mercadorias com marreteiros ou comerciantes de Pauini. Moradores dos demais assentamentos vendem o feijão para marreteiros ou em Pauini.

Algumas frutas cultivadas são comercializadas, ainda que em pequenas quantidades. Entre elas, vale destacar o abacaxi, a banana (diversas variedades), o cupuaçu, a pupunha e o abacate. As frutas são vendidas para marreteiros e na cidade de Pauini, ora por dinheiro, ora por mercadorias.

O cupuaçu é comercializado por moradores da Aldeia São Francisco (Terra Indígena Água Preta-Inari, onde há uma plantação de 1.273 pés de cupuaçu) e pelos assentamentos da Comunidade Castanheira (do Tacaquiri — Terra Indígena Peneri-Tacaquiri). A pupunha é vendida por litro ou por cacho. O abacate é comercializado por poucos assentamentos, em geral, à base de troca por mercadorias.



A Comunidade Kamarapo tem produção agrícola para comercialização bastante diversificada. Teresinha Ramos Ferreira Apurinã (Yoãpa), além dos produtos comuns, vende goma, farinha de tapioca, maxixe e pimenta.

As comunidades da Terra Indígena Água Preta-Inari têm feito grandes investimentos em plantio, tentando diversificar os produtos, plantando grandes quantidades de cupuaçu, pupunha e café e procurando, por intermédio de cursos em Rio Branco - AC, aprender novas técnicas de plantio e fabricação de produtos inovadores, como farinha de pupunha. Parecem ver a atividade de agricultura como a principal possibilidade de renda, atualmente e no futuro. Estas comunidades têm enfrentado, porém, o mesmo problema na limitação do mercado regional: encontram dificuldades na venda do cupuaçu e de produtos novos, como a farinha de pupunha, também não encontram ainda compradores.

Utensílios

Utensílios domésticos como paneiros, peneiras, cestos, tapitis (prensa de massa de mandioca), vassouras, pratos e vasos de barro também são comercializados por habitantes do Complexo. Alguns desses produtos, como as vassouras, são confeccionados não somente pelos moradores do Complexo, mas por ribeirinhos de toda a região, aumentando a oferta a um mercado restrito.



Dentre os utensílios, as vassouras têm maior saída, constituindo em fonte de renda importante para muitas comunidades. Nessas comunidades, a confecção de vassouras é realizada em proporções significativas. Na Comunidade Caruá, Terra Indígena Catipari-Mamoriá, gasta-se de duas a três semanas retirando cipó, para confecção de vassouras, em centros abertos para este fim. As vassouras são comercializadas freqüentemente com marreteiros e nas cidades locais.

Paneiros, peneiras, cestos, tapitis e utensílios de cerâmica, como fogões (de queima de carvão) e potes, são comercializados ocasionalmente entre vizinhos e moradores próximos, alcançando preços muito baixos, frente ao investimento em tempo e trabalho para a coleta e confecção dos produtos. Estes produtos praticamente não têm saída com comerciantes.



Canoas, remos e flechas

Canoas e remos de madeira são ocasionalmente comercializados entre vizinhos e moradores locais. Trata-se de uma atividade que exige muito esforço, tanto no número de pessoas envolvidas, quanto no tempo de produção. É preciso, também, uma série de ferramentas adequadas, que nem todos têm acesso. A atividade requer especialização (poucas pessoas sabem fazer canoa).

O preço das canoas varia conforme o tamanho e a qualidade da madeira. O investimento neste tipo de atividade pode proporcionar bom retorno financeiro, mas com o risco de escassear os recursos necessários.

Segundo os moradores, as madeiras mais utilizadas para canoa estão cada vez mais escassas por terem sido muito exploradas no passado, principalmente a itaúba. O grande problema é encontrar a madeira com circunferência adequada, que não seja muito fina. Outras madeiras de menor qualidade podem ser utilizadas, mas segundo os moradores, a durabilidade é menor, o que pode acarretar na escassez de indivíduos maduros de outras espécies, como aconteceu com a itaúba, se houver exploração predatória.

Os remos são, em geral, feitos da sapopema de certas árvores, como a carapanaúba ou paracanaúba, o que não mata a árvore. São usados também a itaúba e o cedro, neste caso, acarretando em morte da árvore. Os remos são vendidos localmente para marreteiros e na cidade, ocasionalmente.

A flecha é plantada nos roçados e é comercializada por alguns moradores. As flechas são vendidas já beneficiadas (com pontas trabalhadas em metal), que são utilizadas por moradores de fora do Complexo para atividades de caça e pesca. A Comunidade Caruá (Terra Indígena Catipari-Mamoriá) está vendendo uma grande quantidade de flechas por encomenda para moradores da cidade de Lábrea.





Perspectivas

Segundo os moradores do Complexo, a maior limitação ao comércio está no mercado local, pequeno e restrito, que não consegue absorver a produção, sendo a causa de preços baixos e desvalorização dos produtos locais. Além do mais, os produtos vendidos pelos Apurinã são praticamente os mesmos produtos comercializados por não-índios da região. Os moradores se mostraram bastante interessados em obter informações, orientação e assessoria sobre novos produtos e mercados. Outros problemas relacionados direta ou indiretamente às atividades comerciais, como a falta de equipamentos ou instrumentos adequados para cada atividade, brigas internas, dificuldade de transporte e apoio técnico, também foram debatidos.

Durante as reuniões iniciais em cada assentamento visitado, problemas e estratégias relacionadas ao comércio eram discutidos. Um tema frequentemente abordado por Francisco Avelino Batista Apurinã (UNI-AC) e por algumas lideranças locais foi a possibilidade de implementação de uma cooperativa, contando com a participação de todos, com diferentes recursos, disponíveis em cada localidade. Esta é uma possibilidade que provocou debates e gerou, ao mesmo tempo, curiosidade e certa desconfiança por parte de alguns. De qualquer maneira, todos demonstraram interesse em obter maiores informações sobre o assunto. Conforme ressaltado por Francisco Avelino Batista Apurinã, há a necessidade de maior organização política interna, dentro das comunidades e entre elas, para se pensar na implementação de uma cooperativa.

De forma mais específica, foram debatidas, em todos os locais do levantamento, idéias de produtos viáveis e de interesse das comunidades. Nestas reuniões, procurava-se discutir como tornar viáveis as idéias, mercados alternativos, formas de escoamento do produto — no que acabava voltando à idéia da cooperativa, qual o tipo de recurso e treinamento necessários e quais órgãos poderiam estar dispostos a dar apoio.

Nos assentamentos de vargem, os recursos mais citados foram a andiroba (produção de óleo da semente), o cacau da vargem (para a produção do pão do chocolate, a partir da semente) e a castanha (retirada nos centros). O óleo de andiroba e as sementes de cacau foram colocados como possibilidades comerciais futuras, embora já sejam vendidos em pequenas quantidades em Pauini.

Produtos alternativos de seringa também foram discutidos. É interessante notar que há pessoas e comunidades que gostam e se identificam com o trabalho com a borracha e outras que se sentem muito felizes com a sua decadência, pois a relacionam ao “tempo da escravidão”. Dentre estes que apreciam a seringa, alguns se interessaram por obter informações sobre comércio de manufaturados da borracha (como capangas, sacos emborrachados, etc).

O mel de abelha também foi citado como alternativa. Segundo os moradores, trata-se de um produto bem aceito no mercado local, atingindo um preço razoável. Alguns participantes se interessaram em obter orientação e treinamento para a criação de abelhas e produção de mel.

De um modo geral, os óleos vegetais, derivados da coleta de frutos e sementes, encontraram-se entre os produtos mais citados como recurso potencial a ser explorado no futuro. Alguns desses óleos foram indicados como comestíveis (óleo de pataúá, óleo de tucumã, óleo de castanha de cotia, óleo de uricuri, entre outros). As mulheres ressaltaram o uso de óleos como cosméticos, entre eles o óleo de pataúá, de açai, de bacaba, de uxi, de tucumã e de uricuri.

O óleo da copaíba tem valor medicinal amplamente difundido e foi muito citado como produto alternativo. Segundo os moradores, a copaíba é um recurso abundante, principalmente nas áreas mais centrais. O óleo de copaíba já vem sendo explorado em algumas localidades, no entanto, os participantes sugeriram que a copaíba deve ser explorada com utensílios adequados, evitando desperdício e depredação das árvores. Nas condições atuais, o acesso a esses utensílios é bastante restrito.

O palmito também foi citado como produto alternativo para exploração futura. A produção



de polpa de cupuaçu e farinha de pupunha é proposta de comunidades da Terra Indígena Água Preta, especialmente interessadas no trabalho agrícola. No entanto, segundo alguns participantes, seria necessária pesquisa sobre novos mercados e transporte, pois este tipo de produto não é facilmente absorvido pelo mercado local.

Outra alternativa comercial proposta foi a produção e venda de doces de frutas (tanto as plantadas como as coletadas na mata). Este tipo de produto talvez tenha maiores chances de ser bem recebido nos mercados de Pauini, Lábrea e Boca do Acre - AM.

O artesanato de diversas qualidades, desde utensílios de barro, cipó ou palha até adornos de tucumã, também foi indicado como produto potencialmente comercializável. Foi sugerida, também, a criação de peixes em açudes e tracajás em tabuleiros, para futura comercialização. A implantação deste tipo de manejo e uso sustentável de recursos pode ser uma boa alternativa tanto do ponto de vista comercial, como para a subsistência dos moradores do Complexo no futuro. Este tipo de atividade requer maiores estudos sobre as possibilidades e custos de implementação, bem como o retorno, tanto em termos comerciais como de subsistência.



Principais impactos

Neste item é fornecido um quadro geral – ou uma síntese – sobre os principais impactos relacionados às atividades exercidas atualmente dentro do Complexo.

Exploração predatória de recursos

O arrendamento de lagos para pescadores profissionais e de floresta para a extração madeireira, como alternativas econômicas, pode acarretar forte impacto dentro das terras indígenas, levando à rápida extinção local de espécies fundamentais para a subsistência e bem estar dos moradores do Complexo. Este tipo de impacto pode ser irreversível e causar danos irreparáveis no futuro.

A forma extremamente predatória de exploração dos recursos por profissionais choca tanto índios como não-índios da região. Os comentários acerca dos danos imediatos e futuros e os conflitos que a permissão para profissionais gera mostram que há uma consciência clara do prejuízo. Ainda assim, razões econômicas levam, muitas vezes, ao engajamento nessas atividades. Quanto à atividade madeireira, inúmeros estudos foram concluídos em diferentes partes da Amazônia e foram demonstrados os impactos decorrentes da atividade, entre eles um aumento significativo na susceptibilidade da floresta ao fogo (Uhl; Buschbacher, 1985; Uhl *et al.*, 1990; Holdsworth; Uhl, 1997; Nepstad *et al.*, 1999).

Venda de produtos de caça e pesca

Durante o levantamento de usos e recursos associados, os participantes indicaram espécies que vêm se tornando difíceis. Dentre estas espécies, algumas foram indicadas como escassas em todo o Complexo.

Embora a caça atualmente não seja a atividade predominante, muitos participantes relacionaram a escassez de alguns animais à forte pressão de caça desde os tempos da seringa. Espécies vulneráveis como a anta (*Tapirus terrestris*), o macaco preto (*Ateles paniscus*) e o macaco barrigudo (*Lagothrix lagothricha*) foram relatados como as mais difíceis de serem encontradas. O queixada (*Tayassu pecari*) foi indicado entre as espécies preferidas e mais caçadas no Complexo e, embora não seja geral, em muitos locais já foi identificada como rara. Entre as aves, o jacamim foi indicado como espécie escassa. Os bichos de casco (quelônios) também foram indicados pelos moradores locais como ameaçados.



Diante da falta de perspectiva comercial atual na região, alguns moradores encontraram como alternativa de renda a venda de carne de caça. Dentre os animais mais vendidos, foram indicados a anta, os porcos do mato (queixada e catitu), a paca (*Agouti paca*) e os bichos de casco – principalmente o jaboti (*Geochelone* sp.) e o tracajá (*Podocnemis cayenensis*). Embora a venda seja ocasional e em pequenas quantidades, se não houver alternativas a curto e médio prazo que substituam o comércio de carne, pode haver um aumento significativo na ameaça a estas espécies, em sua maioria já vulneráveis, podendo levar, inclusive, à extinção local de algumas delas. Estudos mais detalhados seriam necessários para se verificar a real ameaça de certas espécies e possivelmente estabelecer um plano de manejo que venha a garantir a manutenção destes recursos para as gerações futuras das Terras Indígenas.

Moradores das Terras Indígenas Seruini/Marienê e do Catipari (Terras Indígenas Catipari/Mamoriá) sugeriram, inclusive, a possibilidade de criação de tracajá e demonstraram interesse em obter maiores informações e orientação a respeito.

Em relação à caça, a venda de produtos de pesca pareceu mais significativa, embora ainda de baixa produtividade, se comparada à pesca comercial. A atividade parece estar aumentando, principalmente nas localidades mais próximas à beira do Rio Purus (onde há maior acesso a marreteiros e compradores). Além do rio, alguns lagos estão sendo explorados neste sentido, onde se concentra um maior número de espécies de valor comercial, entre elas espécies ameaçadas como o pirarucu (*Arapaima gigas*). Segundo os moradores, espécies como o tambaqui (*Colossoma macropomum*), o tucunaré (*Cichla* spp.) e o surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*) estão mais raras. A manutenção desta atividade exige, no mínimo, um plano de manejo (como a criação de peixes em açudes) para algumas espécies e restrições mais efetivas no caso de espécies ameaçadas, como o pirarucu.

A pesca de espécimes em fase reprodutiva (ovadas) também vem causando a escassez de espécies muito valorizadas localmente, como o matrinxã. No entanto, o que de fato ameaça esta espécie é a pesca predatória fora das Terras Indígenas.

É importante ressaltar que a venda de produtos excedentes de caça e pesca por moradores do Complexo não se assemelha nem de longe aos impactos causados pela pesca ou caça predatória, realizadas por profissionais. Os moradores do Complexo, embora cientes da ilegalidade na venda de caça e o impacto causado por algumas práticas de pesca, não consideram a venda de excedentes propriamente impactante. Por outro lado, há, de um modo geral, uma forte preocupação no Complexo em se evitar invasões e as práticas predatórias exercidas por profissionais em suas áreas, tendo havido brigas internas e externas e até caso de morte por este motivo.

Uso de plantas ictiotóxicas

De acordo com alguns participantes, o aumento no uso de utensílios de pesca como a malhadeira e a tarrafa, ainda pouco difundidos entre os moradores do Complexo (pela dificuldade de aquisição do material), tem contribuído para a diminuição na abundância de peixes em lagos e igarapés. Embora as técnicas tradicionais de pesca sejam, em geral, de baixo impacto, algumas delas têm sido palco de discussões internas em algumas localidades do Complexo. O uso de diferentes plantas ictiotóxicas também tem sido debatido entre moradores de diferentes partes de uma drenagem.

Em geral, o uso do açacu (látex da árvore) é atribuído aos não-índios e gera uma série de conflitos. Os índios afirmam não utilizar o açacu, pois é reconhecido como um veneno que contamina a água: *“leite de açacu é ruim, ninguém usa, aumenta a malária. Ele assenta no fundo do igarapé, só desce no inverno, mata tudo! Quem bebe a água, fica doente.”* (Otacílio Lopes Julião Apurinã, Aldeia Nova Cachoeira, Terra Indígena Peneri/Tacaquiri). Em contato com os olhos, causa cegueira.

De qualquer maneira, os moradores concordam que determinadas espécies oferecem menor risco à saúde e impacto ambiental e que certas espécies causam forte impacto sobre a comunidade de peixes, acarretando a escassez dos recursos pesqueiros a curto prazo. Falta determinar, de forma mais precisa, quais são as espécies relacionadas a cada um destes atributos.

Alguns moradores indicaram o uso de “bolinhas” preparadas com tingui e outros ingredientes, que funcionam como isca e matam somente o peixe que comer a “bolinha”. Ainda, priorizar certos locais para o uso de tingui pode ser uma medida de cautela, como, por exemplo, usar o recurso somente em igapós ou áreas isoladas, de preferência utilizadas por poucas pessoas, e que sejam áreas restritas à pesca (áreas que não sejam usadas para o consumo de água ou para banhos). Em todo caso, estudos mais aprofundados são necessários para se avaliar o impacto a curto e a longo prazo das diversas plantas ictiotóxicas e das diferentes formas e técnicas de uso, tanto sobre a comunidade de peixes quanto sobre a saúde das pessoas.



Pecuária

Uma atividade de grande impacto que vem sendo experimentada em alguns locais do Complexo é a criação de gado, com conseqüente conversão de florestas em pastos. Em 2001, a atividade era exercida nas Comunidades Nova Vista, Nova Cachoeira (Terra Indígena Peneri-Tacaquiri), Castanheira, São Francisco, Mipiri (Terra Indígena Água Preta/Inari) e Kamarapo (Terra Indígena Catipari/Mamoriá). No Mipiri, o gado se encontrava temporariamente fora da Terra Indígena. Moradores da Castanheira e Nova Cachoeira pretendem investir na atividade como alternativa econômica.

Embora haja, atualmente, um número quase insignificante de indivíduos, a atividade pode alcançar certa importância na região, pois o gado é bastante valorizado regionalmente. Entretanto, a implementação da atividade pecuária em Terras Indígenas deve ser muito bem avaliada, já que pode acarretar, dependendo das dimensões alcançadas, danos ambientais irreversíveis e em macroescala. De acordo com os estudos de Nepstad *et al.* (1999), a alteração mais radical da biota nativa é a conversão de floresta em pasto, onde há substituição de um conjunto heterogêneo de espécies originais por gramináceas monodominantes. Esta substituição pode, em casos extremos, acarretar em mudanças climáticas na região. A regeneração da floresta é muito lenta a partir do abandono destes pastos, dependendo da intensidade de uso antes do abandono (Uhl; Buschbacher, 1985). Mesmo após a recolonização, a vegetação que regenera em áreas desmatadas e queimadas é, em geral, mais inflamável e, portanto, muito mais suscetível ao fogo que a floresta original (Uhl *et al.*, 1990; Cochrane *et al.*, 1999). A grande capacidade competitiva do capim e a degradação do solo podem dificultar atividades agrícolas no local onde se exerce a pecuária.

Epidemias

A ocorrência de epidemias graves como a hepatite delta, em um passado recente, acarretou na desocupação e migração em certas partes do Complexo, especificamente no Rio Mamoriá, área endêmica da doença. A hepatite delta chegou a dizimar uma família quase inteira às margens desse rio, levando os remanescentes da Aldeia Vila Nova a mudarem rapidamente para as proximidades do Rio Purus (para a Aldeia Kamarapo), ainda dentro dos limites da Terra Indígena Catipari-Mamoriá. Embora tenha ocorrido de forma drástica na região do Mamoriá, algumas mortes em outras partes do Complexo foram atribuídas à hepatite.

Ainda há grande incidência de outras formas de hepatite, principalmente a hepatite A (chamada



localmente de “tiriça”) e a hepatite B, esta última sendo causa de muitas mortes, principalmente quando se torna crônica.

Atualmente, o Projeto de Saúde oferece apoio de transporte, consultas, exames, internações, vacinas (prevenção) e fornecimento de remédios, sendo o atendimento médico específico para as populações indígenas da região em um posto de saúde na cidade de Pauini. Além disso, há viagens periódicas para atendimento *in loco* e o treinamento e manutenção de agentes de saúde nas comunidades. Este investimento em infra-estrutura e apoio vem contribuindo para a melhora da saúde no Complexo, embora epidemias de efeito fulminante, como a hepatite delta, ainda causem um certo pavor, pois em grandes distâncias não há tempo suficiente para se chegar à cidade. Segundo a médica, medidas preventivas, como a vacinação em massa contra a hepatite B, podem ajudar a evitar novos surtos de hepatite delta.

Segundo alguns moradores, surtos de malária ocorrem esporadicamente, principalmente no início da estação seca. Problemas graves de malária ocorreram na Terra Indígena Tumiã a partir de 1985, havendo muitos casos de morte. A resistência a procurar ajuda fora e a falta de apoio naquele momento ajudaram a agravar a situação. Atualmente, há um posto de atendimento da OPIMP – Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus, sediada em Lábrea – na Aldeia Canacuri, que conta com uma enfermeira, um motor de popa e uma voadeira. O local tem, também, dois rádios, um ligado a Lábrea - AM e às Terras Indígenas desse município e outro a Rio Branco - AC e às Terras Indígenas do Município de Pauini - AM. Os casos de malária parecem ter diminuído drasticamente e os moradores afirmaram que faz algum tempo que não ocorrem casos da doença.

De acordo com informações fornecidas pela médica e pela enfermeira do Posto de Saúde da FUNASA em Pauini, são comuns os casos de infecções intestinais, amebíase, giardíase e verminose, principalmente em crianças. Casos de pneumonia também não são incomuns.

Um problema muito comum na região é a infestação por filaria, transmitida pelo pium, mosquito comum, principalmente nas áreas mais próximas ao Rio Purus (mas presente também em áreas mais centrais). A detecção é fácil e o tratamento, embora prolongado (três meses), segundo a médica, é eficaz.



Agentes externos atuando na área

Em 2001, as principais entidades atuando na região de Pauini e Lábrea eram a UNI — União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas, a OPIMP, Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus, na Terra Indígena Tumiã, Município de Lábrea, e a FUNAI, com posto em Lábrea e Pauini. A UNI e a OPIMP contavam com convênio com a FUNASA, convênio por meio do qual montaram uma estrutura com médicos, enfermeiros, dentistas, agentes de saúde contratados, rádio, posto de saúde, motor, voadeira, etc. para assistência na região.

Além disso, Alderi Franco Apurinã, da Comunidade Nova Esperança (Terra Indígena Água Preta/Inari), participa dos cursos promovidos pela CPI (Comissão Pró-Índio do Acre) para formação de professores indígenas. Uma diferença significativa, notada pela antropóloga, com relação ao que fora possível observar em viagens anteriores, é a existência de escola em todas as comunidades visitadas, com professores contratados pela prefeitura. Ainda que o ensino se realize, na maior parte das comunidades, em português, há preocupação de vários em passar também a língua Apurinã e conhecimentos considerados tradicionais.

Algumas pessoas também têm participado de treinamentos do Programa de Alfabetização Solidária em Pauini - AM ou em São Paulo - SP. Durante um tempo estabelecido, ministram aulas para adultos na aldeia.

Há também agentes de saúde que foram contratados pela prefeitura e recebem por intermédio dela. Participam dos treinamentos que são promovidos pelo município.

Pelo que se pôde observar, houve mudança no quadro de saúde, educação e participação política na região. Interessante notar o quanto estas mudanças influenciaram até mesmo a organização social. Hoje, para um assentamento ser uma comunidade, ele tem que ter uma liderança, um agente de saúde e um professor. As escolas aumentaram muito. Há formas de contratação, pela FUNASA, no caso dos agentes de saúde, e pela prefeitura, no caso dos professores. Isso traz novas formas de ganho nas comunidades, mas também um compromisso, uma vez que tendo salário, professores e agentes de saúde passam a ser mais cobrados e têm a possibilidade de dedicação maior. Por outro lado, em áreas com problemas de saúde sérios, como o Igarapé Tumiã — onde a malária ameaçava dizimar o grupo há poucos anos atrás —, a presença de um posto de saúde parece ter sido o principal argumento para abandonar suas colocações e mudarem para dentro da terra demarcada.



Ameaças externas e vigilância

Poluição

Moradores das Terras Indígenas Água Preta/Inari e Seruini/Marienê colocaram em questão a ameaça de poluição dos principais cursos de água destas duas Terras Indígenas, uma vez que os limites de demarcação dessas áreas excluem partes ou afluentes importantes nas cabeceiras de suas drenagens principais. A ameaça é ainda mais séria na Terra Indígena Água Preta/Inari, pois esta Terra Indígena está localizada muito próxima à cidade de Pauini. As cabeceiras de grande parte dos afluentes do Igarapé Água Preta estão fora de área e encontram-se muito próximas das cabeceiras dos principais afluentes do Rio Pauini. Este rio é muito populoso e está dentro da área de expansão da zona urbana do Município de Pauini, o que constitui uma ameaça constante de poluição do Igarapé Água Preta. Moradores da Terra Indígena Água Preta já estão reclamando da água toldada no Igarapé Makotxi, onde foi construída uma barragem para banhos. O fato de essas drenagens (ou parte delas) estarem fora de área impede o controle ou regulamentação destas áreas por parte dos moradores das terras indígenas.

Embora os limites da Terra Indígena Seruini/Marienê estejam ainda distantes dos arredores da cidade de Boca do Acre - AM, há ameaça de poluição das cabeceiras do Rio Seruini, que se encontra fora da Terra Indígena e em contato muito próximo com afluentes do Rio Sepatini. A zona urbana de Boca do Acre está se expandindo em direção aos limites ao sul das Terra Indígena Peneri/Tacaquiri e Seruini/Marienê através de ramais, fazendas e campos de pouso. Essa expansão pode levar a um aumento populacional drástico na microbacia do Rio Sepatini, ameaçando diretamente a Terra Indígena Seruini/Marienê.

Os moradores de ambas as Terras Indígenas (Água Preta/Inari e Seruini/Marienê) argumentaram que, na época da demarcação, não tinham experiência suficiente para prever a rápida expansão das zonas urbanas e problemas de poluição e sugeriram a inclusão dessas drenagens nos limites de suas áreas, para que possam controlar e evitar a poluição de seus principais cursos de água. A única forma de se manter o controle dessas drenagens e evitar a poluição é através da inclusão de suas cabeceiras nas referidas Terras Indígenas.

Além da ameaça de poluição das cabeceiras do Rio Seruini pela expansão da zona urbana de Boca do Acre a médio e longo prazo, existem ameaças mais urgentes pressionando os limites ao sul da Terra Indígena Peneri/Tacaquiri, que se encontra mais próxima da cidade. Trata-se da tentativa de construção de uma estrada passando dentro da Terra Indígena.



Estrada Boca do Acre-Pauini

Há um longo conflito em torno da estrada ligando Boca do Acre a Pauini, que ameaça a integridade da Terra Indígena Peneri-Tacaquiri já há algum tempo. Em princípio, a estrada fazia parte do projeto de um antigo fazendeiro e da Prefeitura de Pauini, em 1979. Depois, a Prefeitura de Pauini, apoiada por um funcionário da FUNAI, tentou fazer passar a estrada pela atual Terra Indígena Peneri-Tacaquiri. Com a reeleição do prefeito que tentou a empreitada, em 1995, os moradores da região do Igarapé Tacaquiri (Terra Indígena Peneri/Tacaquiri) demonstraram grande preocupação com a possibilidade de retomada das obras de construção da estrada. Há forte pressão por parte de políticos de ambas as cidades, contrabalanceada pela resistência dos moradores da Terra Indígena, resistência esta encabeçada por João Lopes Brasil Apurinã (“Lopinho”).

Durante estadia na Comunidade São José (Terra Indígena Peneri/Tacaquiri), a discussão sobre as ameaças da estrada foi tema constante. João Lopes Brasil Apurinã, liderança da comunidade, estava preocupado com o resultado das últimas eleições para prefeito e as consequências relacionadas à estrada. Seu Lopinho fez um depoimento a respeito do que o preocupa com a questão da estrada:

“O novo prefeito de Pauini diz que quer fazer a estrada. Parece que indicaram alguém de dentro da área, que conversou com eles para fazer a estrada. A estrada passa beirando a Colocação Extrema e vai para o travessão, vem da Fazenda Maripuíá, passa na Extrema, vai para o travessão da demarcação e sai perto do Igarapé Flores. Sempre o prefeito Amorim tenta entrar. Da última vez, vieram pela Manasa e saíram no Makawã. O Amorim já foi prefeito em 1995 e agora foi eleito de novo. A estrada tem duas pernas começadas, uma que vem de Boca do Acre até a Fazenda Maripuíá e a outra, que vem beirando o Igarapé Flores para encontrar a que está na fazenda.”

O tema da estrada sempre volta em conversas com pessoas da região, que culpam os índios por Pauini ter dificuldade em vender e comprar produtos. João Lopes Brasil Apurinã afirma se preocupar com quais apoios pode contar para fazer frente a essa ameaça.

Invasão

Em alguns assentamentos da Terra Indígena Peneri/Tacaquiri, os moradores demonstraram preocupação com a invasão de partes mais longínquas da Terra Indígena, também relacionadas com os interesses dos políticos de Boca do Acre e de Pauini. Na reunião na Aldeia Boa União, Maria do Socorro Araújo Apurinã (agente de saúde e liderança da Aldeia Jagunço II) disse ter visto, em sobrevôo, uma enorme clareira ao sul da Terra Indígena Peneri/Tacaquiri que, segundo ela, parece uma pista de pouso. Moradores dessas aldeias sugeriram uma expedição à área indicada para tentar verificar em campo algum indício de invasão. A presença da estrada, mesmo que inacabada e abandonada, facilita a entrada de invasores em áreas mais remotas e de difícil acesso por dentro da Terra Indígena.

Na discussão, os participantes ressaltaram a importância dessas áreas remotas, nas cabeceiras dos principais igarapés das Terras Indígenas, como áreas de exploração esporádica, principais provedoras de recursos de caça e pesca. A perturbação dessas áreas, seja pelo impacto da estrada, seja pela expansão das zonas urbanas ou pela invasão e poluição das cabeceiras das drenagens, poderia comprometer a maior fonte de recursos das Terras Indígenas Peneri/Tacaquiri e Seruini/Mariênê. Neste sentido, medidas de vigilância e controle das cabeceiras devem ser urgentemente estabelecidas e fortalecidas, com apoio institucional e político, de modo a garantir a integridade das Terras Indígenas envolvidas. Perturbações de grande impacto podem ser monitoradas, com o auxílio de imagens de satélite e fotos aéreas, pelas organizações indígenas locais. Sugere-se o estabelecimento de “postos” ou colocações nas cabeceiras das principais microbacias que possam ser monitoradas por rádio, com facilitação do acesso pelas áreas mais populosas de dentro das Terras Indígenas (abertura de caminhos estreitos ou “varadouros”, conhecidos somente pelos moradores das áreas e manutenção das passagens pelas drenagens principais, garantindo o acesso de canoa).

A invasão de lagos por pescadores profissionais foi um dos temas debatidos durante as discussões. Trata-se de um problema comum a todas as áreas de várzea (incluindo a várzea do Rio Mamoriá), onde há abundância de lagos. Alguns moradores citaram também a invasão de castanhais e de áreas de caça.

Os moradores da Terra Indígena Peneri/Tacaquiri disseram permitir o uso de lagos por pessoas de fora da Terra Indígena, como ribeirinhos e ex-seringueiros, como atividade de subsistência. No entanto, o uso para a pesca predatória é reprimido. As técnicas de vigilância empregadas variam desde a apreensão de utensílios de pesca (malhadeiras e tarrafas) até a construção de casas em locais estratégicos. Muitos moradores reclamaram de ameaças sofridas por parte de pescadores profissionais e requerem documentos que possam provar e legitimar seus atos de



vigilância e proteção.

A questão de invasão de lagos também foi ressaltada para a Terra Indígena Catipari/Mamoriá e partes da Terra Indígena Água Preta/Inari. Na Terra Indígena Catipari/Mamoriá, a invasão atinge não somente os lagos, mas também castanhais e áreas de caça:

“o pessoal entra na enchente (pelo igarapé) para pegar caça nas terras ilhadas. É vizinho aí de fora e vem gente da cidade também. As vezes, eles pegam para vender, às vezes só para comer, é muita gente de uma vez só. O pessoal aqui do Kamarapo nem tenta impedir porque tem medo. Desde o começo que eles ameaçam. A gente escuta tiro nas terras que juntam mais caça. Eu já conversei, mas o pessoal teima, diz que tem mesmo direito porque já moraram aí. Tem índio morando com estes *cariús* que ameaçam. Para a gente, a solução seria expulsar os brancos desta área, aumentando a terra indígena, se não, nunca que se acaba, é briga e morte... A gente é a favor que os brancos saiam, mas os índios devem ficar. A gente já até conversou com o administrador, já foi feito relatório para enviar para a Funai, que é para aumentar a área indígena e resolver de uma vez”. (Cosmo Ramos Ferreira, Aldeia Kamarapo, Terra Indígena Catipari-Mamoriá).

De fato, há uma pequena área entre as Terras Indígenas Água Preta/Inari e Catipari/Mamoriá reivindicada por moradores de ambas, pois é nesta área que se concentram os castanhais tradicionais dos moradores das Aldeias Mipiri e Nova Esperança (Terra Indígena Água Preta/Inari). Como pode ser observado no relato de Cosmo Ramos Ferreira, agente de saúde e uma das lideranças da Aldeia Kamarapo, trata-se de uma área estratégica de proteção da Terra Indígena Catipari/Mamoriá. Essa área é estrategicamente importante ainda por outro motivo: a boca do Igarapé Inari está fora de ambas as Terras Indígenas e não pode ser controlada pelos índios. Sem este controle, a pesca predatória na boca do igarapé afeta as duas áreas: “Os peixes moram no lago (que é do Catipari) e no igarapé (que é da Terra Indígena Água Preta/Inari) e vão desovar na boca do Inari, que fica fora das duas áreas, aí o pessoal de fora pega o peixe. De novembro a março, é o tempo que os peixes vão para a boca. Acaba com o peixe da área!” (Cosmo Ramos Ferreira, Aldeia Kamarapo, Terra Indígena Catipari/Mamoriá).

Os moradores das Aldeias Mipiri e Nova Esperança também comentam a idéia de ampliação da terra:

“No ano passado, o pessoal se reuniu e viu que do jeito que está entram invasores pela boca do Inari e pelo Igarapé Atalaia. A gente aqui sofre ameaça o tempo todo. O pessoal de fora entra na linha do Atalaia para o Inari e pela boca do Inari. Esta área ficou de fora porque no tempo da identificação ninguém sabia direito como ia ser este trabalho de demarcação, o pessoal não tinha bem costume. Nesta área, tem questão com peixe e castanha, tem muito lago. Os próprios parentes de fora da área entram e ameaçam os moradores. Muitos deles nem se consideram índios. A gente também não consegue fazer a fiscalização porque o pessoal ameaça, entra gente na enchente para pescar e também com espingarda para caçar. Pescar para comer, a gente deixa, mas para vender não pode. Os parentes de fora podem pescar para o consumo, mas não pode trazer mais gente, tem que pescar com o pessoal da própria comunidade.” (Abdias Franco, Aldeia Mipiri, Terra Indígena Água Preta/Inari).

Rondon Vicente de Oliveira Apurinã é o atual Chefe de Posto da FUNAI em Pauini e participou

de algumas reuniões, entre elas a das aldeias da Terra Indígena Água Preta/Inari, onde nasceu e onde vive sua família. Segundo ele, um dos maiores problemas da fiscalização é o fato de os moradores terem atitudes contraditórias: *“algumas vezes, o pessoal impede, outras, autoriza, assim ninguém consegue controlar”*. De fato, um dos maiores problemas no controle das invasões parece ser a dificuldade em conseguir estabelecer e manter uma atitude frente ao problema, assim como em mobilizar os moradores para estabelecer uma frente contra as ameaças. A Terra Indígena Água Preta conseguiu manter por anos o controle da pesca do mantrixã em fase reprodutiva, impedindo a entrada de profissionais e limitando os pequenos pescadores a adquirir no máximo dez peixes. A vigilância, que exige um enfrentamento direto dos invasores, acabou gerando ameaças de morte para os dois “velhos” da Terra Indígena, Felinto e Otávio Avelino Chaves Apurinã. Segundo alguns moradores, estas ameaças aliadas às dificuldades em se conseguir uma mobilização, que a elas faça frente, fez com que no ano que passou a matrinxã fosse livremente pescada.

A invasão de lagos também é um problema para as aldeias às margens do Rio Mamoriá: *“Os pescadores tentam entrar para pescar nos lagos, mas o pessoal está impedindo. Querem arrendar para os pescadores, mas eles não querem pagar renda. São pescadores pequenos”* (Luis Barreiros Muniz, Aldeia Caruá, Terra Indígena Catipari/Mamoriá).

De acordo com a discussão acima, os moradores estão tendo dificuldade em controlar completamente as invasões, principalmente nas áreas de “vargem”. Segundo os depoimentos dos moradores, um dos problemas parece ser a dificuldade em manter uma postura interna coerente e firme, que faça frente às invasões e ameaças. Com maior organização política, os moradores podem definir e regulamentar o uso das áreas, estabelecer “postos” de fiscalização localizados nas áreas estratégicas de invasão (já identificadas por eles), com apoio institucional da FUNAI através do Chefe de Posto local, como medida para conter as ameaças.

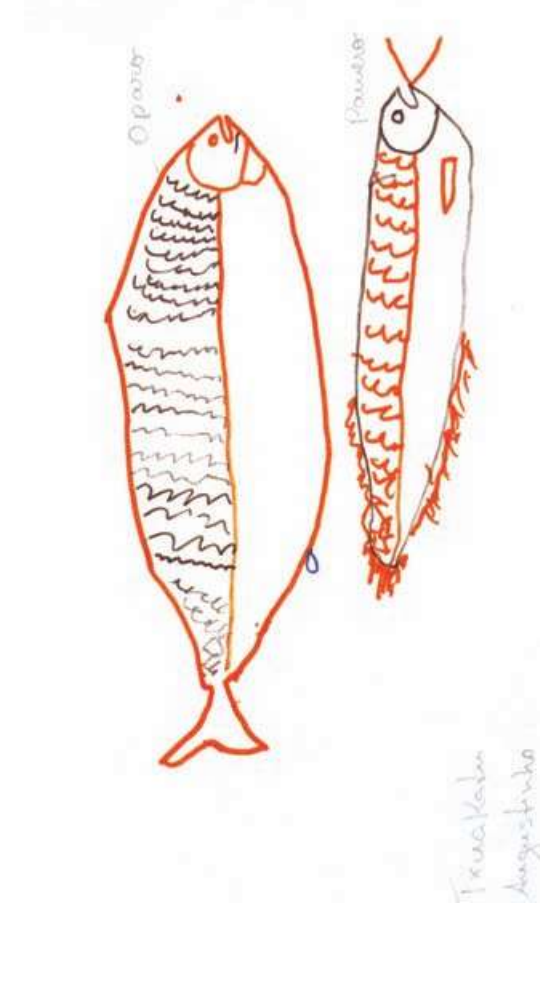
De fato, a incorporação da área que está sendo requisitada pelos moradores das duas Terras Indígenas deve favorecer amplamente as estratégias de vigilância, não somente dos limites territoriais como na exploração dos recursos internos das Terras Indígenas. Neste sentido, a anexação da área da foz do Inari seria importante no controle dos peixes de dentro das terras, que seguem para a boca do Igarapé na época da desova. A área requisitada é também importante economicamente, já que se trata da única área de castanhal que pode ser utilizada pelos moradores do Mipiri e Nova Esperança (no restante da Terra Indígena Água Preta/Inari não ocorrem os castanhaias). Este castanhal vem sendo utilizado tradicionalmente por estes moradores.



Pesca predatória

A questão da pesca predatória na boca de Igarapés que estão fora de área não é um problema exclusivo das Terras Indígenas Água Preta/Inari e Catipari/Mamoriá. O mesmo ocorre com as Terras Indígenas Seruini/Mariênê e Tumiã. Estas duas Terras Indígenas estão dispostas ao longo das microbacias dos Rios Seruini e Tumiã, afluentes do Rio Purus e, no entanto, parte destas drenagens encontram-se fora de área, impedindo o controle dos recursos pesqueiros (que vão desovar na foz desses rios) pelas populações que habitam as Terras Indígenas. Este foi colocado como um dos problemas mais sérios destas duas Terras Indígenas, uma vez que a pesca predatória do matrinxã em fase reprodutiva está causando a escassez desse peixe, que é um dos recursos de maior valor entre os moradores do Complexo. A fiscalização da pesca de matrinxã na piracema deveria ser controlada pelo Ibama, mas, segundo os moradores locais e observações, a pesca predatória na boca dos Igarapés e rios estava ocorrendo deliberadamente, sem nenhuma restrição. Moradores de ambas as terras, reunidos com alguns moradores das mesmas microbacias que se encontram fora de área, estão requisitando a ampliação das terras, incorporando a foz dos seus rios principais para que possam controlar os recursos de pesca, tomando medidas de conservação destes recursos contra a exploração predatória.

A pesca predatória de matrinxã e de outros peixes na boca dos rios é um problema que deve ser resolvido com a maior urgência, de maneira a evitar a extinção local de alguns desses recursos. A única forma de regulamentação e controle destes recursos pelos moradores das Terras Indígenas é através da incorporação da foz desses rios. Segundo os moradores locais, a denúncia aos órgãos competentes não tem se mostrado uma medida eficiente, já que se trata de uma área distante e o período da desova é curto (os pescadores fecham a boca dos rios e Igarapés com malhadeiras e impedem a desova do matrinxã no Rio Purus).



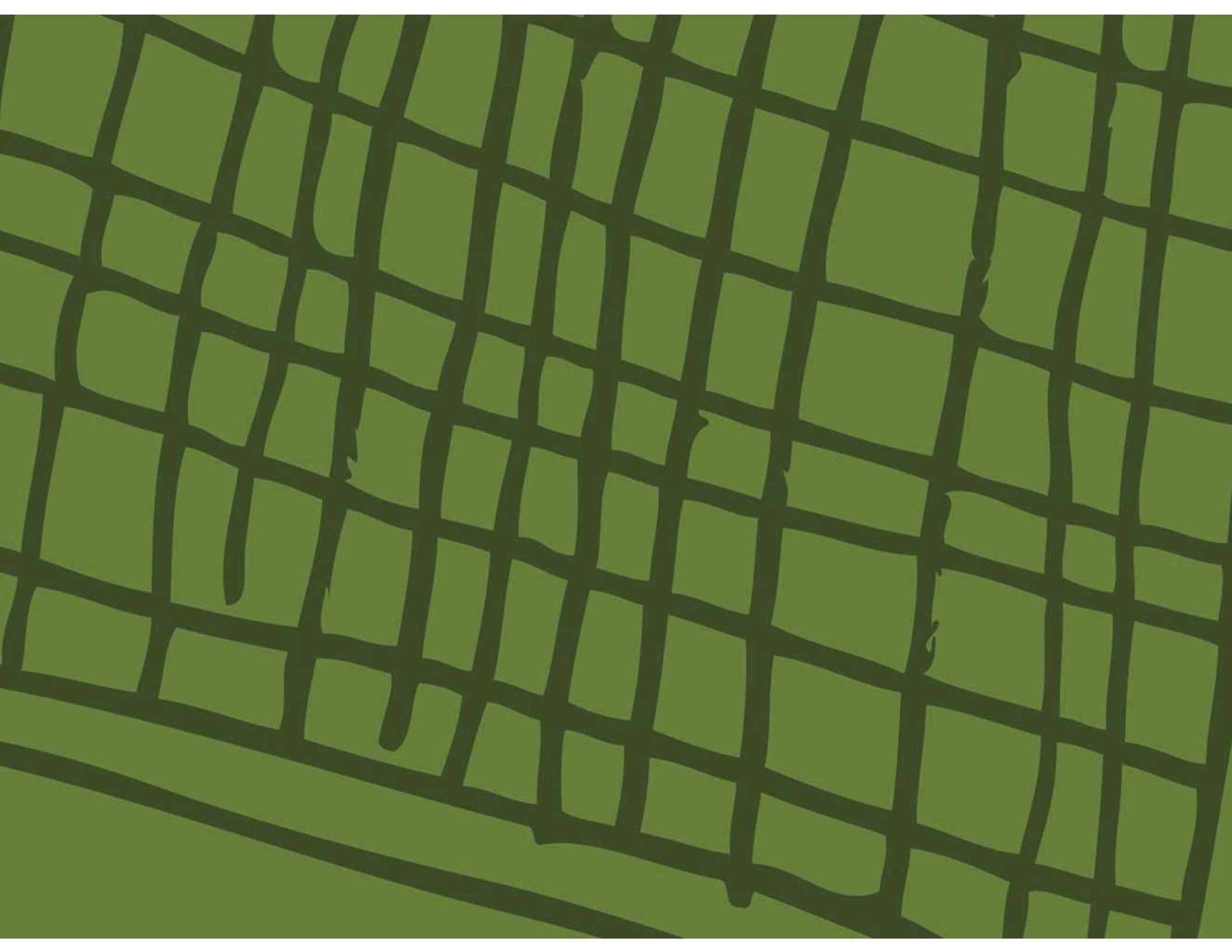


Organização política

A dinâmica política interna e a capacidade de algumas lideranças e/ou comunidades de compreender e atuar na política regional e nacional influenciou o desenho das Terras Indígenas e as parentelas que se encontram dentro delas. Os processos políticos internos e externos são extremamente dinâmicos e nota-se que, hoje, velhos problemas passam a ser percebidos de outra forma e novas reivindicações começam a aparecer. A demarcação das Terras Indígenas e projetos como o da FUNASA levaram muitos Apurinã a acreditarem que têm direitos em investir em sua organização política.

Um fruto recente dessa organização política é a criação, na cidade de Pauini, de uma Associação Apurinã. Essa associação, pelo que foi relatado, tem como objetivo buscar organizar os Apurinã na busca de alternativas econômicas. Criada por iniciativa de lideranças da Terra Indígena Água Preta, ainda buscava atrair membros do restante da região de Pauini. As comunidades da Terra Indígena Água Preta parecem ser, hoje, as que contam com maior inserção política, tanto em Pauini - AM, como em Rio Branco - AC.





Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, M. As colocações como forma social, sistema tecnológico e unidade de recursos naturais. *Terra Indígena*, v.7, n. 54, p. 29-39, 1990.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. *Rubber tappers of the upper Jurua river: the making of a forest peasantry*. Cambridge: Universidade de Cambridge, 1992. (Tese de Doutorado).
- ARNT, Ricardo Azambuja; SCHWARTZMAN, Stephan. *Um artifício orgânico: transição na Amazônia e ambientalismo*. Rio de Janeiro: Rocco. 1992.
- [BARÃO DE MARACAJU]. *Exposição apresentada ao Exmo. Sr. Segundo Vice-Presidente da Província do Amazonas, Major Gabriel Antonio Ribeiro de Magalhães, pelo Presidente da Província do Amazonas, Exmo. Sr. Barão de Maracaju*. Manaus: Tipografia do Amazonas, 1878.
- CASTELLO BRANCO, J.M.B. Acreânia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v.240, p. 3-83, jul./set., 1958.
- CHANDLESS, W. Ascent of the river Purus. *The Journal of the Royal Geographical Society*, n.36, p.86-118, 1866.
- COCHRANE, M. A. et al. Positive feedbacks in the fire dynamics of closed canopy tropical forests. *Science*, v.284, p.1832-1835, 1999.
- COUTINHO, E. *Avaliação do patrimônio da Fazenda Pauini: relatório realizado pela Agropastoril Novo Horizonte S.A.* Curitiba: E. Stet Engenharia de Projetos Ltda, 1997. 115p.
- COUTINHO, J. M. Silva. Informações sobre o rio Purus. In: *Relatório da Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas* 1862. 1863. (Doc.nº. 3).
- _____. Relatório da exploração do Alto Purus. In: MOURA, Sinval Odorico. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial da Província do Amazonas*. 1863.
- CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986. (1906).
- DIAS, S. O. *Fala com que o Exmo. Sr. Satyro de Oliveira Dias, Presidente da Província do Amazonas, abriu a 2ª Sessão da 15ª Legislatura, em 4 de abril de 1881*. Manaus: Tipografia do Amazonas, 1879.
- EHRENREICH, Paul. Contribuição para a etnologia do Brasil. *Revista do Museu Paulista*, v.2, p.7-135, 1948.
- _____. Viagem nos rios Amazonas e Purus. *Revista do Museu Paulista*, v.16, p. 279 – 312. 1929.
- EMMONS, Louise H. *Neotropical rainforest Mammals*. Chicago: University Of Chicago Press, 1990.



- FACUNDES, Sidney da Silva. *Hamo Ayōkatsopakataru Iye Popukaruwakoru Sākire (vamos escrever a língua dos Apurinã)*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1996.
- _____. *Noun categorization in Apurinã (Maipuran, Arawakan)*. Eugene: University of Oregon, 1994. (Dissertação de Mestrado).
- FERREIRA, E. J. G.; ZUANON, J. A. S.; SANTOS, G. M. dos. *Peixes comerciais do médio Amazonas: região de Santarém* - Pa. Brasília: IBAMA, 1998.
- FONSECA, Walmor Nogueira da; FERREIRA, Henrique de Castro; RIBEIRO, Antonio Giacomini. Folha SC. 19 - Rio Branco - IV - Vegetação. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL. *Projeto RADAMBRASIL*. Brasília: DNPM, 1976.v.12. p. 315- 392.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. *Identificação da Área Indígena Catipari-Mamorá, Município de Pauini/Am, 5ª Suer - ADR de Rio Branco*. Brasília: FUNAI, 1987.
- _____. *Identificação da Área Indígena Peneri-Tacaquiri, Município De Pauini/Am, 5ª Suer - ADR de Rio Branco*. Brasília: FUNAI, 1987.
- _____. *Identificação e delimitação da Terra Indígena Apurinã, localizada no Igarapé Peneri, município de Pauini - estado do Amazonas*. Brasília: FUNAI, 1985.
- _____. *Projeto de desenvolvimento comunitário para as áreas indígenas da 14ª Delegacia Regional da Fundação Nacional do Índio - 13/06/86*. Brasília: FUNAI, 1986.
- _____. *Regularização fundiária da Área Indígena Catipari-Mamorá, município de Pauini/Am*. Brasília: FUNAI, 1997.
- _____. *Regularização fundiária da Área Indígena Peneri-Tacaquiri, município de Pauini/Am*. Brasília: FUNAI, 1997.
- _____. *Solicita rever demarcação da Terra Indígena Seruini/Marienê*. Brasília: FUNAI, 1997.
- _____. *Solicita certidão negativa - interessado - Manasa (Madeira Nacional)*. Brasília: FUNAI, 1991.
- FURTADO, P. P.; LOUREIRO, R. L.; BARROS-SILVA, S. Folha SB. 19 - Juruá - IV - Vegetação. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL. *Projeto RADAMBRASIL*. Brasília: DNPM, 1977. v.15. p. 277-314.
- HOLDSWORTH, A. R.; UHL, C. Fire in amazonian selectively logged rain forest and the potential for fire reduction. *Ecological Applications*, v.7, n.2, p. 713-725, 1997.
- KINZEY, W. G. Distribution of primates and forest refuges. In: PRANCE, Ghilleen T. (Ed.). *Biological diversification in the tropics*. New York: Columbia Univ. Press, 1982. p. 455-482.
- KRÖEMMER, Gunter. *Cuxiara: o Purus dos indígenas*. São Paulo: Loyola. 1985.
- LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Rio Purus: notícia*. São Luiz: Tipografia do País, 1872.

- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 1989.
- MELO, D. P., PITTHAN, J. H. L.; ALMEIDA, V. J. Folha SC. 19 - Rio Branco – II Geomorfologia. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL. *Projeto RADAMBRASIL*. Brasília: DNPM, 1976.v.12. p. 119 - 170
- MILLIKEN, William. *Levantamentos etnoecológicos em reservas indígenas na Amazônia brasileira: uma metodologia*. Brasília: PPTAL/FUNAI, 1998.
- NEPSTAD, Daniel C. de. et al. Large-scale impoverishment of Amazonian forests by logging and fire. *Nature*, n. 398, 505-508, 1999.
- OLIVEIRA, A. A. B.; PITTHAN, J. H. L.; GARCIA, M. G. L. 1977. Folha SB. 19 Juruá – II – Geomorfologia. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL. *Projeto RADAMBRASIL*. Brasília: DNPM, 1977. v.15. p. 91-144.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. O cabloco e o brabo. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.11, p. 101-140, maio, 1979.
- _____. *O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- PENNA, Herculano Ferreira. *Exposição feita ao Exmo. 1º Vice-Presidente da Província do Amazonas, o Dr. Manoel Gomes Correa de Miranda, pelo Presidente, o Conselheiro Herculano Ferreira Penna em 11 de março de 1855*. Barra do Rio Negro: Tipografia de M. S. Ramos, 1855.
- _____. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas, no dia 1º de agosto de 1854 pelo Presidente da Província, o Conselheiro Herculano Ferreira Penna*. Barra do Rio Negro: Tipografia de M. S. Ramos, 1854.
- PHELPS, W. H.; SCHAUENSEE, R. M. *Aves de Venezuela*. Caracas: Graficas Armitano, 1978.
- RELATÓRIO dos negócios da agricultura. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1875.
- SALGADO, Serafim. Relatório de Serafim da Silva Salgado sobre a exploração do Rio Purus. In: PENNA, Herculano Ferreira. *Fala dirigida a Assembléia Legislativa da Província do Amazonas, no Dia 1º de outubro de 1855 pelo Presidente da Província, o Conselheiro Herculano Ferreira Penna*. Barra do Rio Negro: Tipografia de M. S. Ramos, 1855.
- SCHIEL, Juliana. *Entre patrões e civilizados: os Apurinã e a política indigenista no médio Rio Purus na primeira metade do século XX*. Campinas: UNICAMP, 1999. (Dissertação de Mestrado).
- _____. Notícias de Pauini. *Jornal Página 20*, Rio Branco, 19-25 de novembro de 1995.
- SCHROEDER; DAL POZ NETO. *Projeto Pauini 1992-1994*.



SCHULTZ, Harald; CHIARA, Vilma. Informações sobre os índios do Alto Purus. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v.9, p. 181-201, 1955.

SERRUYA, N. M., SOUZA, L. F. P.; CUNHA, N. G. Folha SC. 19 - Rio Branco – III – Pedologia. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL. *Projeto RADAMBRASIL*. Brasília: DNPM, 1976. v.12. p.171-314.

SOUZA, L. F. P.; SERRUYA, N. M. Folha SB. 19 - Juruá – III – Pedologia. In: DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL. *Projeto RADAMBRASIL*. Brasília: DNPM, 1977. v.15. p. 145 - 276.

STEERE, J. Report of a visit to indian tribes of the Purus River, Brasil. *Report of National Museum*, v.1, p. 388-393, 1903.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. *Atlas climatológico da Amazônia brasileira*: projeto de hidrologia e climatologia da Amazônia. Belém: SUDAM, 1984, (Publicação 39).

TOCANTINS, Leandro. *Amazônia*: natureza, homem e tempo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

UHL, Christopher; BUSCHBACHER, R. A disturbing synergism between cattle ranch burning practices and selective tree harvesting in the eastern Amazon. *Biotropica*, v.17, n.4, p.265-268, 1985.

UHL, Christopher. et al. Studies of ecosystem response to natural and anthropogenic disturbance provide guidelines for designing sustainable land-use systems in Amazonia. In: Anderson, Anthony B. (Ed.). *Alternatives to deforestation: steps toward sustainable use of the Amazon rain forest*. New York: Columbia University Press, 1990. p. 25-42.

UHL, Christopher; KAUFFMAN, J. Boone. Deforestation, fire susceptibility, and potential tree responses to fire in the eastern Amazon. *Ecology*, v.71, n.2, p. 437-449, 1990.

UHL, Christopher.; KAUFFMAN, J. Boone.; CUMMINGS, Dian. L. Fire in the Venezuelan Amazon 2: environmental conditions necessary for forest fires in the evergreen rainforest of Venezuela. *Oikos*, v.53, p.176-184, 1988.

UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS. *Relatório da equipe de saúde*. 1996.

VIEIRA, J. P. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial pelo Exmo. Sr. Dr. João Pedro Dias Vieira no dia 8 de junho de 1856*. Barra do Rio Negro: Tipografia de F. J. S. Ramos, 1856.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia*: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec, 1993.

Siglas

AC	Estado do Acre
AM	Estado do Amazonas
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CPI-Acre	Comissão Pró-Índio do Acre
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
OPAN	Operação Amazônia Nativa
OPIMP	Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus
RADAMBRASIL	Projeto Radar da Amazônia - Brasil
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
TI	Terra(s) indígena(s)
UNI-AC	União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas

